

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

RENAN MENDONÇA ALVES

**ASSESSORIA EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSELHO
TUTELAR DE SÃO BORJA (RS)**

RENAN MENDONÇA ALVES

**ASSESSORIA EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSELHO
TUTELAR DE SÃO BORJA (RS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora Prof.^a Dr.^a: Monique Soares Vieira.

**São Borja
2018**

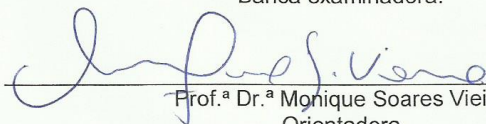
RENAN MENDONÇA ALVES

**ASSESSORIA EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSELHO
TUTELAR DE SÃO BORJA (RS)**

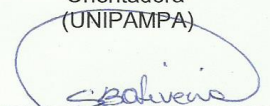
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 11 de Dezembro de
2018.

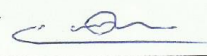
Banca examinadora:



Prof.ª Dr.ª Monique Soares Vieira
Orientadora
(UNIPAMPA)



Prof.ª Dr.ª Simone Barros de Oliveira
(UNIPAMPA)



Prof.º Dr.º Muriel Pinto
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho para classe trabalhadora, em especial, a todas/os as/os conselheiras/os tutelares, que lutam incessantemente pela garantia dos direitos da criança e adolescente.

AGRADECIMENTO

Ao chegar nesse momento de profunda realização, movido pelo sentimento de densa gratidão, inicialmente me dirijo Àquele que É o Senhor de minha história JESUS CRISTO. Agradeço-te grande Amigo e Senhor! Entendo agora que a caminhada contigo é suave, pois o fardo ficou mais leve. Louvado Seja o Teu Nome e que minha ação como profissional seja segundo Tua Vontade.

Ao meu pai de criação Cezario Felipe da Luz Dias e minha mãe Antonia Mendonça Dias, nesse momento em especial, se faz justo agradecer pelo sempre apoio nessa trajetória, que demandou um esforço coletivo para se atingir esse objetivo. Uma só coisa é necessária nesse momento, dizer-lhes: Muito obrigado, pela confiança.

Ao lembrar-me das pessoas que de maneira em especial contribuíram nesse momento, agradeço pelo carinho, apoio e amor de uma pessoa em especial; que durante todo esse processo de graduação, supriu-me com grande entusiasmo, fé, e dedicação nos momentos em que precisei do seu afeto.

Agradeço à singela e carinhosa paciência de minha princesa e filha Naelen Godois Alves; pelas vezes que tive de ausentar-me, frente às demandas impostas pelo cotidiano de estudos/trabalho. Obrigado filha por compreender esse período como necessário, dentro desses momentos de encontros e desencontros; sempre serei grato pela imensa generosidade e afeto demonstrado.

Ao meu grande amigo, orientador e pedagogo Marcos Antônio Proença Benites, intelectual de grande envergadura profissional; que com grande sabedoria do alto de seus 65 anos experiência, me lapidou e me incentivou a essa proposta. Hoje reconheço diante da grande realização, que se cheguei até aqui, muito tem de tua contribuição, como Intelectual Orgânico.

Diante dos Mestres e Doutores em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA, reconheço a contribuição do colegiado, que em suas diferentes configurações, ao longo de minha graduação colaboraram com minha formação. Nesse sentido agradeço de forma em especial a alguns desses por terem abrilhantado como joias, de forma particular minha construção humano-profissional.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Loiva Mara de Oliveira Machado, grande profissional e inestimável amiga; venho por meio desse registrar minha grande satisfação de tê-la entre as profissionais que colaboraram com minha formação, com experiências

únicas, nos projetos de extensão, dentre outros. Diante de sua postura profissional e pessoal, reconheço o brilho que deste a minha Formação em Serviço Social. Meu sincero, e gentil, Obrigado Loiva !

Ao lembrar-me de minhas produções enquanto acadêmico recordo-me de uma Amiga em especial, a Prof.^a Dr.^a Simone Barros de Oliveira, que com solicitude, sempre esteve a disposição para me orientar e a solidarizar-se nessa campanha que hoje se encerra. Frente a esse reconhecimento publico de grande importância, que tu tens na constituição desse processo, te dirijo: Muito Obrigado Simone! Agradeço ainda pelo aceite ao convite de fazer parte da banca de TCC, com certeza suas contribuições, serão válidas para qualificar este estudo.

Agradeço a ambas Prof.^a(s) Dr.^a(s) Rosilaine Coradini Guilherme e Elisangela Maia Pessoa, que enquanto coordenadoras do Projeto de Extensão: Assessoria e Formação em Políticas Sociais no município de São Borja (RS) possibilitando-me apresentar a temática de Assessoria. Sendo assim, registro que o embrião do meu projeto de TCC, perpassa essa vivência; que se revelou de forma em especial para min, um desafio quanto as Políticas Sociais no contexto atual e local.

Agradeço ao Prof.^o Dr.^o Muriel Pinto, por aceitar o convite para fazer parte da banca de TCC, sei que como Docente do Mestrado em Políticas Publicas, pontuará com certeza contribuições significativas e válidas para qualificar este estudo.

Nesse sentido venho agradecer-te Prof.^a Dr.^a Monique Soares Vieira, que com grande dedicação e comprometimento me socorreu em meus processos de Estágio I e II em Serviço Social. Sublinho sua efetiva e oportuna intervenção em minha formação, viabilizando objetivamente a realização dos mesmos; que em tempo hábil se realizaram viabilizando minha defesa TCC no presente ano.

Agradeço-te Monique pela relação estabelecida e fortalecida nesse período, primeiramente como minha Professora do Componente Curricular de OITP I, depois como Supervisora de Estágios e Orientadora da presente produção; o que traduz muitas vivências. Meu agradecimento pela grande amizade ao longo desses quatro anos parte de uma experiência que deu certo e que se postula para novos processos.

Ao longo de minha formação, sempre pude contar com colegas/os especiais, da 8^a Turma de Serviço Social / UNIPAMPA , entre eles destaque: Adelina Escobar; Alessandra Fraga; Bruna de Aquino; Everton Paz; Amanda Cabral Dias; Liliane Cristofari; Marta Prado; nestes, resumo uma totalidade de experiências boas e não

tão boas como em qualquer grande família; sendo que o mais importante, é que chegamos; com isso do fundo do meu coração espero tê-los/as como amigos/as aqui e para sempre. Meus Obrigados a todas/os!

Agradeço as colegas e amigas que adquiri ao longo das experiências de extensão universitária, Milena Dornelles Rodrigues e Vanessa Vieira da Silva bem como a equipe interdisciplinar do Projeto EDUCON; meu muito obrigado, por tudo. Agradeço as/os amigas/os que a UNIPAMPA me proporcionou que sempre se solidarizaram durante todo esse processo.

Agradeço na pessoa do Sr. Vanderlei e da Sr.^a Janete a todos/as os/as trabalhadores da UNIPAMPA, de quem recebi os melhores “*tratamentos*” no decorrer dos anos de graduação na Universidade, aos quais fizeram toda diferença num cotidiano de estudos.

A final de meus agradecimentos, eu dirijo um em especial MUITO OBRIGADO! Aos Conselheiras/os Tutelar, que durante esse processo, enquanto classes trabalhadoras colaboram de forma inquestionável nos processos de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II; bem como no processo vivenciado, via Assessoria em Serviço Social prestada ao Conselho Tutelar de São Borja (RS).

Com grande carinho agradeço a todas/os, pela oportunidade elaborar o presente Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, com a participação e contribuição imensurável dos mesmos, enquanto sujeitos no processo de construção do conhecimento.

“A riqueza não consiste no que temos ou no lugar que ocupamos, mas nas atitudes que tomamos para fazer o mundo melhor”.

Renan Mendonça Alves

RESUMO

A Assessoria em Serviço Social aos CT(s) Tutelares ainda é um assunto pouco explorado em âmbito acadêmico, o que justifica a presente produção, vista a materialização de estratégias de fortalecimento do CT, enquanto órgão estratégico na garantia de direitos da criança e adolescente. O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) disserta sobre o processo de Assessoria em Serviço Social (SS) a Conselhos Tutelares a partir do contexto são-borjense, como possibilidade estratégica ao suporte às ações do colegiado na promoção da Doutrina de Proteção Integral. Buscou-se analisar as mediações que o Serviço Social constrói durante o processo de assessoria técnica junto ao Conselho Tutelar de São Borja, com vistas a ampliação da discussão teórico-acadêmica bem como fortalecer a assessoria enquanto espaço propício para a materialização do Projeto Ético-Político da profissão. Assim como apreender o processo sócio histórico de edificação das ações de assessoria técnica em Serviço Social no Conselho Tutelar; investigar como as ações de assessoria em (SS) podem contribuir para o fortalecimento político do Conselho Tutelar junto ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente (SGDCA). Identificar quais são os desafios e as potencialidades da assessoria em Serviço Social. Refletir sobre como a práxis do/a assistente social se materializa no processo de assessoria ao Conselho Tutelar. O presente estudo tem como metodologia o enfoque qualitativo explicativo, onde para a análise da realidade, utilizou-se o método dialético-crítico e suas categorias nucleares: Historicidade, Totalidade, Contradição e Mediação. No ano de 2018 para a coleta de dados, utilizou-se da estratégia de entrevistas semiestruturada, onde se construiu um roteiro de perguntas contendo questões que possibilitaram apreender a dinâmica da realidade a partir da instituição. Para analisar os dados utilizou-se o Método de Sistematização da Prática de Maria Mercedes Gagneten (1987). O estudo revelou a baixa produção científica quanto a temática; a inserção ainda tímida dos/as profissionais de Serviço Social nesses espaços sócio-ocupacionais. Revelou a presença de dificuldades para o exercício profissional, como a perda dos registros históricos da instituição, "Atas do CT"; insipiência de informações documentadas quanto aos recursos disponíveis no município; a fragilidade nos fluxos administrativos e no atendimento às demandas; a ausência de sistematização dados CT; contudo se revelando solo fértil para investigação intervenção profissional.

Sendo que a partir dessa realidade, a Assessoria em Serviço Social passa a contribuir com órgão, no suporte, a construção de diferentes estratégias no intuito de superação desses obstáculos. Conclui-se, que há a necessidade da presença dos/as profissionais Assistentes Sociais nos CT(s) no intuito de ampliar e consolidar a discussão quanto a Doutrina de Proteção Integral a crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Assessoria Técnica. Serviço Social. Conselho Tutelar. Criança e Adolescente.

ABSTRACT

Counseling in Social Service to Guardianship (s) is still a subject little explored in academic scope, which justifies the present production, in view of the materialization of strategies to strengthen the TC, as a strategic organ in guaranteeing the rights of children and adolescents. This Course Conclusion Paper (TCC) discusses the process of Counseling in Social Service (SS) to Guardianship Councils from the São-Borne context, as a strategic possibility to support the actions of the collegiate in promoting the Doctrine of Integral Protection. The general objective was to analyze the mediations that the Social Service builds during the process of technical advice to the Sanitation Council of São Borja, with a view to broadening the theoretical-academic discussion as well as strengthening the advisory service as a space conducive to the materialization of the Ethical- Political of the profession. The specific objectives were built with the perspective of apprehending the socio-historical process of edification of the technical advisory actions in Social Work in the Tutelary Council; to investigate how advisory actions in (SS) can contribute to the political strengthening of the Guardianship Council with the Child and Adolescent Rights Guarantee System (SGDCA). Identify the challenges and potential of Social Work counseling. Reflect on how the praxis of the social worker materializes in the process of advising the Guardianship Council. The present study has as methodology the explanatory qualitative approach, where for the analysis of reality, the dialectical-critical method and its nuclear categories were used: Historicity, Totality, Contradiction and Mediation. In the year 2018 for the data collection, the strategy of semi-structured interviews was used, where a questionnaire was constructed containing questions that made it possible to apprehend the dynamics of reality from the institution. To analyze the data was used the Method of Systematization of the Practice of Maria Mercedes Gagneten (1987). The study revealed the low scientific production on the subject; the timid insertion of the Social Work professionals in these social-occupational spaces. It revealed the presence of difficulties for the professional exercise, as the loss of the historical records of the institution, "Atas do CT"; lack of documented information regarding the resources available in the municipality; the fragility of administrative flows and the fulfillment of demands; the absence of systematic data CT; however proving to be fertile soil for professional intervention research. Being that from this reality, the Advice in Social Service begins

to contribute with organ, in the support, the construction of different strategies in order to overcome these obstacles. It is concluded that there is a need for the presence of Social Welfare professionals in the TC (s) in order to broaden and consolidate the discussion regarding the Doctrine of Integral Protection to children and adolescents.

Keywords: Technical Assistance. Social service. Guardianship Council. Child and teenager.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conjunto de Instrumentos e Técnicas utilizados	34
Quadro 2 – Fase e Conceito do MSP	37
Quadro 3 – Tabela de Fases Metodológicas / Técnicas e Instrumentos da Sistematização da Prática	38
Quadro 4 – Estado da Arte	50
Quadro 5 – Estratégia das Assessoria em Serviço Social no (RJ)	59
Quadro 6 – Síntese das Propostas da Assessoria em Serviço Social ao Conselho Tutelar	73
Quadro 7 – Síntese dos desafios ao trabalho do Conselho Tutelar	80
Quadro 8 – Demandas atendidas pelo CT de São Borja (RS)	90
Quadro 9 – Demonstrativo de Atendimentos do CT	96
Quadro 10 - Infraestrutura do CT de São Borja, CT(s) do (RS) e do BRASIL	97
Quadro 11- Demonstrativo do Conselho Tutelar de São Borja (RS)	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Abuso Sexual.....	94
Gráfico 2 – Exploração Sexual	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFESS -- Conselho Federal de Serviço Social.

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CT -- Conselho Tutelar.

CT1- Conselheiro Tutelar Nº 1.

CT2- Conselheiro Tutelar Nº 2.

CT3- Conselheiro Tutelar Nº 3.

CT4- Conselheiro Tutelar Nº 4.

CT5- Conselheiro Tutelar Nº 5.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentaria.

LOA – Lei Orçamentária Anual.

MSP -- Método de Sistematização da Prática.

PDF -- Portable Document Format / “Formato Portátil de Documento”

PEP – Projeto Ético Político.

POPs – Programas Operacionais Padrão.

PPA – Plano Pluri Anual.

RH – Recursos Humanos.

RS -- Rio Grande do Sul.

RJ -- Rio de Janeiro.

SAM -- Serviço de Atendimento ao Menor.

S/a – Sem ano.

S/p – Sem pagina.

SCIELO – Scientific Electronic Library Online / “Biblioteca Eletrônica Científica Online”.

SGDCA -- Sistema de Garantia de Direito.

SS -- Serviço Social

UNICEF – United Nations Children's Fund / “Nações Unidas para a Infância”.

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa.

TCC -- Trabalho de Conclusão de Curso.

TCLE- Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. METODOLOGIA	20
2.1 Tipo de Pesquisa.....	25
2.2. Método dialético crítico e suas categorias.....	26
2.3 Categorias Explicativas da Realidade.....	29
2.4 Técnicas e instrumentos	34
2.5. Sujeitos e Universo.....	36
2.6. Análise dos dados.....	36
2.7 Pressupostos Éticos.....	39
2.8. Socialização dos dados	41
3 ASSESSORIA EM SERVIÇO SOCIAL AOS CONSELHOS TUTELARES: DA ORIGEM AO ATUAL CONTEXTO.....	41
3.1 Um breve resgate histórico da Infância e Juventude no Brasil.....	41
3.2 Assessoria uma análise a partir do Serviço Social	45
3.3 Assessoria em Serviço Social ao CT; Uma análise do contexto nacional	54
3.4 Assessoria em Serviço Social ao Conselho Tutelar no (RS).....	62
4 CONSELHO TUTELAR PERCEPÇÕES E SIGNIFICADO SOCIAL DA ASSESSORIA TÉCNICA EM SERVIÇO SOCIAL.....	65
4.1 Das percepções dos sujeitos: a riqueza das vivências	65
5 CONSELHO TUTELAR EM SÃO BORJA(RS) : A EXPERIENCIA COM O PROJETO DE EXTENSÃO.....	81
5.1 Serviço Social mediações necessárias para a integralidade da proteção de crianças e adolescentes.....	82
5,2 Uma análise a partir das demandas do CT.....	89
5.3 Entre garantia de direitos, normativas legais e determinações da atualidade.....	96
6 PROPOSIÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICE A.....	116
APÊNDICE B.....	118
APÊNDICE C.....	119

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “ASSESSORIA EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO BORJA (RS)” problematiza o processo de Assessoria em Serviço Social a Conselhos Tutelares, a partir do contexto são-borjense.

O objeto de estudo proposto é a Assessoria em Serviço Social e as mediações para o fortalecimento político do Conselho Tutelar do município de São Borja (RS) junto ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente-SGDCA. Diante disso, fora construído o seguinte problema de pesquisa: *Quais as mediações que o processo de Assessoria Técnica em Serviço Social junto ao Conselho Tutelar, constrói para o fortalecimento político do Conselho Tutelar no Sistema de Garantia de Direitos, diante a atual conjuntura de regressão aos direitos sociais?*

Como estratégia metodológica para responder ao problema da pesquisa se elaborou o objetivo geral, para analisar as mediações que o Serviço Social constrói durante o processo de Assessoria Técnica junto ao Conselho Tutelar de São Borja (RS) com vistas, a ampliação da discussão teórico-acadêmica bem como fortalecer a assessoria enquanto espaço próprio, para a materialização do Projeto Ético-Político da profissão. Visando conformar o objetivo geral, foram constituídos os objetivos específicos que buscaram: Apreender o processo sócio histórico de edificação das ações de Assessoria Técnica em Serviço Social no Conselho Tutelar; Investigar como as ações de Assessoria em Serviço Social, podem contribuir para o fortalecimento político do Conselho Tutelar junto aos SGDCA; Identificar quais são os desafios e as potencialidades da Assessoria em Serviço Social; Refletir sobre como a práxis do/a assistente social se materializa, no processo de Assessoria ao Conselho Tutelar.

Sendo assim, o estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa explicativa, a qual utilizou-se no ano 2018 de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados. Para a execução das entrevistas construiu-se um roteiro com perguntas¹ abertas, sendo aplicadas em 05 (cinco) os/as entrevistados/as².

¹ Apêndice B.

Importante destacar que a baixa produção teórica na área fora uma das dificuldades encontradas na elaboração do presente estudo, sendo necessária a utilização de obras correlacionadas com a temática de Assessoria em Serviço Social. Destaca-se, que, os sítios utilizados para a presente elaboração ocorreram, preferencialmente, na biblioteca da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e por meio da internet, atentando para a demanda de acessibilidade do pesquisador.

Justifica-se a escolha do tema *Assessoria em Serviço Social: uma análise a partir do Conselho Tutelar de São Borja (RS)*, primeiramente pelo fato da aproximação com a temática, na participação como bolsista dos Projetos de Extensão: *Assessoria e Formação em Políticas Sociais no município de São Borja (RS)* no ano de 2017 e *Serviço Social e Conselho Tutelar: Mediações necessárias para a integralidade da proteção de crianças e adolescentes* nos anos de 2017 e 2018; sendo o Conselho Tutelar o local de realização dos Estágios I e II em Serviço Social.

Durante a imersão na realidade local, no Conselho Tutelar de São Borja (RS) teve-se, a oportunidade de identificar in loco os desafios que se apresentam ao exercício profissional dos/as conselheiros/as tutelar, para a garantia da proteção dos direitos da criança e adolescente. Além disso, observou-se as dificuldades encontradas pelo/a profissional Assessor/a em Serviço Social, para intervir, no intuito de dar suporte aos conselheiros/as no seu complexo cotidiano de trabalho.

Ao analisar a instituição Conselho Tutelar, verifica-se que as demandas da instituição são diversas, perpassando desde atendimentos a pessoas que procuram o CT, sendo 1.059 atendimentos no ano de 2017; a diligências³ e visitas domiciliares com 2.169 atendimentos, que somadas representam 3.228 atendimentos nesse mesmo ano. São demandas da instituição: Alienação Parental, Conflito familiar, Violência sexual, entre outras; nesse sentido percebeu-se a relevância da inserção do/a profissional de Serviço Social, para o desenvolvimento do suporte técnico via assessoria (CONSELHO TUTELAR, 2018).

O presente trabalho é composto por seis capítulos, o primeiro a Introdução, apresenta-se de forma sucinta o conteúdo geral da pesquisa; ainda conta com

² O presente estudo busca atender as orientações da resolução CFESS Nº 845, de 26 de fevereiro de 2018, do qual se refere sobre a igualdade de gênero na linguagem escrita.

³ Ação de fiscalização de entidades ou a eventos, bem como a averiguação de situação de violação dos direitos da criança e adolescente.

capítulo metodológico, 3 capítulos teóricos, seguidos das proposições finais, referências e anexos.

No segundo capítulo é apresentado o caminho metodológico adotado no presente estudo, sendo este resultado de uma pesquisa qualitativa explicativa, que se utiliza do método dialético crítico, com suas categorias centrais: Historicidade, Totalidade, Contradição e Mediação. Destaca-se que a análise dos dados da pesquisa, está no corpo do TCC, em uma perspectiva totalidade; não fragmentada em um único capítulo.

O terceiro capítulo discorre acerca das primeiras experiências de Assessoria em Serviço Social aos CT(s) no Brasil, sendo estas, localizadas embrionariamente no estado do Rio de Janeiro, introduzido o enfoque regional de Assessoria em Serviço Social no estado Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre; o mesmo está organizado sobre cinco subitens.

O quarto capítulo, apresenta as percepções das/os conselheiras/os tutelares, quanto às experiências vivenciadas por elas/es com a Assessoria em Serviço Social ao CT São Borja (RS). Dessa forma, evidenciando-se o significado atribuído ao processo de assessoria e concomitantemente, apreendendo as percepções quanto aos impactos da mesma, nos seus processos de trabalho. O capítulo se encontra dividido em dois subitens.

O quinto capítulo, analisa a experiência do Município de São Borja (RS) articulando as reflexões sobre a realidade local; com as experiências da Assessoria em Serviço Social para o atendimento do CT. O mesmo está subdividido em quatro subitens.

O trabalho em seu sexto capítulo, a partir dos estudos, análises, reflexões que contribuíram para os resultados e as discussões da presente produção teórica, e a partir das totalizações provisórias, são apresentadas as proposições que legitimam a ampliação das Assessorias aos Conselhos Tutelares, como estratégia para consolidação do órgão como central à articulação do SGDCA, a partir da Doutrina de Proteção Integral.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa científica se propõe a dar resposta aos problemas relevantes que o homem se coloca e fazer descobertas significativas que aumenta sua bagagem de conhecimento (SORIANO, 2004, p.24).

Ao sublinhar o caminho metodológico da pesquisa, valoriza-se a trajetória construída para elaboração do presente trabalho; onde aponta-se o método dialético-crítico⁴, como alicerce para, observação e investigação, análise, sistematização e socialização dos resultados; bem como a síntese provisória, produto da pesquisa realizada. Como no entendimento de que “[...] as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 32), o método adotado é o que melhor contempla as exigências da pesquisa, entendendo que a ciência é processual, dinâmica e inacabada.

Dado que a realidade se manifesta parcialmente em sua “pseudoconcreticidade” (KOSIK, 1976, p.15) como realidade fenomênica; investigar os fenômenos sociais é condição para estabelecimento das conexões, entre as determinações mais complexas para as mais simples, via processo de “mediação” (PONTES, 2002, p. 55) nos fenômenos sociais. Nesse sentido, é pela pesquisa, isto é, pelo processo de investigação que as ciências sociais constroem conhecimento, pela elaboração teórica dos sistemas de mediações, sobre as diferentes temáticas, fenômenos e objetos estudados. Segundo a provocação de Marx e Engels 1987 apud Kosik (1976, p.17) “[...] se os homens aprendessem imediatamente as conexões, para que serviria a ciência?”.

A partir dessa possibilidade, se demonstra a relevância do capítulo metodológico, como proposição intencional e planejada para direcionar o caminho do pesquisador; na ação que objetiva a ruptura com a aparência dos dados, que no senso comum são tidos como verdades perenes. Nesse caminho adotado com o método dialético crítico, a pesquisa diverge de outras perspectivas teóricas, circunscritas no rol das ciências pós-modernas, dentre os quais, reside à crítica quanto “[...] suspeita da distinção entre aparência e realidade” (SANTOS apud NETTO, 2011, p.24) o que implicaria na irrelevância do processo investigativo.

⁴ [...] a dialética trabalha com a valorização das quantidades e das qualidades, com as contradições intrínsecas às ações e as realizações humanas, e com o movimento perene entre as partes e o todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos (MINAYO, 2009, p. 24).

A pesquisa realizada é contra a perspectiva teórica defendida pelos autores pós-modernos, visto que para a presente pesquisa essência e aparência não coincidem. A análise do presente trabalho nega a aparência do objeto e pelo processo sucessivo de observação e investigação, começa a extrair do mesmo suas determinações mais simples, para compreensão da essência do fenômeno estudado.

O problema da pesquisa consiste na pergunta: Quais as mediações que o processo de Assessoria Técnica em Serviço Social junto ao Conselho Tutelar constrói para o fortalecimento político do Conselho Tutelar no Sistema de Garantia de Direitos diante a atual conjuntura de regressão aos direitos sociais?

Como metodologia para responder a questão problema foram elaboradas perguntas “SULeadoras⁵”(FREIRE, 1991, p.113) que se articulam a pesquisa no intuito de mediar o estudo do objeto. É a partir da inserção do estagiário em Serviço Social no Conselho Tutelar do município de São Borja e no movimento de sucessivas aproximações com a realidade histórica, que se extrai da realidade a crítica acadêmica aos processos de Assessoria em Serviço Social.

Paradigmaticamente via o método dialético-crítico observou-se, a emersão do confronto entre a “crítica do senso comum” e o processo de Assessoria Técnica em Serviço Social ao CT; nascendo a necessidade de se responder a primeira questão SULeadora: *Como se dá a gênese das ações de Assessoria em Serviço Social aos CT(s)?*

Durante a elaboração dos documentos de estágio e fruto das supervisões de campo e acadêmica, eclodiu a segunda questão SULeadora: *De que forma a assessoria em Serviço Social contribui para o fortalecimento político do Conselho Tutelar no SGDCA⁶?*

As perguntas se configuram, como um esforço do pesquisador, em saturar seu objeto, com as determinações⁷ mais simples, existentes em sua dinâmica histórica; Dessa forma, extraindo da realidade o conjunto de mediações que

⁵SULear, é o antônimo de Nortear, termo cunhado pelo autor Paulo Freire 1991 no livro “Pedagogia da Esperança”, um reencontro com a Pedagogia do Oprimido; O significado é político que nega em si a hegemonia cultural estadunidense. Variações do termo (SULeadora ; SULeadas).

⁶ Resolução 113 de 19 de Abril de 2006, do Conselho Nacional da Criança e Adolescente-CONANDA.

⁷ “Determinações são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade [...]” (NETTO, 2009, p.688).

possibilitam “reprodução ideal, do movimento real, do objeto, pelo sujeito que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 21).

Para atender essa base metodológica, serviu-se de outras questões, de forma a SULEar a pesquisa; tomou-se o conflito, entre as percepções sensíveis dos sujeitos imbricados pelo processo de Assessoria ao CT e a crítica do âmbito acadêmico. Dessa realidade, ainda que aparente, extraiu-se do fenômeno a necessidade de se captar as contradições existentes no processo; corroborando para a elaboração de uma terceira questão SULEadora, sendo esta : *Quais são os desafios e potencialidades da Assessoria em Serviço Social junto CT?*

Nessa relação pesquisador e objeto, voltou-se a observação para o/a profissional de Serviço Social, quanto à atuação no CT, isto é, via Assessoria Técnica, na tentativa de apreender a dinâmica do fenômeno, emergente nesse contexto da realidade sensível. A demanda para análise do/a profissional Assessor/a em Serviço Social, levou a interrogação face ao objeto, com a quarta indagação SULEadora: *Como se configura a práxis profissional do/a Assistente Social durante o processo de Assessoria ao CT?*

A partir das questões SULEadoras, prospectivamente, trabalhou-se para o esgotamento do objetivo geral, os seguintes eixos específicos: 1) Apreender o processo sócio histórico de edificação das ações de Assessoria Técnica em Serviço Social no CT; 2) Investigar como as ações de Assessoria em Serviço Social podem contribuir para o fortalecimento político do CT junto ao SGDCA; 3) Identificar quais são os desafios e as potencialidades da Assessoria em Serviço Social; 4) Refletir sobre como a práxis do/a Assistente Social, se materializa no processo de articulação da Assessoria ao CT.

Em face da discussão tomou-se a importância da pesquisa para as ciências sociais, que se baseia em fundamentos como defende o autor Demo (2009, p.59) a “[...] pesquisa significa a produção crítica e autocrítica de caminhos alternativos, bem como a inquirição sobre os caminhos vigentes e passados”. O que promove a contínua revisão da realidade, visto que a mesma é processual, dinâmica e inacabada, em constante transformação o que requer primeiro do cientista o permanentemente processo de investigação, para que em determinado momento histórico possa construir as mediações da realidade. Nesse sentido pode-se entender que:

[...] a pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir as verdades parciais (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.139).

As ciências sociais via processo de investigação e rigor metodológico, rompem com o senso comum pela análise de conteúdo; se servem da metodologia científica, que trabalha sistematicamente para conhecer a realidade. “A pesquisa tem importância fundamental no campo das ciências sociais principalmente na obtenção de soluções para problemas coletivos” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.16). Nesse contexto das ciências sociais, que afirma o sentido original da pesquisa “[...] não está a colocação genérica e dispersa de qualquer ação social, mas ação conscientemente política, no sentido de aliar conhecimento e mudança [...]”(DEMO, 2009, p . 231).

O Serviço Social como profissão de natureza interventiva se articula a ação investigativa da realidade, a partir SULeadas diretrizes, isto é, a pesquisa é sublinhada a partir do PEP da profissão. A pesquisa é apreendida de maneira articulada com o caráter interventivo, nesse sentido defendendo que:

[...] Como já dizia Lênin “em uma sociedade erigida sob a luta de classes não pode haver ciência social imparcial”, por isso o pesquisador deve tomar partido e o faz a partir do momento em que assume uma atitude, quer ela seja conformista, aceitando o estado das coisas existentes, quer seja uma postura crítica e comprometida com as classes exploradas (SORIANO, 2004, p.21).

Nesse sentido, a pesquisa não deve contribuir para a reprodução acrítica dos fenômenos sociais, que ocorrem dentro da sociabilidade burguesa, antes devem contribuir para que o/a profissional “através raciocínios teóricos e proposições concretas, [contribuam] para a transformação da sociedade capitalista” (SORIANO 2004, p. 22).

Esse é o principal compromisso da pesquisa em Serviço Social, a reflexão dos fenômenos sociais, à luz de uma teoria que apreende o movimento real da sociedade burguesa, criticando todas as contradições presentes no fenômeno social, pelas expressões da questão social e indicando de forma comprometida ações possíveis dentro dos limites da profissão; no movimento de rupturas, a caminho da

superação do capitalismo, no dever de um novo modelo societário, que garanta a justiça social, a liberdade e a equidade humano genérica.

Para Minayo (2009, p.16) “[...] embora sendo uma prática teórica a pesquisa vincula pensamento e ação [...]” nesse sentido, a pesquisa é condição para que se intervenha, isto é, há a necessidade de se conhecer para intervir; é o que qualifica a intervenção profissional. Nessa direção, é a condição para garantir a qualidade da intervenção, isto é, a eficiência das ações só ocorrerá pela articulação de conhecimentos via conexões com a realidade, que se fazem necessárias aos processos de trabalho do/a Assistente Social, visto que:

[...] Somos profissionais cuja prática está direcionada para fazer enfrentamentos críticos da realidade, portanto precisamos de uma sólida base de conhecimentos, aliada a uma direção política consistente que nos possibilite desvendar adequadamente as tramas conjunturais, as forças sociais em presença. É neste espaço de interação entre estrutura, conjuntura e cotidiano que nossa prática se realiza. É na vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos que as determinações conjunturais se expressam. Portanto, assim como precisamos saber ler conjunturas, precisamos saber ler também o cotidiano, pois é aí que a história se faz, aí é que nossa prática se realiza (MARTINELLI, 2006, p.14).

Entendendo a pesquisa em Serviço Social, como parte constitutiva da leitura de realidade e da análise da mesma, o estudo se materializa enquanto contribuição para a intervenção profissional no contexto estudado. Como bem sublinha Minayo (2009, p.16) “[...] é a pesquisa que alimenta a atividade [...]”, nesse sentido, sustentar a relevância da pesquisa para a intervenção profissional, é firmar que antes de intervir é necessário conhecer.

Sobre o processo de Assessoria Técnica em Serviço Social ao Conselho Tutelar de São Borja (RS) aponta-se para as contribuições para a comunidade científica, enquanto produção que contribui para a análise desse fenômeno, sendo a socialização dos achados uma provocação para novas pesquisas na área. O processo de apreensão da realidade sócio histórica de constituição e desenvolvimento da instituição, bem como a extração das determinações presentes nesse espaço sócio ocupacional que incide sobre a realidade e as possibilidades de atuação profissional, se consubstanciam no presente TCC.

Na elaboração do presente estudo, se sublinha a presença do sistema de mediação necessário a apreensão da realidade; que se apresenta e se esconde

simultaneamente no fenômeno social. Sendo possível apenas pela “[...] reprodução ideal do movimento real do objeto [...]” (NETTO, 2011, p. 21) a extração das contradições presentes no interior na dinâmica do objeto; dentro de uma perspectiva de totalidade e através da análise histórica.

2.1 Tipo de Pesquisa

O trabalho optou pela pesquisa qualitativa explicativa, sendo que a mesma é apreendida segundo Minayo (2006, p. 21) como sendo aquela que:

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só pelo agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

É no campo dos significados, que a pesquisa qualitativa ganha em relevância, ao propor-se a dar voz aos sujeitos, evidenciando o seu protagonismo; enquanto sujeitos que constroem a pesquisa, sendo partes constitutivas da mesma. Nesse sentido “[...] a pesquisa tem por objetivo, trazer a tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado” (MARTINELLI, 1993, p. 210).

A importância da pesquisa qualitativa está na ação, do pesquisador que se compromete em extrair com riqueza de determinações, os elementos que a constituem. Nas palavras de Yamamoto (2000, p.49) a pesquisa é um “[...] mergulho na realidade social [...]” que se desenvolve pelo processo sistemático de ações, que levam a investigação e interpretação para o desvelamento do objeto.

Nesse sentido se sublinha a pesquisa, quanto seus objetivos como pesquisa explicativa. Para Gil (2008, p.28) as pesquisas explicativas “[...] são aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

A presente pesquisa em seu desenvolvimento observou pressupostos éticos para sua realização, desde a adesão dos/as entrevistados/as via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE⁸, modelo da UNIPAMPA. Adotou como o

⁸ Apêndice A.

sigilo das informações e o anonimato dos nomes dos/as entrevistados/as; pois segundo a Resolução nº 466 de 12 de Dezembro de 2012 (CNS, 2012) e o Código de Ética de 1993, Capítulo 5 Artigo nº 16, que prevê “O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” (CFESS, 2011, p. 35).

Diante da coleta dos dados para análise e socialização dos mesmos, se observou para os participantes a possibilidade de desistência, via solicitação a qualquer momento; sendo sua desvinculação livre de qualquer tipo de constrangimento. Todo o esforço está em consonância, com os demais pressupostos éticos, que manifestam a fidelidade à reprodução das informações e citação das fontes que embasaram à pesquisa. Segundo Minayo (2009, p. 55) se afirma que a pesquisa “[...] tem em sua redação o compromisso em não ferir a ética da elaboração de textos científicos”.

2.2 Método dialético crítico e suas categorias

Ao abordar o método, se dá ênfase para o mesmo como uma edificação teórica, que tem como objetivo atingir o resultado desejado orientando-se por concepções filosóficas, ideológicas e políticas, o que necessariamente não se manifesta de maneira explícita, mas implícita. No refletir sobre o método, antes de tudo, sublinha-se que cada método confere a pesquisa um tom, sendo esse tom crítico ou acrítico.

Nesse sentido, o método utilizado na pesquisa é o dialético-crítico, como método de análise da realidade a partir dialética em Marx, que parte do processo investigativo com sucessivas aproximações com a realidade aprofundando-se de forma crítica e profunda nos meandros da realidade. Salienta-se que a realidade revela-se na dinâmica do real, inacabado e em movimento, devido contradições presentes no “[...] mundo da pseudoconcreticidade” (KOSIK 1976, p.15). O método dialético-crítico tem como categorias centrais a historicidade, a totalidade, a contradição e a mediação; sendo que:

Categories são formas de conscientização nos conceitos dos modos universais da relação do homem com o mundo, que refletem as propriedades e leis mais gerais e essenciais da natureza, a sociedade e o pensamento. Para o marxismo, as categorias se formam no

desenvolvimento histórico do conhecimento e na prática social. Esta última afirmação é fundamental. Ela significa que o sistema de categorias surgiu como resultado da unidade do histórico e do lógico, é o movimento do abstrato ao concreto do exterior ao interior, do fenômeno à essência (TRIVINOS 1987, p. 54).

As categorias são utilizadas para se romper com o aparente, o que é inerente ao processo de desvelamento da realidade; para Kosik (1976, p.18) “[...] a coisa em si [...]”, não é imediatamente manifesta. Nesse caminho o que se observa são como, as categorias utilizadas nesse processo, irão auxiliar a apreensão do fenômeno. É pelo processo de categorização que o/a pesquisador/a sistematiza, via sistema de mediação, o estudo do fenômeno na realidade sensível; saturada de determinações e conexões entre elas.

De acordo com Marconi e Lakatos (2007, p. 83) “[...] método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo conhecimento válidos e verdadeiros”. Assim o aporte teórico é o que sustenta todos os procedimentos metodológicos, as autoras afirmam que o conjunto de ações previamente planejadas com um rigor metodológico, compõe o instrumental à serviço de uma finalidade, que é investigar e apreender as particularidades, dentro do objeto que se propõe a estudar.

A análise da realidade acontece, no momento em que o/a pesquisador/a se confronta com o objeto, pela análise investigativa; a partir da perspectiva da totalidade, não foca apenas no dado aparente, mas amplia a análise pelo uso das categorias do método. Segundo Gil (2008, p.14) “os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.” Nesse sentido:

[...] Na realidade, totalidade não significa todos os fatos: Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda reconhecer a realidade, e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem ainda a totalidade (KOSIK, 1976, p.43-44).

A relevância da categoria totalidade está na possibilidade da pesquisa perceber o fenômeno dentro de um contexto, e não isoladamente; levando em consideração todos os elementos constitutivos do objeto estudado. Nesse caso, as determinações culturais, políticos, econômicos e sociais, e o que se sublinha na

pesquisa para análise do fenômeno, que deslocado de suas relações universais e singulares, remete a apreensão da dinâmica e as determinações do objeto, de forma fragmentada e determinista.

Para Turck (2012, p.12) a “[...] Historicidade - como um processo que compreende a processualidade dos fatos, sua provisoriedade e seu movimento permanente de superações”. Por isso “[...] o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.107).

A historicidade remete a processualidade e a provisoriedade dos fatos, o que implica em novos momentos da história ou na análise de cenários anteriores; sendo necessária a análise da realidade atual, para a compreensão das determinações do cenário estudado. Segundo Pontes (2002,p.66) a categoria historicidade:

[...] ancora-se no fato de que este método necessariamente dirige-se à Gênese de qualquer fenômeno em estudo. Busca arrancar da forma empírica do fenômeno, a raiz histórica de sua constituição, os processos que o constituíram e este enquanto partícipe dos processos. Enfim, a concepção dialética determina a intenção e a ação de compreender as condições que engendram os processos históricos e os sujeitos destes processos nas suas particularidades e potencialidades.

Para a pesquisa tomar o fenômeno por sua raiz, exige que se sublinhe a importância desta categoria a partir do método dialético crítico, visto que a historicidade se articula de maneira conexa as outras categorias, como a totalidade e a contradição. Segundo Turck (2012, p. 12) a “[...] Contradição – é a força motriz (C x W) que provoca o movimento de transformação, instigando a partir da luta dos contraditórios, os processos de mudança, devir na realidade dos sujeitos”.

É a contradição presente no interior dos fenômenos que imprime diferentes níveis de tensão na dinâmica do mesmo, ou seja, nos complexos opostos dentro do fenômeno reside a força que movimenta a história, em uma totalidade, que só é possível de ser analisada, se compreendida com base no sistema de mediações. Nesse sentido apreender a categoria mediação, para Pontes (2002, p. 73) é:

Dos ‘experimentos ideais’, que tiveram sua base ontológica nas próprias ‘observações empíricas’, retorna-se ao contato com os dados do real, tal qual se mostraram no início do processo de conhecimento. Durante os experimentos ideais’, a razão captou (sempre por abstração e

aproximativamente) as determinações e as mediações que, no retorno às 'observações empíricas', darão a estes fatos uma nova inteligibilidade histórico-estrutural.

Nesse sentido, não se trata de uma análise puramente histórica, como se fosse uma releitura do processo sócio histórico; o que se circula, é que a partir da historicidade, se apreende o momento de fissura na história, que oportuniza o surgimento desse fenômeno. É a partir de determinações estruturais históricas, que o movimento de análise do fenômeno, encontra as determinações dentro do complexo dialético.

Pelo processo teleológico, o sistema de mediações entre os complexos se forma, explicitando pelas mediações o conjunto articulado de categorias, estas cheias, isto é, saturadas de determinações que são extraídas da realidade para sistematização da leitura do real via elaboração científica. Será a mediação que irá possibilitar a análise da realidade do fenômeno, na articulação teórica- prática, com as demais categorias.

2.3 Categorias explicativas da realidade

Diante do objeto de pesquisa, se extraiu as categorias explicativas da realidade, isto é, as categorias que sustentarão toda a argumentação, no processo de exposição e discussão dos resultados e achados de pesquisa, bem como da totalização provisória e suas proposições finais. Nesse caso o presente trabalho tomou por categorias explicativas, o Serviço Social, a Práxis, a Assessoria Técnica, as Políticas Sociais para a Infância e Adolescência, e a categoria Proteção.

Na pesquisa o Serviço Social emerge como categoria teórica fundamental, vista a natureza da Assessoria Técnica ao Conselho Tutelar de São Borja. Nesse sentido, a prerrogativa para a pesquisa, é delimitar o que é o Serviço Social, sendo que para a autora Iamamoto (2000, p.18) “[...] o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade”.

Ao formular essa categorização, a autora se fundamenta nas determinações, históricas e estruturantes, assim defendidas:

[...] a constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade, ao contrário de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classes, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital / trabalho constituída por meio do processo de industrialização e urbanização. É quando o Estado se "amplia", nos termos de Gramsci passando a tratar a questão social não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade, que são criadas as bases históricas da nossa demanda profissional (IAMAMOTO, 2000, p.19).

O Serviço Social como profissão nos marcos da sociabilidade capitalista, é legitimado, pois “[...] produz serviços que atendem às necessidades sociais, isto é, tem um valor de uso, uma utilidade social” (IAMAMOTO, 2000, p.20). Confirmando a concepção da autora verifica-se o destaque feito por Netto (2001, p.12) “[...] O Serviço Social é uma profissão - uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sócio técnica do trabalho -, com estatuto jurídico reconhecido (Lei 8.662, de 7 de junho de 1993)”.

Quanto à prática profissional em Serviço Social sublinha-se a importância da práxis, como categoria fundamental para a materialização do compromisso ético, técnico e político da profissão. Sendo que, aprende-se o presente trabalho como fruto da práxis acadêmico-profissional, na relação prático-teórica.

[...] Segundo Marx (1993) é na prática que o homem deve mostrar a verdade e o poder do seu pensamento, razão pela qual a prática é considerada para a dialética marxiana, critério de verdade. Mas, não qualquer prática, e sim uma prática orientada pela teoria, com clareza de finalidade, ou seja, uma práxis (MARX 1993 apud PRATES 2011, p. 4).

A categoria rompe com a prática pela prática, pois ao contrário dessa, ela contempla dimensão ontológica do Ser Social. Nesse sentido, retoma-se em que Marx (1999) o exemplo em que ele explicita a práxis enquanto capacidade teleológica, que tem sua materialidade do concreto pensado a ação sobre a natureza, quando afirma que:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 1999, 256).

Para Marx (1999) a capacidade de antever a ação e executá-la a partir de uma intencionalidade prévia é atribuída apenas aos homens e mulheres. Nesse caso o Serviço Social é apreendido como atividade teleológica, na práxis profissional que desenvolve-se nos diferentes processos de trabalho.

A profissão do Serviço Social regulamentada pela Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993 em seu Artigo 5º apresenta entre as atribuições privativas do Assistente Social no seu Inciso III “[...] assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social” (BRASIL, 1993, p.1-2).

A Assessoria em matéria de Serviço Social constitui-se assim como atribuição privativa do/a Assistente Social, a partir de sua Lei de Regulamentação. Com isso evidencia-se à análise sobre da categoria Assessoria em Serviço Social, com o objetivo apreender o significado da mesma, adotada no presente trabalho. Para isso se tomou a conceituação de Mattos (2009, p.5) que define:

[...] assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessoria e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições.

Ao explorar a categoria assessoria, como bem afirma Mattos (2009) se enfatiza que não trata-se de intervir, mas de propor ações, que poderão contribuir nos espaços sócio ocupacionais em que as políticas sociais, são operadas para a viabilização dos direitos, dos usuários/as. Nesse sentido, o diálogo com outros autores, se fez importante pra a apreensão de outros pontos de vista sobre essa categoria explicativa da realidade. Segundo o estudo feito por Telles (2012, p. 78) se constata que:

[...] os autores vêm discutindo a importância e a relevância do trabalho do assistente social no processo de assessoria a partir do compromisso ético político, apropriação teórico-metodológica e técnico-operativa do assessor para problematizar, mobilizar e potencializar o exercício profissional e/ou a participação social dos sujeitos na defesa e materialização dos direitos

sociais. Trata-se de um trabalho que requisita: estudos, pesquisas, discussões coletivas, aprimoramento e permanente atualização para alcançar os objetivos propostos e proporcionar aprendizado coletivo, tanto dos assessorados quanto dos assessores.

Em diferentes pontos se evidencia a relevância do/a Assessor/a em Serviço Social, nos diferentes espaços sócios ocupacionais; é frente o impacto das ações dos/as profissionais, que circula o compromisso com o Projeto Ético Político do Serviço Social. Devido ao engajamento da profissão com a defesa dos direitos da classe trabalhadora, se aponta que via assessoria o profissional poderá desenvolver um conjunto de ações que poderão ampliar ou não o acesso aos usuários/as.

Nesse sentido, se faz importante salientar que diante do espaço sócio ocupacional CT existem possibilidades a atuação do/a profissional assessor/a, o/a mesmo/a desafiado/a fazer a leitura de realidade; no intuito de propor estratégias que operacionalizem seu fazer profissional. Para Telles (2012, p. 79) se destaca algumas possíveis contribuições, como:

[...] a atuação interdisciplinar entre a equipe de assessoria, fortalecimento da organização política dos trabalhadores, desvelamento das relações de subordinação existentes na sociedade, elaboração de projetos/programas e políticas, avanço das discussões, bem como de novas possibilidades de qualificação dos processos de trabalho dos profissionais, suporte teórico, técnico e investigativo, aprimoramento e qualificação de instrumentos utilizados no cotidiano profissional, defesa intransigente dos direitos de cidadania, análise crítica da realidade social, socialização das informações, o enfrentamento coletivo das dificuldades, articulação do ensino, pesquisa e extensão, desenvolvimento de reflexão teórica, política e crítica do cotidiano, bem como, perspectiva de atuação tendo o projeto ético político profissional, como princípio balizador das ações no fortalecimento do exercício coletivo da profissão, reconhecimento e valorização do próprio trabalho e da produção de saberes na categoria dos assistentes sociais.

Sendo assim, a Assessoria em Serviço Social alinhada ao Projeto Ético Político, se constitui como meio, para o fortalecimento da classe trabalhadora na superação do *modus operandi*⁹ da sociedade capitalista. É no suporte aos CT(s) na relação com as Políticas Públicas e Políticas Sociais que o/a profissional intervém de forma indireta nas demandas da Infância e Juventude. Dessa forma tendo por foco a materialização a Doutrina de Proteção Integral a criança e adolescente, prevista pela Lei 8069 de 1990, ECA e pela Lei 12. 852 de 2013, EJU (BRASIL, 1990; 2013 A).

⁹ Expressão em latim, que significa: modo de operação.

Ao abordar políticas públicas e políticas sociais aponta-se para a conceituação de Fernandes e Hellmann (2016, p.174) que definem que a “[...] política social é entendida como forma de redistribuição de recursos públicos através do Estado” sendo assim a forma objetiva de materialização do compromisso constitucional do Estado para com a Infância e a Juventude. O artigo 227 da Constituição Federal de 1988 prevê que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p.76).

A partir do Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua - MNMMR 1985, e de outras normativas internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Homem (1948) a Declaração dos Direitos da Criança (1959) Pacto de São José da Costa Rica (1969) e a Convenção sobre o Direito da Criança de (1989) que é criada, a Lei 8069 de 13 de Julho de 1990 o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. Como se pode constatar no Artigo 1º, onde diz que “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (BRASIL,1990,p.1) a premissa central é a Proteção Integral.

2.4 Técnicas e instrumentos

Para conformar o objetivo geral do presente trabalho, foram escolhidas as técnicas e Instrumento para o desvendamento da realidade, conforme pode-se constatar logo abaixo, no quadro 1.

Quadro 1: Instrumentos e técnicas utilizadas

<p>OBJETIVO GERAL:</p> <p>Analisar as mediações que o Serviço Social constrói durante o processo de Assessoria técnica junto ao Conselho Tutelar de São Borja, com vistas a ampliação da discussão teórico-acadêmica bem como fortalecer a assessoria enquanto espaço propício para a materialização do Projeto Ético-Político da profissão.</p>

Técnica ¹⁰	Instrumentos ¹¹
<ul style="list-style-type: none"> • Revisão Bibliográfica (Livros; Teses; Dissertações; Revistas e Artigos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Roteiro de Leitura;
<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista Semiestruturada; 	<ul style="list-style-type: none"> • Roteiro de Entrevista;

Fonte: Sistematização do autor, 2018.

Para desvelamento da realidade primou-se pela utilização dessas técnicas e instrumentos, sendo que para cada técnica se imprimiu a utilização de um instrumento específico. Como afirma Marconi e Lakatos (2003, p.163) entende-se que:

A seleção do instrumental metodológico está, portanto, diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação.

Foram as técnicas e os instrumentos articulados na pesquisa, que possibilitaram a materializam a práxis investigativa no presente estudo; sendo pelo processo sucessivas aproximações com realidade, que se construiu a produção sobre a Assessoria em Serviço Social ao CT. Nesse sentido a opção pela revisão bibliográfica, foi estratégica frente às condições objetivas da realização estudo. Percebeu-se que a utilização do roteiro de leitura, atenderia a demanda inicial do pesquisador, que era a necessidade de apreensão sobre a temática estudada. Percebendo-se assim na presente pesquisa, que:

A leitura constitui-se em fator decisivo de estudo, pois propicia a ampliação de conhecimentos, a obtenção de informações básicas ou específicas, a abertura de novos horizontes para a mente, a sistematização do pensamento, o enriquecimento de vocabulário e o melhor entendimento do conteúdo das obras (MARCONI; LAKATOS 2007, p.18).

¹⁰ Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.174)

¹¹ Segundo Rudio (1986, p. 114) “chama-se de instrumento de pesquisa o que é utilizado para a coleta de dados”.

A necessidade do adensamento teórico do pesquisador para elaboração da realidade estudada; constituindo-se como mediação entre o que se vive e o que elabora sobre a mesma realidade; bem como a utilização do roteiro de leitura como instrumento para a técnica de revisão bibliográfica.

Para a coleta de dados também utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada¹², pois atende a natureza da pesquisa qualitativa, que “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO 2009, p. 21). A entrevista é apreendida como:

[...] um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.195).

Salienta-se que utilização da entrevista deve-se ao potencial que a mesma possui em dar voz aos sujeitos; dessa forma permitindo que os/as sujeitos falem, expressem seus anseios, aspirações, perspectivas enquanto conselheiros/as, enquanto sujeitos. Sendo que na entrevista o/a pesquisador/a, permite-se escutar o outro, captando os significados, as percepções dos/as entrevistados/as quanto as vivencias. Sendo que pela análise do conteúdo das entrevistas, apreendeu-se a percepção dos conselheiros/as tutelares, quanto ao impacto social do processo de Assessoria Técnica em Serviço Social ao órgão CT de São Borja.

Lewgoy (2010, p. 249) refere-se que “[...] a entrevista possibilita aos sujeitos nela envolvidos contar e desvelar histórias através do uso da linguagem e do seu sentido, compreender as experiências e os significados a elas dados” o que proporciona a pesquisa, extrair da realidade os elementos que a constituem, viabilizando dessa forma a elaboração pelo processo teleológico do sistema de mediações que a conformam.

¹² Segundo Minayo (2009, p. 64) a entrevista “[...] semiestruturada combina perguntas abertas e fechadas”.

2.5 Corpus da Pesquisa

Na pesquisa o *lócus* fora CT do município de São Borja, composto desde sua origem por um colegiado formado por 05 (cinco) conselheiros/as, sendo estes representantes da população pelo sufrágio universal. Os sujeitos desta pesquisa formam a fundamental importância presente estudo, desde sua constituição e desenvolvimento, a socialização dos dados.

Nessa relação pesquisa e pesquisados amadurecida no processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, foi que emergiu a demanda da construção do presente trabalho; como estratégia para dar visibilidade ao processo de Assessoria Técnica em Serviço Social ao CT, enquanto fenômeno que passa a se constituir como uma forma de trabalho, dentro da sociedade moderna, nesse sentido esse trabalho vem a contribuir para a análise desse fenômeno.

2.6 Análise dos dados

Para a análise dos dados optou-se pelo “Método de Sistematização da Prática- MSP¹³” de Maria Mercedes Gagneten (1987, p.1) que se baseia em sete fases , metodológicas; que a partir da análise do objeto da presente pesquisa, objetivam saturar a realidade de mediação, via processo de conhecimento da realidade, e apreensão das determinações da mesma. Assim prospectando a superação da análise imediata (aparência) que se apresenta no dado factual do fenômeno de Assessoria em Serviço Social ao CT de São Borja.

Sendo assim entendendo-se que esse método vai ao encontro da pesquisa qualitativa, por que trabalha o:

[...] conjunto de fenômenos humanos [que] é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só pelo agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p.21).

¹³ Obra em Espanhol de Maria Mercedes Gagneten (1987) tradução feita pelo autor.

Perceber como os fenômenos particulares se inter cruzam de maneira articulada com os fenômenos universais, apreendendo como sua manifestação acontece no cotidiano dos processos particulares, é o ponto central da pesquisa; que utiliza-se da análise de dado para construir um sistema de mediação que possibilite a processualidade, a dinâmica e a constituição do objeto, do fenômeno, da realidade que se manifesta no ser social. Para isso o MSP é sistematizado e esmiuçado no quadro 2, que segue para melhor explicitação de suas fases e conceitos.

Quadro 2 - Fases e conceitos do MSP

Fases	Conceitos
1ª Fase: Reconstrução	Nesta fase se reconstrói o concreto realizado, assim como o concreto sentido e pensado, entendendo por concreto o que Marx estabelece a respeito: “O concreto é síntese de múltiplas determinações, é a unidade da diversidade.” [...] Em síntese entende-se por reconstrução da experiência, a representação espaço-temporal, da mesma, através da narrativa descritiva realizada em forma desestruturada, baseada em certos slogans que enquadram a tarefa (GAGNETEN, 1987, p.70).
2ª Fase: Análise	Analisar é distinguir e separar as partes de um todo até chegar a conhecer seus princípios e elementos fundamentais. [...] E o estudo dos elementos constituintes dos fenômenos e processos assim como o estudo de suas conexões externas e internas (GAGNETEN, 1987, p.78).
3ª Fase: Interpretação	Interpretar é um esforço de sínteses, de concepções de um todo pela reunião de suas partes; significa reduzir os temas emergentes em seus núcleos significativos. [...] Para interpretar é necessário ter em conta: a) a necessidade de globalizar os aspectos; b) o caráter complementar da teoria (na sistematização); c) a objetividade da interpretação se embasa em um processo correto de reconstrução e de análise prévia para evitar a discriminação do sujeito e do objeto (GAGNETEN, 1987, p.87).
4ª Fase: Conceitualização	Conceitualizar é unir as mais diversas interpretações surgidas da prática, em um todo coerente. [...] Conceitualizar é a reconstrução teórica (do relato descritivo correspondente a I Fase) dos diferentes elementos percebidos, tematizados e interpretados. Dessa reconstrução conceitual se realiza dentro sistema inter cruzado e organizado, totalizando os diferentes elementos desvelados da realidade e da prática, produto no qual é representado o processo de relação e descoberta. (GAGNETEN, 1987, p. 92).
5ª Fase: Generalização	Enquanto conceitualizar é extrair o universal do singular em um mesmo tempo, generalizar é extrair o universal do particular em diferentes espaços em um tempo possível de confronto. (GAGNETEN, 1987, p.99).
6ª Fase: Conclusões	Implica em olhar novamente para os objetivos dinamicamente planejados e alcançar em cada etapa da prática, em relação os reais resultados alcançados (GAGNETEN, 1987, p.105).

7- Propostas	São propostas alternativas de soluções recipientes da realidade social das diferentes naturezas; são possibilidades concretas, realistas e não ideal. Para isso se utilizam técnicas e instrumentos que pelo MSP é sugerido.
--------------	--

Fonte: Sistematização do autor, a partir de (GAGNETEN 1987).

O MSP segue uma metodologia que instrumentaliza a prática do Serviço Social, enquanto meio para se conhecer e intervir na realidade social, para cada uma das fases é previsto um conjunto de técnicas e instrumentos via a conformar, a realidade e objeto que se estuda. Conforme quadro 3 verifica-se que para cada fase do MSP a autora Gagnetten (1987,p.107) prevê tais técnicas e instrumentos.

Quadro 3 - Tabela de Fases Metodológicas/Técnicas e Instrumentos da Sistematização da Prática.

FASES DO MSP	TÉCNICAS	INSTRUMENTOS
1. Reconstrução da experiência	- Relato descritivo da situação vivida: <ul style="list-style-type: none"> • Tempo • Espaço 	- Diário de Campo - Registro de Tarefas
2. Análise	Análise do conteúdo sugerido na reconstrução (Fase 1): a) Investigação não estruturada (decodificação); b) Classificação dos temas problemáticos (codificação); c) Tematização (codificação)	- Fichas Temáticas
3. Interpretação	Confrontação dos marcos teóricos referidos e temáticas codificadas; Investigação documental e teórica	- Matriz temática -Fichas Interpretativas e Bibliográficas
4. Conceitualização	Construção teórica surgida da confronto anterior (Fase 3) e a base de uma lógica determinada	- Crônica conceitual -Glossário conceitual
5. Generalização	Construção de conceitualizações correspondentes a diferentes espaços e tempos com base em critérios comuns	- Glossário de Generalização
6. Conclusão	Confrontação da construção teórica com a avaliação do processo solo	- Tabela de correção texto-contexto
		Arquivos de recursos

7. Propostas	Correspondência existente entre as políticas sociais setoriais e resultados da (Fase 6)	institucionais, econômicos, humanos assim como infraestruturas envolvidos no processo, tanto como contrapropostas, alternativas surgidas da prática popular
--------------	---	---

Fonte: Sistematização do autor, a partir de (GAGNETEN 1987).

A adoção do MSP como estratégia metodológica para análise dos dados, via exploração do material, inferência nos dados, tratamento e interpretação dos mesmos, bem como a generalização e ao fim uma totalização provisória, não atende de forma estanque ou pontual a uma demanda do pesquisador, enquanto agente investigativo de um fenômeno social. A opção pelo MSP se alinha diretamente com o Projeto Ético Político¹⁴ da Profissão em Serviço Social, que na sua 7ª Fase contempla as “propostas”, indo ao encontro do compromisso ético do *trabajadores sociales* como defende a autora do MSP, Maria Mercedes Gagnetten (1987).

É nesta fase que acontecem os encaminhamentos, ou seja, as proposições quando as possibilidades reais mediadas pela teoria social crítica, para a intervenção na realidade social, no fenômeno, no objeto que se investiga; assim contemplando as duas dimensões da atuação profissional do Serviço Social as dimensões investigativas e interventiva, onde uma não exclui a outra.

2.7 Socialização dos dados

A construção do presente trabalho tem por sujeitos na pesquisa os Conselho Tutelar de São Borja, o que durante todo o processo de criação, se constituiu como local manifestação e sistematização dos significados, dos sentimentos, das experiências de vida enquanto seres humanos imbricados na realidade objetiva. Assim infere-se que:

¹⁴O Projeto Ético Político – PEP, segundo Netto (2001) diz respeito ao projeto defendido pela categoria profissional do Serviço Social, que se vincula e se orienta a partir da matriz teórica crítica em Marx (1999) estando comprometida em defender um novo modelo sociedade, que elimine todas as formas de dominação, discriminação, opressão e exclusão. Com isso o PEP, se materializa pela observância das Diretrizes Curriculares de (1996) nos processos formação de novos profissionais, da Lei de Regulamentação 8662/1993 e do Código de Ética do Serviço Social de (1993) no exercício profissional.

O grande desafio para o pesquisador Assistente Social, que se preocupa com a centralidade do sujeito enquanto condição ontológica e não como estratégia metodológica de pesquisa, é possibilitar através da pesquisa maior visibilidade ao sujeito, à sua experiência e ao seu conhecimento, cuja natureza se desvendada, poderá permitir aos profissionais desenvolver práticas cada vez mais comprometidas ética e politicamente com a realidade dos mesmos, buscando no coletivo e na troca de saberes alternativas de superação das condições de privação e exclusão social (BOURGUIGNON, 2008, p.303).

A fim de contemplar os sujeitos pelo processo construído proporcionara-se a todos/as os/as a socialização da produção vide participação por adesão na Banca de Defesa do Trabalho de Conclusão do Curso. Ao final do processo, a socialização será com a entrega no ambiente institucional, de uma copia impressa na reunião do colegiado, que ocorre as terças-feiras, no intuito de promover uma reflexão quanto ao processo; evidenciando-se assim o valor dos/as sujeitos coautores do presente trabalho.

Para Bourguignon (2008, p. 304) entende-se que: “As pesquisas em Serviço Social têm como possibilidade latente a valorização do povo, da riqueza de suas histórias, de suas experiências coletivas mobilizadoras de novas formas de sociabilidade.”

Nesse sentido o compromisso de não apenas falar dos sujeitos da pesquisa, mas, sobretudo com os sujeitos que consubstanciam toda a riqueza da produção, é compromisso ético do pesquisador com a universalização do saber que é coletivo e ontológico ao ser social.

3 ASSESSORIA EM SERVIÇO SOCIAL AOS CONSELHOS TUTELARES: DA ORIGEM AO ATUAL CONTEXTO

Ao iniciar o capítulo, destaca-se que seu objetivo é realizar o percurso histórico das Assessorias em Serviço Social aos CT(s) no Brasil. Em um primeiro momento a produção abordará de forma introdutória, elementos históricos, sociais e econômicos do cenário brasileiro, visando a apreensão das determinações que incidiram sobre a realidade; resgatando alguns dos principais elementos que incidiram sobre a infância e Juventude no caso do Brasil.

A partir da contextualização histórica, em um segundo momento se apresenta em âmbito nacional, as primeiras experiências de Assessoria em Serviço Social aos CT(s) encontradas na literatura. Assim, explicitando através de generalizações,

elementos do processo de origem e desenvolvimento da Assessoria em Serviço Social aos CT(s) do estado na cidade Rio de Janeiro; sendo que a produções teóricas indicam o estado como pioneiro.

Com base no cenário e nas primeiras experiências se regionaliza a discussão quanto a Assessoria em Serviço Social aos CT(s) no contexto brasileiro. Nesse sentido apresenta a experiência municipal de Porto Alegre (RS) onde, a partir dela se faz interlocução com o processo de inserção, desenvolvimento e atualização da mesma no cenário regional.

As Assessorias em Serviço Social aos CT(s) são apresentadas como respostas as demandas da realidade, de uma necessidade de intervir em um determinado contexto. Sendo essa necessidade apreendida por um conjunto de expressões da questão social, que diretamente relaciona-se com a infância, juventude e suas famílias dentro do processo sócio histórico do cuidado (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

3.1 Um breve resgate histórico da Infância e juventude no Brasil

O Brasil pelo advento do período republicano no ano de 1889 com a República Velha passa por uma profunda transformação econômica, política e social. Essas transformações foram do modo de produção “colonial escravista” (FERNANDES, 2013, p.39) para modo de produção “urbano industrial” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.127) iniciou o período das grandes cidades, com altas taxas de mortalidade, desemprego, fome, miséria, violência, etc.

No período da 1ª República deu-se a inserção “das mulheres e das crianças de ambos os sexos com idade extremamente prematura” no trabalho fabril (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.127) realidade da sociedade da época, quanto ao mundo do trabalho. O Estado da época tinha sua natureza liberal, o que acirrava as expressões da questão social, mas era o Estado, que regulava as relações sociais e econômicas da sociedade, visando a harmonia entre Capital e o Trabalho.

O empobrecimento das famílias e a exploração da força de trabalho de crianças e mulheres juntamente com as outras expressões da questão social, davam visibilidade no contexto social, a contradição Capital e Trabalho. Obrigando o Estado assumir para si as demandas emergentes, como o desemprego, a falta de condições

de moradia, entre outros. Assim a questão social, passa a ser pauta assumida pelo Estado, entendendo que:

A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

O conjunto de expressões da questão leva a intervenção do Estado que passa criar leis nesse período; a “do primeiro Juízo de Menores do país e a aprovação do Código de Menores em 1927, idealizado por Mello Mattos [...] as duas leis criaram um sistema de assistência social e jurídica” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 29). Na cidade do Rio de Janeiro passa a protagonizar, a intervenção junto a crianças e adolescentes.

Nesse contexto de acirramento no caso brasileiro, se delega o cuidado das crianças e adolescentes a filantropia. Para Melin (2012, p.168, grifo nosso) “[...] os direitos não fizeram parte da história da infância/adolescência, cujas práticas sociais [...] têm marcas assistencialistas¹⁵, corretivas¹⁶ e repressoras¹⁷”. O que se revela uma característica do processo sócio histórico da trajetória da Infância e Juventude no Brasil.

Nesse cenário, a/o profissional trabalhava em uma perspectiva de atender a demanda do Estado, na a regulação da classe trabalhadora; o que incluía intervir junto a crianças e adolescentes que se encontravam em situação de rua, de risco e vulnerabilidade social. Com práticas legitimadas pelas legislações vigentes¹⁸ como o I Código de Menores de 1927.

Somadas as concepções de “*Menorismo*”¹⁹ e “*Delinquência*” é nesse período que é criado o “Serviço de Assistência a Menores (SAM)” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 30) criados para controle dos/as filhos/as dos/as da populações empobrecida.

¹⁵ Atividade oriunda da benevolência e caridade cristã.

¹⁶ Função desempenhada pela Polícia das Famílias. Ver (MELIN, 2012).

¹⁷ Período das Instituições totais, como: Orfanatos, Patronatos, etc. Ver (RIZZINI, 2008).

¹⁸ Decreto n.16.272, de 20/12/1923, “aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes”, e decreto n.17.943^a, de 12/10/1927, consolida as leis de assistência e proteção aos menores.

¹⁹ A utilização tremas nas palavras é devido a linguagem literal da época, antes da vigência do acordo ortográfico que passou a vigorar obrigatoriamente no ano de 2016.

Com a Era Vargas em 1930 e o advento da Revolução Industrial Nacional, inicia-se o aparelhamento do Estado, no intuito de conciliar as classes do capital e do trabalho. No ventre da Igreja Católica surge o Serviço Social, que segundo Peres (2013, p.23) “surgiu nesse contexto histórico, de intervenção do Estado, na questão social, atrelada ao movimento de reunificação e recristianização da sociedade²⁰”. Com isso 1942 se cria a Legião Brasileira de Assistência (LBA) o que demonstra o modelo de Estado como intervencionista. É nesse período que será criado pela Lei nº2497 de 24.12.1935, na cidade de São Paulo (SP):

[...] o Departamento de Assistência Social do Estado primeira iniciativa desse gênero no Brasil [...] [que entre suas atribuições estava] [...] a estruturação dos Serviços Sociais de Menores, Desvalidos, Trabalhadores, e egressos de reformatórios, penitenciárias e hospitais, e da Consultoria Jurídica do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.174).

É a partir dessas décadas, que se seguem com a promessa de um Estado de Bem-Estar Social, que o Serviço Social vai se consolidando enquanto “especialização técnica do trabalho” (IAMAMOTO, 2000, p.7). Para o enfrentamento das expressões da questão social, que emergem do conflito capital e do trabalho, devido as contradições inerentes ao modo de produção, que contempla a acumulação privada da riqueza socialmente produzida.

O Modelo SAM de 1941 prevaleceu no percurso histórico atendendo às famílias pobres até 1956; só apresentando fragilidades de forma visível, mais tarde com os casos de escândalos de corrupção. Para autoras Rizzini e Rizzini (2004, p.34) “o órgão Federal frequentou as páginas dos jornais e revistas anunciando os escândalos que ocorriam por detrás dos muros de seus internatos”; somando-se a esse engodo, todo o cenário de disputa ideológica e política da época.

Em 1964 com o golpe dos militares, se cria a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) como desdobramento do projeto contrário ao SAM; que valorizava as instituições de longa permanência em detrimento da infância e

²⁰ Outro evento que se segue nesse cenário e que o presente trabalho pontua, é a promulgação do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; que inaugura a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Consolidando conquistas para os trabalhadores entre as quais a regulação da jornada de trabalho, direito a férias, 13º salário; e a proibição do trabalho infantil.

juventude pobre, isto é, dos/as filhos/as das/os trabalhadoras/es. Sendo esse modelo contestado de forma expressiva na Constituinte de 1986 e posteriormente, superado com a Lei 8069 de 1990, o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.

Com o ECA se inaugura a *Doutrina de Proteção Integral* a crianças e a adolescentes, onde se abandona a *Doutrina da Situação Irregular do Menor*, rompendo definitivamente com as compreensões dos Códigos de Menores 1927²¹ e 1979²²; que em seus textos traziam as concepções de “Menorismo” e “Delinquência”. Com o Estatuto cria-se os Conselhos Tutelares, órgãos em que o Serviço Social passará a se inserir, via Assessoria técnica, no intuito de fortalecer a instituição e equipes. Segundo afirma Santos (2011, p.39-49) entende-se que:

Os Conselhos se constituíram a partir das reivindicações da sociedade civil na luta por espaços de negociação e interlocução dentro do governo. Atendendo a essas exigências e a partir da garantia constitucional, diversos Conselhos foram criados: Conselhos de saúde, Conselhos de assistência social, Conselhos da criança e do adolescente, dentre outros que poderiam ser citados, cada qual com suas especificidades e características. Nessa mesma conjuntura, também foi criado o Conselho Tutelar que, apesar de suas especificidades, faz parte da mesma lógica de participação societária.

É a partir dos anos 1990, nesse período pós-redemocratização do país que começam a serem criados os Conselhos Tutelares, como instâncias de representação política da sociedade busca efetivação dos direitos da criança e adolescente.

Embasados nos elementos históricos da trajetória da infância e juventude no Brasil, articula-se a análise as sobre Assessorias em Serviço Social; desde suas primeiras experiências, até a entrada no contexto dos CT(s). Inicialmente é apresentada a categoria assessoria em suas diferentes concepções, e posteriormente, é introduzida a discussão pela ótica do Serviço Social que contempla uma das diferentes formas de apreensão da categoria.

A discussão sobre a categoria Assessoria em Serviço Social tem por objetivo desmistificar a mesma, viabilizando a apreensão da mesma e seu significado dentro do processo de suporte técnico ao CT, assim evidenciando dessa forma sua função enquanto atribuição privativa do Serviço Social.

²¹ Lei nº 17943 – A, de 12 de outubro de 1927. Ver (site: <http://www.planalto.gov.br>).

²² Lei 6.667, de 10 de outubro de 1979. Ver (site: <http://www.planalto.gov.br>).

3.2 Assessoria: uma análise a partir do Serviço Social

A partir da década 1970, com a crise do modelo de produção de massa taylorismo, inicia-se a reestruturação do modelo de produção, passando assim, a aderir a um conjunto de práticas do “modelo de acumulação flexível”, denominado Toyotismo (ANTUNES, 2006, p.34). Nesse contexto, é importante salientar que o Serviço Social, passa a ser requisitado pelas empresas, tendo:

[...] sua função ligada às relações de trabalho e, por isso, o Assistente Social é requisitado para intervir nos problemas que afetam a produtividade. Entretanto, também se percebe que além de sua função tradicional, o Serviço Social exerce, novas funções, como é o caso do assessoramento às chefias nas questões que estão além dos limites das empresas (GOMES et al, 2010, p. 82).

Salienta-se que a assessoria, é requisitada pela demanda do mercado e legitima-se como estratégia de conciliação de classes no novo modelo acumulação capitalista, que pelas profundas transformações no mundo do trabalho, cresce demanda pela inserção de vários profissionais Assistentes Sociais nas esferas de gestão e de Recursos Humanos (RH) (MOTA,1985).

Nesse caso em específico do Serviço Social como conciliador dos interesses da empresa e dos trabalhadores, situado-se na lógica de reprodução e conservação da sociabilidade vigente. Nesse contexto empresarial, as experiências de Assessoria em Serviço Social, ocorrem no intuito de atender a demandas do Capital, em detrimento dos interesses dos/as trabalhadores/as. Segundo os autores Ziliotto; Foscarini; Berti (2010, p.219-220) se apreende é que:

Desde os anos 1940, algumas empresas já contavam com a atuação profissional do assistente social, porém somente a partir de 1980 houve crescimento significativo do campo de atuação do Serviço Social nas empresas, passando esse profissional a ser considerado capacitado para atuar no setor de Recursos Humanos, desenvolvendo atividades de caráter educativo e de prestação de serviços sociais junto a funcionários.

Verificou-se assim que a inserção do Serviço Social nas empresas privadas, remonta a trajetória histórica da profissão desde a década de 1940 a 1970 passando por uma transformação enquanto especialidade técnica no mundo do trabalho.

Segundo o entendimento de Mota (1985, p.16) “[...] a presença do[a] assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital”. Sendo o/a profissional requisitado/a para a o desenvolvimento de programas, projetos, bem como a gestão de serviços e benefícios no âmbito privado das organizações.

Assim desenvolvendo novas formas do fazer profissional, entre as quais se destaca os processos de Assessoria em Serviço Social, que se desenvolveram mas não em um processo endógeno²³, mas como algo que é imposto pela reestruturação produtiva. Ao analisar-se o contexto histórico da categoria assessoria, verificam-se diferentes conotações, a partir das profissões, ao qual ela é vinculada.

Ainda que brevemente algumas dessas concepções são apresentadas, sendo que para as profissões que estão alinhadas ao capital, com o objetivo de produzir lucro, o entendimento é de um fazer técnico, acrítico e apolítico a partir da ética da neutralidade técnica. Nesse contexto é que se insere a área da Contabilidade, que entendem:

Os serviços de assessoria que os contadores oferecem para seus clientes expandiram de simples conselhos sobre assuntos contábeis para uma extensa variedade de serviços, envolvendo diversas disciplinas técnicas, conhecimentos específicos de segmentos de indústria e várias outras habilidades no campo da assessoria. Grande parte dos profissionais, incluindo os que oferecem serviços tributários e de auditoria, também oferece assessoria de negócios e de gestão (IBRACON, 2012, p.1).

A atividade em si não apresenta diferença, ou seja, configurações estranhas ou alheias aos demais tipos de assessorias, pois assim, como para os contabilistas os/as assistentes sociais assessores/as, utilizam seus conhecimentos técnicos, saberes específicos de sua matéria. Logo, recorrendo à utilização de instrumentos e técnicas, que os/as auxiliam, nos diferentes processos de trabalho. A diferença reside na operacionalização tecnicista pelos contadores/as, em contraposto a práxis investigação/intervenção dos/as assistentes sociais.

Mas o que se aponta é a conotação que a mesma ganha a partir das leis do mercado, nesse sentido, o que se sublinha, é as relações que se estabelecem entre cliente-mercado, onde bens e serviços tem por finalidade a produção de lucro como

²³ A visão endógena do Serviço Social é um conceito trabalhado que significa “de dentro”.

resultado final. Nesse sentido se introduz aqui as Assessorias em Contabilidade que promovem o maior gerenciamento da riqueza socialmente produzida, para uma maior apropriação privada da riqueza pelo capitalista.

Na mesma perspectiva, verifica-se em outra área profissional no Manual de Consultoria Empresarial da área de Administração (2012) que afirma que a categoria “[...] assessoria é a atividade sistemática de auxiliar a empresa-cliente ou responsável de uma unidade organizacional em assuntos gerais ou específicos (jurídicos, relações públicas, etc.)” (OLIVEIRA, 2012, p.97). O que nesse caso, também se refere a uma expressão, da relação de intercâmbio de mercadorias; com meio de obter lucratividade.

Nas diferentes especialidades técnicas, as assessorias vêm sendo desenvolvidas pela lógica do trabalho técnico, isto é, por alguém altamente qualificado em uma determinada área. Sendo esse o/a agente detentor do saber, que atua em um determinado processo, com o objetivo de qualificar o mesmo foca no fenômeno e desconsidera as determinações estruturais e conjunturais presentes na realidade.

Dessa forma fragilizando e fragmentando o processo de assessoria, visto sua análise unilateral e superficial nos processos de investigação/intervenção da realidade social, nos diferentes fenômenos. Sendo que essa ação ao desenvolver-se pelos diferentes profissionais, mesmo que amparadas pela ética da neutralidade técnica, representa a manutenção dos paradigmas da sociabilidade vigente, pois não se constituem como resistência e tampouco como ruptura ao paradigma do lucro do mercado pela exploração classe trabalhadora.

Ao adentrar a temática da Assessoria em Serviço Social, circula-se as premissas dessa profissão que tem em seu Código de Ética (1993) o engajamento com classe trabalhadora, embasado pelo movimento de reconceituação. Esse compromisso contempla a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2011, p.24), para além do capital”.

Durante o processo de revisão da literatura do Serviço Social, se verifica que a mesmo, passa a adotar o referencial marxista, após o movimento de reconceituação (IAMAMOTO, 2000). E que a partir do Projeto Ético Político-PEP, imprime às suas práticas profissionais, uma intencionalidade comprometida de fazer a crítica ao status quo burguês. Nessa perspectiva ao analisar a categoria

Assessoria vinculada a profissão, se enfatiza a nova perspectiva que a mesma assume em referência a classe trabalhadora.

Destaca-se ainda o alinhamento com o Código de Ética de 1993, que entre seus princípios afirma “VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2011, p. 23-24). Ainda na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº8.662/1993, se pode verificar que no seu Art. 4º está prevista como competências do/a Assistente Social:

[...] VIII-prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades; IX-prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade (CFESS, 2011, p.45).

Com isso se aprofundar nas determinações que incidem sobre esse processo, se fez importante para que verifica-se as diferentes concepções; sendo assim percebeu-se a existência da crítica aos diferentes modelos de assessorias. Desde a Assessoria em Serviço Social, que em muitos casos não consegue reconhecer-se enquanto coletivo profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora; devido a cooptação do/a profissional em Serviço Social pelo mercado, em detrimento do/as trabalhadores/as.

A instrumentalidade das assessorias deslocadas das relações estruturais e conjunturais, manifesta uma intencionalidade ainda que indireta, da manutenção e do projeto societário burguês. Entre outras palavras, entende-se que a formação em Serviço Social necessariamente irão resultar em uma ação profissional alinhada ao Projeto Ético Político da profissão. Com isso, entende-se que:

[...] não é por ocupar os espaços de assessoria que o assistente social está imune de reproduzir práticas que favoreçam a repressão dos de baixo, através de uma repressão doce, suave, terna ou de uma repressão pela cooptação, pela incorporação, pela exclusão, nem sempre voluntária, dos cidadãos dos processos de decisão macropolítica (MATOS; BRAVO, 2010, p.13).

Em um contexto de desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, que incidem como mudanças nos contratos de trabalho com a flexibilização da

jornada de trabalho; a superexploração dos/as trabalhadores/as; a terceirização das atividades meio e fim; somada a um frágil engajamento ético político profissional, resulta na precarização e na precariedade do trabalho (ALVES, 2007).

Logo diante desse cenário os/as Assessores/as Técnicos/as em Serviço Social, devem ter a condição primeira de reconhecer-se como força viva e não estanque, dentro dos processos de assessoria aos CT(s). Cabe aos profissionais o exercício qualificado da práxis profissional, reconhecendo os limites e desafios impostos pela condições objetivas, como a falta de estrutura e a escassez de recursos materiais, bem como a leitura de realidade para propor estratégias que primem pelo enfrentamento da questão social em suas diferentes expressões. O/A Assessor/a deve-se reconhecer como um:

[...] “recurso vivo”, cada vez mais qualificado. Construindo e consolidando a sistematização, a análise, a crítica e a avaliação da sua prática e fortalecendo seus princípios, seus valores, seus compromissos, seus objetivos... Ao mesmo tempo, vai assegurando o acesso e a ampliação dos direitos e favorecendo a mobilização, a organização, para além das lutas corporativas, e o controle dos cidadãos sobre o Estado — o controle social (MATOS; BRAVO, 2010, p.14).

Verifica-se que o compromisso do Serviço Social, quanto o exercício profissional, está para além da demanda do Estado; o que circula as ações do/a Assistente Social enquanto agente na luta pela efetivação e ampliação dos direitos dos/as usuários. Nesse sentido, a revisão da bibliografia que o presente estudo abarcou, possibilitou a apreensão da concepção de Assessoria Técnica em Serviço Social apontada por Matos (2009, p. 518) como sendo:

[...] ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimento na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve sim, propor caminhos e estratégias.

A partir do momento de imersão na categoria assessoria, se verificou que não existe um consenso do Serviço Social quanto à mesma. Nesse sentido, a partir da sistematização da autora Ozelame (2018) na Tese de Doutorado “Assessoria e Consultoria em Serviço Social: o ensino e o exercício profissional em debate”. É que

se optou pela categorização já referida, visto que o presente estudo destaca o papel do/a assessor/a, como sendo aquele/a que presta suporte técnico.

Na elaboração do presente trabalho foram utilizados um conjunto de artigos, teses, dissertações e livros no processo de revisão bibliográfica, aponta-se que a área é pouco estudada, ao longo da profissão; frente a emergência da inserção da profissão no contexto atual. No quadro 4, segue o demonstrativo das obras utilizadas, para a presente estudo sobre a categoria Assessoria no contexto brasileiro.

Quadro 4 - Estado da Arte

Bibliografias					
Área de conhecimento	Ano	Autor	Título	Palavras chave	Fonte de Acesso
Serviço Social (Artigo)	2009	MATTOS, Maurílio Castro de.	Assessoria, Consultoria, Auditoria, Supervisão Técnica	Assessoria Consultoria Auditoria Supervisão técnica	CRESS/RN PDF
Serviço Social (Artigo)	2015	GOMES, Márcia Regina Botão.	Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social	Consultoria Empresa Serviço Social	SciELO PDF
Serviço Social (Artigo)	2013	GIAMPAOLI, Maria Cristina.	Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviço	Serviço Social de empresa Consultoria em Serviço Social Consultoria. Terceirização	SciELO PDF

Serviço Social (Artigo)	2010	FREIRE, Lúcia M. de B	Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social	Saúde do trabalhador no SUS Controle social democrático Relações sociais em instituição pública Assessoria em Serviço Social	SciELO PDF
Serviço Social (Artigo)	2014	AZEVEDO, Fernanda Caldas de	Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional	Precarização Consultoria empresarial Serviço Social	SciELO PDF
Serviço Social (Artigo)	2010	GOMES, A. M.; MENDONÇA, A. C.; QUEIROZ, G. L. D.; SILVA, H. V.; LIMA, L. A.; MELO, L. C.; ROCHA, M. R. S.	O espaço sócio ocupacional dos assistentes sociais na área de empresas do município de Natal.	Serviço Social Recursos Humanos Empresas Atribuições	Spell PDF
Serviço Social (Artigo) PUC-RS	2004	GOERCK, Caroline; VICCARI, Eunice Maria.	Assessoria: processo de trabalho do Serviço Social	Assessoria Questão Social Capacitação PETI	Revista Textos e Contextos PDF
Serviço Social (Artigo) UNIPAMPA	2018	ALVES, Renan Mendonça; SILVA, Vanessa Vieira; VIEIRA, Monique Soares	O Conselho Tutelar de São Borja: uma história de lutas e contradições	Conselho Tutelar Criança e Adolescente Processo sócio histórico	Anais do II Seminário (Des) Fazendo Saberes na Fronteira

Psicologia (Artigo) PUC-RS	2010	ZILIOTTO, Denise Macedo; FOSCARINI, Marissane; BERTI, Ariete Regina.	O Serviço Social em Indústrias de Grande Porte do Rio Grande do Sul	Serviço Social Indústrias de Grande Porte Profissão Organizações	Revista Textos e Contextos PDF
Contabilidade (Artigo)	2012	IBRACON, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.	Comunicado Técnico Nº/08. Orientação aos auditores independente s para serviços de assessoria.	Auditoria Assessoria Contábil	Ibracon PDF
Ciências Contábeis (Dissertação) MACKENZIE	2013	ASSIS, Wesley Abra de.	O Papel da Qualidade Percebida na Lealdade dos Clientes de Serviços de Consultoria e Assessoria Prestados por Empresas Contábeis	Empresas Contábeis Assessoria Consultoria Qualidade percebida Lealdade	Capes PDF
Serviço Social (Dissertação) PUC-RS	2012	TELES, Lucia	A Contribuição dos Assistentes Sociais no processo de Assessoria às Políticas Sociais Públicas	Assessoria Assistente Social Competência Processo de trabalho.	Capes PDF
Serviço Social (Dissertação) PUC-SP	2013	AZEVEDO, Fernanda Caldas de.	Consultoria empresarial: O Serviço Social posto a prova	Mundo do Trabalho Serviço Social Consultoria Empresarial	Capes PDF

Serviço Social (Dissertação) PUC-RS	2013	SILVEIRA, Silvia Regina.	O trabalho do assistente social na política pública de educação básica na região metropolitana de Porto Alegre	Trabalho do Assistente Social Política Pública de Educação B	Capes PDF
Serviço Social (Dissertação) UNESP	2013	FANAN, Raquel Mazzola de Andrade.	Gestão De Pessoas: possibilidade de novo nicho de trabalho para o Serviço Social	Gestão de Pessoas Mercado de trabalho para o Assistente Social Consultoria e Assessoria	Capes PDF
Serviço Social (Dissertação) PUC-RJ	2010	SILVA, Chris Giselle Pegas Pereira da.	Serviço Social nos Conselhos Tutelares: a assessoria em questão	Serviço Social Conselho Tutelar Assessoria Espaço Público	Capes PDF
Serviço Social (Dissertação) PUC-RJ	2011	SANTOS, Bárbara Lúcia Silva	Conselho Tutelar: entre o exercício da democracia e o clientelismo	Conselho Tutelar Participação social Clientelismo	Capes PDF
Serviço Social (Tese) PUC-RS	2018	OZELAME, Géssica Cristina	Assessoria e Consultoria em Serviço Social: o ensino e o exercício profissional em debate	Assessoria Consultoria Serviço Social	Capes PDF
Administração (Livro)	2012	OLIVEIRA, Djalma. P. R.	Manual de Consultoria Empresarial: conceitos, metodologia, práticas	Conceitos Metodologia Práticas	Biblioteca UNIPAMPA

Serviço Social (Livro)	2010	MATOS, Maurílio Castro de; BRAVO, Maria Inês Souza	Assessoria, Consultoria & Serviço Social	Assessoria Consultoria Serviço Social	Biblioteca UNIPAMPA
Serviço Social (Livro)	2013	PERES, Giliane Alves Liporini	A Assessoria do Serviço Social na Gestão das Políticas Sociais	Assessoria Serviço Social Gestão Políticas Sociais	Unesp PDF

Fonte: Sistematização feita pelo autor, 2018.

A partir do mergulho na já referida revisão bibliográfica, se aponta que não são as condições de vínculo/inserção com setor público ou privado que determinara o processo de assessoria alinhada ao PEP do Serviço Social. A ampliação ou restrição ao lastro da autonomia profissional, do comprometimento ético, político e teórico; na articulação pratico-teórica, pelo acesso intencional do arcabouço teórico, na produção do conhecimento e na luta para efetivar seu compromisso com a classe trabalhadora (PERES, 2013).

Nesse sentido, as possibilidades das Assessorias Técnicas em Serviço Social são apontadas como, possibilidades do surgimento de “[...] novos significados compartilhados, novas solidariedades, que requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo e das trocas” (PINTO, 2006, p.16 apud RUWER, 2011, p. 23).

3.3 Assessoria em Serviço Social aos Conselhos Tutelares: uma análise do contexto nacional

Ao reconstruir a trajetória histórica das experiências de Assessoria aos Conselhos Tutelares no Brasil, identificou-se a baixa produção teórica na temática em específico; entre os quais documentalmente²⁴ foram encontradas um artigo²⁵,

²⁴ A referência deve-se ao fato da pesquisa ter encontrado apenas os documentos já citados; mas não nega a possibilidade da existência de outras experiências não documentadas.

²⁵ “O Conselho Tutelar de São Borja: uma história de lutas e contradições”(ALVES;SILVA;VIEIRA, 2018).

uma dissertação de mestrado²⁶ e um capítulo de livro²⁷. Segundo Silva (2010, p.78) entende que a “situação talvez seja explicada por não haver equipe técnica em todos os Conselhos Tutelares do Brasil, o que mostra a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema”.

No Brasil as primeiras experiências ocorrem na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2003, resultado da inserção embrionária de profissionais do “Serviço Social, Psicologia e do Direito [...] [que se inseriram como equipe multidisciplinar no CT] a partir de 1998, na cidade de São Gonçalo” (MENDES; MATOS, 2010, p.213) sendo esse, o ponto de partida para a inserção e o desenvolvimento das Assessorias aos CT(s) no já referido ano.

Com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988, abre-se a possibilidade da sociedade se inserir nos espaços de controle social e participação popular; em conformidade Lei 8069/1990-ECA que consubstancia-se como marco legal da defesa e promoção dos direitos da criança e adolescente pela participação da sociedade.

No Rio de Janeiro (RJ) com a promulgação da Lei Municipal nº 3282 de 10 de outubro de 2001, o município passa a contar com uma Equipe Técnica de Assessores/as, com o objetivo de contemplar um suporte multidisciplinar e intersetorial que vai ao encontro da Doutrina de Proteção Integral de crianças e adolescentes. Como verificar-se a:

[...] Lei Municipal nº 3282, de 10 de outubro de 2001, prescreve que os Conselhos Tutelares do Município do Rio de Janeiro devem ter, além do suporte administrativo e financeiro, a presença de equipes técnicas interdisciplinares, compostas por assistentes sociais e psicólogos, que realizem o trabalho de assessoria aos conselheiros tutelares, em matéria de Serviço Social e Psicologia (SILVA, 2010, p.84).

A partir da legislação municipal, é possível identificar uma concepção ampliada do CT. Sendo que a adesão ao processo de assessoria técnica pelos municípios do (RJ) se constituem historicamente como possibilidade na perspectiva da garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Emerge o debate quanto às

²⁶ “Serviço social nos Conselhos Tutelares: a assessoria em questão”(Silva, 2010).

²⁷“Assessoria, Consultoria & Serviço Social / Assessoria: atribuição da “Equipe Técnica” no Conselho Tutelar” (MENDES; MATOS, 2010, p.202).

potencialidades, dos processos desenvolvidos pelos mesmos, junto ao órgão pelo exercício profissional dos/as Assistentes Sociais, nesse espaço sócio ocupacional.

No estudo realizado por Silva (2010) é apontado que o processo de inserção dos/as profissionais nos CT(s), ocorre pela adesão do Poder Municipal a proposição do suporte aos CT(s) por Equipes Técnicas de Assesores/as aos órgãos. Nesse sentido destaca as iniciativas da articulação do Sistema de Garantia de Direitos-SGD, o levantamento de dados, o suporte as demandas institucionais, entre outros.

A partir da revisão bibliográfica verificou-se que o surgimento das assessorias técnicas, em específico aos CT(s) do (RJ) decorre muito da carência de suporte técnico as atividades desenvolvidas pelos/as conselheiros/as tutelares. Segundo Digiácomo (2008, p.1) “Apenas o Conselho Tutelar não basta” para a efetivação da Doutrina de Proteção Integral. Entre essas principais dificuldades enfrentadas pelos Assesores/as em Serviço Social, o presente estudo aponta a:

- A herança do modelo de proteção da “menoridade”, que coexiste com o modelo de proteção integral proposto pelo ECA, nas instituições, mas também, e principalmente, na sociedade, isto é, os valores hegemônicos — da sociedade, dos trabalhadores e dos gestores, públicos e privados, da área — a respeito das crianças e dos adolescentes, principalmente das classes pauperizadas, ainda estão impregnados de um forte viés controlador e estigmatizante.
- A restrita autonomia dos conselhos tutelares. Embora formalmente autônomos, esses conselhos dependem de uma estrutura de funcionamento cedida pelo Poder Executivo municipal. É possível que isso interfira na sua capacidade de exigir políticas públicas.
- A ausência de diagnósticos da situação da infância e adolescência nos municípios dificulta a elaboração do orçamento da política da área, bem como a própria exigência de serviços e programas sociais. Muitas vezes, o Conselho Tutelar, apesar de ser uma experiência inovadora, tende a reproduzir a estrutura burocrática das tradicionais instituições de atendimento à infância e à juventude.
- A frequente dificuldade dos membros do Conselho em articular um projeto em comum, de enfrentamento da questão da infância no âmbito municipal.
- A dificuldade de articulação com outras instituições da área (Ministério Público, Vara da Infância e da Juventude etc.) em torno de um projeto (e que ele seja progressista, de preferência) para a infância e adolescência.
- A necessidade de (re)conhecer os conselheiros e demais sujeitos da área como sujeitos políticos. Ou seja, que interesses eles representam? Quais as alianças passíveis de serem feitas? Quais são aquelas que não podem ser feitas em hipótese alguma? Qual o espaço para o conflito? Qual o espaço para o consenso? (MENDES; MATOS, 2010, p.208-209).

Elementos esse que impactam no cotidiano de trabalho das instituições e no modo em que os conselheiros/as percebem e intervêm nas demandas. Nas experiências do Rio de Janeiro aferiu-se os limites encontrados ao exercício dos/as

conselheiros/as tutelares, sendo essas, demandas institucionais que tencionam e legitimam a adesão por parte do Poder Executivo Municipal as Equipes Assessorias Técnicas em Serviço Social.

Assim a presença de determinações conjunturais como as diferentes expressões da questão social como: a população em situação de rua, o empobrecimento da população, o não acesso as políticas sociais, as diferentes formas violências, somado a valores da sociedade burguesa, que é adultocêntrica, heterocêntrica que incidem sobre as diferentes realidades de crianças, adolescentes e suas famílias. Em uma realidade complexa, cheia de determinações estruturais como os poucos recursos direcionados as instituições públicas, que atendem a infância e juventude, o processo de precarização do público em privilégio a comercialização dos direitos sociais.

O que impõem à instituição CT, a necessidade permanente do suporte aos conselheiros/as, para o atendimento qualificado as diferentes realidades das crianças, adolescentes e suas famílias, como o previsto no Estatuto da Criança e Adolescente, que prevê como atribuições dos conselheiros/as tutelares:

- I - Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- II - Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- III - Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- IV - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- V - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- VI - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;
- VII - expedir notificações;
- VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;
- XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder. XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família (BRASIL, 1990, p.44-45).

As atribuições supracitadas acima revelam que a demanda por Assessoria Técnica em Serviço Social aos CT(s) deve-se, principalmente a complexidade das demandas que chegam até a instituição. Outra questão é o conjunto de requisições que os CT(s) devem efetuar frente às situações de risco que criança e adolescente podem estar enfrentando ou expostas que os/as usuários/as e suas famílias estão inseridos/as.

Frente às atribuições dos CT(s) evidenciam-se os desafios impostos ao cotidiano institucional, dentre as quais destaca-se as seguintes fragilidades: a não qualificação técnica dos/as candidatos/as ou conselheiros/as empossados/as na instituição. Sendo a mesma atravessada pela influência política partidária que permeia os processos de escolhas dos novos colegiados; se configurando historicamente como trampolim para a vida política; o que fragiliza a atuação do órgão, como fiscalizador do Executivo municipal e do SCDCA local.

Sendo que os processos são de responsabilidade dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente, que em suma conduzem os processos seletivos e posteriormente os pleitos eleitorais via sufrágio universal. Para isso se instaura via edital, a inscrição, a partir critérios previstos no artigo 133 do ECA que prevê a observância dos requisitos, para a posse dos/as candidatos a função de conselheiros/as tutelares.

A necessidade de equipes de assessorias técnicas como suporte aos CT(s) é identificada como possibilidade de adesão ampliada ao cuidado, a prevenção, a proteção e a defesa dos direitos da criança e adolescente. Nesse sentido, é a partir das primeiras experiências que se sublinham as intervenções da equipe técnica no (RJ). O trabalho aponta com base na “Resolução de 09 de Agosto de 2004” (SILVA, 2010, p.79) que as competências da equipe técnica são:

1- Assessorar o trabalho do Conselho Tutelar nos casos de violação e/ou ameaça aos direitos da criança e do adolescente, nas questões da competência profissional da Psicologia e do Serviço Social, em conformidade com os Códigos de Ética e Leis de Regulamentação das profissões supracitadas;

2-Definir procedimentos técnicos necessários, para acompanhamento interdisciplinar, com base na autonomia profissional e nos referenciais teóricos – metodológicos das respectivas áreas, quando avaliada a necessidade de intervenção técnica;

3- Buscar articulação com a rede de atendimento à infância, à adolescência e à família, visando ao melhor encaminhamento das situações que não se encerram no atendimento nos Conselhos Tutelares;

4- Participar de reuniões dos Conselhos Tutelares em que estão lotados, com as equipes técnicas dos Conselhos Tutelares do Município, de Fóruns, reuniões de equipe das Coordenadorias Regionais de Assistência Social (CRAS) e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), entre outros; objetivando a reflexão da prática e a atualização das diretrizes e planos de ação vigentes;

5- Manter registros de atividades profissionais da equipe, assegurando o espaço de guarda destes, de forma garantir o sigilo, em conformidade com os princípios éticos das profissões;

6- Participar de cursos, congressos, fóruns e eventos científicos, visando ao aprimoramento técnico – profissional;

7- Realizar levantamentos de dados, que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas (SILVA, 2010, p.79-80).

Todas essas ações de atuação profissional são apontadas, como formas objetivas de intervenção na realidade, na busca da superação do modelo fragmentado de atendimento às demandas da criança e adolescente pelos CT(s). Sendo que pela intervenção das/os assessores junto as/os conselheiras/os tutelares, via suporte técnico, foram desenvolvidas diferentes ações nos CT(s). Contribuindo dessa forma para a articulação do CT com os diferentes serviços que compõe SGDCA municipal, de forma intersetorial, interinstitucional e multidisciplinar, na perspectiva da integralidade.

Com isso apreendendo as determinações conjunturais e estruturais presente na Rede de Proteção como: atendimentos irrefletidos e fragmentados; ausência de fluxos nos encaminhamentos da rede; falta de comunicação entre os diferentes serviços; fragilidade nas ações conjuntas entre as diferentes políticas sociais no atendimento a crianças e adolescentes; a frágil articulação das diferentes instâncias do Poder Executivo Municipal quanto os serviços prestados a infância e a juventude.

O que de forma objetiva levando os/as profissionais assessores/as técnicos/as, incidirem sobre a realidade por meio de estratégias possíveis na busca da efetivação dos direitos da criança e adolescente, explorando a articulação do SGDCA do município carioca. O quadro 5 apresenta as estratégias utilizada pelas Assessorias aos CT(s) do Rio de Janeiro e seus respectivos objetivos evidenciados pelas produções.

Quadro 5 - Estratégias e objetivos das Assessorias em Serviço Social no (RJ)

Estratégias	Objetivos
Análise Situacional das crianças e adolescentes	Subsidiar os Conselheiros/as com informações técnicas, para os encaminhamentos/requisições.
Proposição do Fluxo de Informações	Democratização das informações, promovendo a cultura de proteção integral.
Fomento para articulação da Rede de Proteção	Promover a intersectorialização das relações com os diferentes serviços do SGCA, fortalecendo a premissa do atendimento integral das crianças, adolescentes e famílias.
Ações de Educação Permanente	Fortalecimento dos/as profissionais via cultura de estudos, treinamento e processo permanente de análise de realidade.
Estudos sobre os casos de forma colegiada	Ampliar a percepção dos sujeitos quantos as determinações que incidem sobre as diferentes demandas.
Atendimento Individual aos Conselheiros/as em casos específicos	Subsidiar a ação do Conselheiro/a, instrumentalizando o mesmo com o aporte teórico metodológico, técnico operativo e ético político.
Fomentos de ações de prevenção, palestras, falas públicas, entrevistas aos meios de comunicação, notas em via impressa, etc.	Acender ações de prevenção, promoção e defesa dos direitos da criança e adolescente no contexto em que o CT se insere.
Proposta de realização de pesquisas	Levantamento sistemático de dados, para subsidiar as Políticas Públicas para Infância e Juventude.
Proposição de atividades na sala de espera	A socialização das informações contidas no ECA, a fim desmistificar preconceitos e socializar informações
Proposta de realização de Seminário anual organizado pelo CT.	Possibilitar aos membros do colegiado o protagonismo no SGDCA municipal, na interlocução com a Rede de Proteção, com base no ECA e suporte da Assessoria Técnica em Serviço Social.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em (SILVA, 2010) e (MATOS; BRAVO, 2010).

Nas produções a respeito da Assessoria Técnica em Serviço Social aos CT(s), o que se evidencia é a ampla gama de processos de investigação e intervenção profissional que podem ser desenvolvidos pelos/as profissionais. Destaca-se a importância e a defesa da inserção de profissionais para o suporte técnico, nesse espaço sócio ocupacional, primeiramente pelas potencialidades das ações, que poderão ser desenvolvidas.

A relevância é principalmente pelas necessidades que a instituição apresenta frente às especificidades inerentes ao CT, como o atendimento qualificado as

demandas do órgão como: a requisição de serviços da Rede de Proteção. para a garantia e proteção dos direitos da criança e do adolescente; a escuta qualificada nos atendimentos a crianças, adolescentes e suas famílias nas situações de suspeita ou constatação das situações de risco ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Com base nos estudos de Silva (2010) e Matos e Bravo (2010) sustenta-se que o/a Assessor/a em Serviço Social, possui habilidades específicas para desenvolvimentos do suporte técnico aos CT(s). Dessa forma não restringindo-se a utilização de técnicas e instrumentos, mas englobado o compromisso ético-político com a classe trabalhadora na luta pela defesa intransigente dos direitos, da infância e juventude.

Os/As assessores/as em Serviço Social podem, a partir da autonomia que é relativa, promover ações que irão ao encontro da construção de uma cultura protetiva. Que contemple a promoção, a defesa e a efetivação perene dos direitos da criança e adolescente, na realidade objetiva.

Assim sendo, a partir do presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, engendra-se as seguintes possibilidades concretas, para a materialização da cultura de proteção, via Assessoria aos CT(s):

- a) O suporte para organização dos fluxos administrativos internos e externos;
- b) O auxílio para a elaboração de procedimentos operacionais padrões (POPs) quanto as decisões colegiadas;
- c) O fomento a adesão ao processo de Educação Permanente, como premissa para o exercício profissional;
- d) Suporte a participação dos/as conselheiros/as nas reuniões da Rede de Proteção; e principalmente na articulação COMDICA e CT;
- e) Fomento aos conselheiros/as a participação nos espaços de representação política e de deliberação administrativo-orçamentária quanto aos recursos destinados a infância e juventude;
- f) suporte na elaboração e realização do processo de escolha dos colegiados a serem empossados nos CT(s);

Foram essas as percepções extraídas, das primeiras experiências de Assessorias aos CT(s) sendo , que ao final apontou-se para um conjunto de ações que podem constituir-se como intensão de ruptura com o projeto burguês. Retomada as primeiras experiências, o estudo passa a focar no estado do Rio

Grande do Sul as experiência que advêm da cidade de Porto Alegre, e apresenta outras particularidades, dessa atribuição profissional, de modo que verificam-se outros elementos pela análise da realidade porto-alegrense.

3.4 Assessoria em Serviço Social ao Conselho Tutelar no (RS)

A cidade Porto Alegre “foi a primeira capital brasileira e implantar o Conselho Tutelar, através da Lei Municipal n.º 6787/91, em 11 de janeiro de 1991. Entrou em funcionamento a partir de agosto de 1992” (CONSELHO TUTELAR, 2005, p.1). O órgão segundo informações coletadas do site institucional, em a seguinte estrutura de funcionamento:

O Conselho Tutelar de Porto Alegre conta com dez Microrregiões. Tem uma infraestrutura básica para o atendimento das situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, vítimas de maus tratos físicos e psicológicos, negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, tais como: sede com salas de atendimento ao público, assistentes administrativos e estagiários, material de expediente, telefone/fax, computadores, kombi para averiguação das denúncias/visita domiciliar, etc. Conta ainda com uma Gerência de Apoio Operacional e uma Equipe Técnica de Assessoria multidisciplinar para assessorar e trabalhar a qualificação dos Conselheiros Tutelares (CONSELHO TUTELAR, 2007, p.1).

Ao reconstruir a experiência de Assessoria aos CT(s) do município de Porto Alegre (RS), verificou-se que essa trajetória teve sua gênese desde as primeiras gestões. Segundo Rocha; Valleda; Teixeira (2009, p.1-2) a equipe técnica inicialmente era composta de “um sociólogo e um psicólogo [...] a partir de 1995, a equipe de assessoria foi ampliada para dois sociólogos, quatro psicólogos, três assistentes sociais, um assessor jurídico, estagiários em Psicologia e Serviço Social”.

A demanda pela Assessoria Técnica se constituiu enquanto conquista de luta organizada por parte dos/as conselheiros/as tutelares, que de forma organizada através da “I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente [...] [e do] III Seminário Geral dos Conselhos Tutelares” (ROCHA; VELLEDA; TEIXEIRA, 2009, p.1-2) expuseram a necessidade do suporte técnico em ambos eventos realizados em 1994.

A experiência com a Equipe de Assessores Técnicos nos CT(s) na cidade de Porto Alegre (RS) originalmente deu-se pelo Decreto Nº 17.039, de 20 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno - RI do CT de Porto Alegre (RS). Onde em seu Capítulo IV, que trata da Estrutura e do Apoio Técnico e Administrativo; traz em seu Artigo 6º, a afirmação que:

Os Conselhos Tutelares deverão contar com Equipe Técnica de Assessoria, podendo recorrer aos órgãos técnicos das Secretarias Municipais e à Procuradoria-Geral do Município (PGM), para o exercício de suas atribuições (PORTO ALEGRE, 2011, p.3).

Sendo assim a adesão aos processos de Assessoria Técnica passa a ser assumida pelo município, como processo de consolidação e ampliação da percepção da Doutrina Proteção Integral a partir dos CT(s). Nessa perspectiva experiência com a atuação da Equipe Técnica de Assessores, junto ao CT amplia a análise das demandas da instituição.

Assim frente as diferentes demandas dos CT(s) na cidade de Porto Alegre apurou-se que as ações desenvolvidas pela equipe técnica de assessores/as, que tiveram por objetivo dar suporte as ações dos/as conselheiros/as tutelares no atendimento as diferentes demandas do colegiado. Com isso desenvolveram-se ações para o fortalecimento da instituição, como pode-se verificar nas:

a) Elaboração de material teórico sobre a categoria violação de direitos; b) Realização de entrevistas técnicas nos casos mais complexos; c) Suporte com visitas técnicas aos domicílios dos/as usuários/as; d) Promoção de capacitações com os conselheiros/as tutelares; e) Elaboração de projeto para Informatização dos CT(s); f) Construção do processo para ampliação da Equipe Técnica aos CT(s); g) Elaboração de Estudos Sociais; h) Assessoria direta individual ou colegiada aos conselheiros/as tutelares; Assessoria em ações de fortalecimento da Rede de Proteção; i) Unificação de processos do CT via planejamento estratégico; j) Definição de eixos prioritários, para o trabalho com os CT(s); l) Suporte técnico na elaboração do Manual de procedimentos para o CT; m) O fortalecimento do CT(s) para a compreensão da categoria violação de direitos (ROCHA; VELLEDA; TEIXEIRA, 2009, p.1-2).

Destaca-se para além das ações em si, o processo de suporte ao colegiado, que toma por base o conceito de assessoria, como a "busca de totalização no processo de prática no sentido de apontar, resgatar e trabalhar as deficiências, os limites, recursos e possibilidades da equipe, socializando conteúdos, instrumentos

de indagação e análise" (VASCONCELOS,1998 p.132 apud ROCHA; VELLEDA; TEIXEIRA, 2009, p. 4).

O destaque aqui é quanto à dimensão pedagógica da profissão em Serviço Social via Assessoria aos CT(s) quanto, a análise dos processos para além da prática pela prática, mas abrangendo a reflexão sobre cada ação desenvolvida pelos/as conselheiros/as via suporte da assessoria técnica.

A experiência de Porto Alegre apresentou a composição multidisciplinar da Equipe de Assessoria ao CT, sendo que as intervenções dos assessores/as em Serviço Social constituíram-se a partir das atribuições privativas da profissão. Dentre as quais destacaram-se as presentes nos incisos, I, III, IV, VIII, X e XII no artigo 5º da Lei 8662/1993, onde diz:

I- coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; [...] III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; [...] X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; [...] XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; [...] (BRASIL, 1993, p.2).

A partir das atribuições privativas da profissão de Serviço Social, contactou-se que quando tratando-se de matéria específica, cabe apenas ao profissional Assistente Social o exercício das funções via Assessoria Técnica Multidisciplinar nos CT(s). Diante da atuação profissional do/a assessor/a, nos processos coletivos de intervenção junto aos órgãos, a atitude propositiva em apresentar caminhos as/os conselheiras/os tutelares se configuram como nicho para o exercício pedagógico dos/as profissionais.

O presente estudo, no próximo capítulo passa a apresentar a percepção dos sujeitos sobre a experiência com a Assessoria em Serviço Social, tendo por objetivo mergulhar no universo dos significados e dos valores, que os sujeitos da pesquisa desenvolvem, dentro do processo.

4 CONSELHO TUTELAR PERCEPÇÕES E SIGNIFICADO SOCIAL DA ASSESSORIA TÉCNICA EM SERVIÇO SOCIAL AO CT

O capítulo apresenta as percepções dos/as sujeitos, sobre significado social da Assessoria Técnica em Serviço Social ao CT. Nesse sentido, apreender com eles/as, escutá-los/as, ouvi-los/as é reconhecer a riqueza dos significados, dos sentidos, dos valores, que emergem da vida dos/as sujeitos envolvidos, como afirma Martinelli (1999, p.22) “[...] pois se o sujeito é singular, conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele”.

Assim no processo de construção coletiva, evidencia-se o significado da categoria educação, enquanto base para todas as discussões abarcadas no capítulo. Como bem afirma Freire 1983:

[...] educar é educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE,1983, p.15).

É a partir dessa apreensão sobre educação como processo coletivo de construção do conhecimento, que se introduz os dados empíricos coletados junto aos sujeitos da pesquisa dando visibilidade ao trabalho realizado no CT. Diante das análises destacam-se as generalizações decorrentes do processo investigativo-interventivo, no órgão de proteção a crianças e adolescente.

Destaca-se que os elementos, dados e generalizações são totalizações provisórias, visto que o conhecimento é processual, inacabado e dinâmico. Sendo que cada ponto de chegada, é um novo ponto de partida, devido à ciência ser passível de revisão e superação; sublinha-se a organização do capítulo ocorre a partir das perguntas do Roteiro de Entrevista.

4.1 Das percepções dos sujeitos: a riqueza das vivências

Ao decorrer das entrevistas com os/as conselheiros/as observou-se o desconforto da parte dos/as sujeitos, a respeito processo da pesquisa, o que se compreende, devido os/as conselheiros/as, proporem-se a refletir sobre sua própria atuação no órgão. Nesse sentido todos/as passaram a avaliar-se e a perceber, como as ações da assessoria técnica passaram a incidir no cotidiano da instituição.

Diante da rotina organizacional, que impõe muitas demandas ao CT e que colabora para uma atuação imediata e sem reflexão sobre os processos de trabalho desenvolvido pelos/as conselheiros/as, partiu-se de uma pergunta mais genérica, no intuito de superação qualquer desconfiança por parte dos/as conselheiros/as quanto a pesquisa.

Nesse sentido, elaborou-se a pergunta quanto a vivência dos sujeitos: 1) O que você entende por assessoria técnica? E por Serviço Social? Como você apreende o trabalho do/a Assistente Social em processos de assessoria?

Ao iniciar o processo da análise das entrevistas, se constatou que na sua maioria, os/as entrevistados/as afirmaram se tratar de uma *Profissão*; que presta o *Suporte Técnico*; como expressa os seguintes percepções:

[...] O Serviço Social para mim é uma das maiores profissões dos novos tempos, dos tempos atuais, vamos dizer assim; que devido o trabalho desenvolvido socialmente. Importou o referencial teórico [...] É a profissão ideal, para te dar esse suporte [...] (SUJEITO CT5)²⁸.

[...] Bom, eu entendo que seja no caso, pessoas que a gente recorre, para sanar algumas dúvidas que a gente tem. Como nós conselheiros/as, não somos técnicos; e no caso, a/o Assistente Social que é o técnico/a, a gente trabalha, com os técnicos; a gente recorre; entendo que isso seja assessoria [...] (SUJEITO CT4).

[...] Que é alguém técnico, que possa vir nos auxiliar em algum momento; que já tem essa visão técnica e ampla, de situações que possam nos indicar caminhos, que a gente possa juntos construir esse caminho e também que possa fazer a gente resolver pequenos problemas do cotidiano [...] (SUJEITO CT1).

Ao se verificar nas entrevistas as categorias Serviço Social, profissões, técnico, retoma-se a categorização de Iamamoto (2000, p.7) que afirma “[...] o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão

²⁸ A utilização de siglas nos trechos das entrevistas, compõem o cuidado ético da garantia o anonimato dos/as participantes.

social e técnica do trabalho”, ou seja, uma profissão que produz um saber técnico que serve a uma determinada função. Ainda em outro trecho das entrevistas, o entrevistado/a afirma que a “*assessoria é um serviço, em uma área específica do Serviço Social*” (SUJEITO CT2).

Com a análise das falas verificou-se, que de uma forma genérica há a convergência de (04) quatro, dos (05) cinco entrevistados, ao se referirem ao profissional da área do Serviço Social; que segundo eles, detém um saber técnico, e que por isso pode oferecer um suporte, isto é, assessoria em Serviço Social para a instituição CT.

Nesse sentido, os dados apontam para a existência de uma fragilidade, ainda quanto significado social da assessoria técnica em Serviço Social ao CT; que se evidencia na falta de coesão nas respostas dadas pelo/as conselheiros/as. A dificuldade encontrada em (01) uma das (05) cinco entrevistas, em cravar uma resposta articulada a temática da assessoria, perante a seguinte categorização, que entende:

[...] a assessoria aos conselhos tutelares como um processo no qual os assessores vão estar inseridos na própria instituição para a qual prestarão assessoria, isto é, participarão de seu cotidiano, onde estarão colocando seus conhecimentos — teóricos, técnicos, investigativos — a serviço da garantia dos direitos da população usuária. Assim, devem buscar, permanentemente, apresentar estratégias aos que atuam nos conselhos tutelares com vistas ao aprimoramento das ações desenvolvidas (BRAVO; MATOS, 2010, p. 211).

Ao se constatar que as/os profissionais têm dificuldade para articular o processo de Assessoria em Serviço Social ao CT, associando o processo a um tipo de atuação profissional em específico, não apreendendo de forma generalista a profissão do/a assessor/a em Serviço Social, revelam a falta de conhecimento sobre o que é a profissão, evidenciando assim fragilidade teórica, sobre a compreensão da mesma.

Inicialmente, diante das dificuldades potencializou-se o processo de Educação Permanente, como estratégia contínua para o amadurecimento de determinadas reflexões, no processo de apreensão de realidade pelos sujeitos. Destaca-se que a socialização das informações pelos estudos realizados,

apresentou-se como profícua experiência como citada pelos entrevistados/as, nas rodas de conversas realizadas com a Rede de Proteção. Segundo o Sujeito (CT1):

[...] todas as ações [foram importantes] desde o seminário que foi realizado [...] [o] Seminário da questão da violência sexual; os diálogos com a Rede de Proteção nas [Estratégias de Saúde da Família] (ESFs). Isso aproxima os/as profissionais, então faz com que, no final o atendimento se complete [...] praticamente o público é o mesmo. Assim, sendo positivo aos atendimentos [...]

O processo de assessoria se constitui como experiência inovadora no município são-borjense, no confronto a realidade historicamente marcada por determinações estruturais, como a ampla presença de grandes latifúndios em detrimento uma população historicamente empobrecida; e o desemprego estrutural promovido pelo modelo de produção agroexportador e pela cultura predatória de exploração, particularidades acentuadas nessa faixa do território da fronteira oeste, do estado do Rio Grande do Sul.

Sendo que esse conjunto de determinações historicamente constituídas nesse território, são percebidas pela população em geral, como no caso de crianças e adolescentes na forma de determinações conjunturais como o machismo, coronelismo, patrimonialismo, patriarcalismo como desdobramentos das determinações estruturais no modo de produção capitalista.

A presente pesquisa por ser de cunho qualitativo/explicativa, o que significa, não somente se aprofundar no universo dos significados, valores, sentidos que os sujeitos estabelecem em relação às suas vivências preocupando-se em estabelecer as mediações teórico-práticas para a *compreensão crítica* da realidade, e com isso produzir reflexões, isto é, generalizações a partir das análises dos dados.

No intuito de extrair os elementos que constituíam a instituição antes do processo de inserção da Assessoria em Serviço Social no CT, apresentou aos conselheiros/as o seguinte questionamento: 2) A partir de suas vivências enquanto Conselheiro/a Tutelar, como você percebe o CT antes das ações da assessoria? Como se deu esse processo? O que mudou? Como era antes e como está agora? As respostas evidenciaram que:

[...] antes era muito conflituoso! É o que a eu percebo. Destoava muito, era muito destoado, a visão de um para o outro; não sei como, se a lei é só

uma. Então a gente se questiona, se a lei é uma, se a lei te determina que tu tome tais passos, se a tua visão é chegar no usuário, como é que é a gente discordava tanto? Claro que no caminho tem outros elementos, mas eu vejo, que eu era bem mais insegura; estou falando por mim, bem mais imatura, sobre alguns elementos. E somado a isso o desconhecimento até das leis (SUJEITO CT1).

[...] o Conselho Tutelar tem várias dificuldades, porque existem vários pontos a serem resolvidos; existem influências de acordo com cada um. E isso fazia com que, se criasse algumas rivalidades de interesses [...] O que eu vejo, às vezes saímos do foco, esse era a principal problema. Por que é isso que você tem que observar, o foco, que para nós, é a lutar pela defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; esse é o nosso foco de trabalho e representação. Mas às vezes como havia outros interesses, acabávamos saindo do foco, e isso não era bom; porque acaba que quem perdia era as nossas crianças e nossos jovens; nós os próprios conselheiros, estávamos tendo uma frustração no trabalho, porque não conseguíamos ter êxito. Essa era também uma marca do colegiado [...] Por que o conselho se dá através do colegiado, o Conselho Tutelar é um colegiado, tem que existir o colegiado; quando há essas influências de interesse dos outros, aí acaba saindo do foco e aí todos nós perdemos (SUJEITO CT5).

Nas falas fica evidenciado a presença de relações estradas entre os integrantes da instituição, que em diferentes situações são atravessados por questões de ordem político partidárias. Sendo essa um traço nas relações que se estabelecem pelo processo eleitoral em que os/as conselheiros são submetidos antes de serem empossados.

Com a análise do conjunto de respostas, onde se extraiu afirmações como “[...] *Eu acredito que antes era bem tenso, até porque, não consigo falar, é uma situação decorrente do processo de eleição*” (SUJEITO CT2) ou ainda, em outro trecho que defende, que “[...] *Melhorou, melhorou e muito, porque se a assessoria não estivesse vinda para o CT, eu não sei o que poderia ter acontecido, era horrível*” (SUJEITO CT3).

Estabelecida a relação das falas, através da análise crítica dos trechos como: *Antes era muito conflituoso* ou que existiam *rivalidades de interesses* e que contextualmente *era bem tenso* e as percepções de que *era horrível*. O que evidencia a presença objetiva de desdobramentos, isto é, herança do processo eleitoral.

Através do processo de generalização dos elementos, que constituem as falas extraiu-se um conjunto de categorias empíricas, produto desse engodo histórico, cultural e político das relações estabelecidas. Aponta-se a fragilidade nas relações interpessoais, o que impôs a pesquisa a necessidade de embasamento teórico quanto a categoria. Sendo assim, apreendido que “[...] relações interpessoais

são as trocas, as comunicações, os contatos entre as pessoas. Uns interagindo com os outros nas mais diferentes situações [...]” (MAGALHÃES, 1999, p.18).

Verificou-se que a maioria relatou formas de conflitos, relações de poder, tensões, fragmentação das ações do CT, entre outros, explicitou-se pelos entrevistados que é na trama das relações humanas, que se estabelece a realidade social. Nesse sentido, apreender as categorias que se consubstanciam nesse contexto é de fundamental importância para a elaboração de respostas aos diferentes desafios impostos nos espaços ocupacionais, sendo assim circula-se que:

[...] É na vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos que as determinações conjunturais se expressam. Portanto, assim como precisamos saber ler conjunturas, precisamos saber ler também o cotidiano, pois é aí que a história se faz, aí é que nossa prática se realiza (MARTINELLI, 2006, p.14).

Nesse contexto evidencia-se que as experiências dos sujeitos imbricam os mesmos de forma de produzir e reproduzir o conjunto de relações de poder presentes na estrutura social capitalista, perpetrando e naturalizando posturas e ações dentro das relações institucionais que se revelam tensas dentro de um arranjo de interesses, que nem sempre coadunam com o interesse coletivo, isto é, da representação social que o conselheiro/a é incumbido pela sociedade.

O presente trabalho ao perceber o processo de adesão da instituição a Assessoria em Serviço Social, a partir da análise das entrevistas, verificou que a categoria que se evidenciou como presente em todo o processo foi à mediação. A apreensão dos/as sujeitos apresenta de forma diluída, como citado nos trechos, destacando que a utilização do método dialético crítico, faz-se presente na articulação teórico-prática. Segundo as falas dos sujeitos, apreende-se que:

[...] essa experiência, desta assessoria eu acho assim ó; a gente vê que assessoria tem todo um cuidado ético, isso é importante para nos dar segurança. Em falas, em tudo, até para apresentar os pontos para fazer a gente refletir, é de uma forma que não é pejorativa; nem negativa sabe? As críticas são para se auto avaliar, para ti redefinir os teus caminhos [...] (SUJEITO, CT1).

[...] percebe que houvesse uma evolução. é o que consegue visualizar. A vinda do trabalho, seria trabalho de vocês, muito bem desenvolvido; que se observa, eu gosto de vocês, eu vi que vocês tiveram um todo um cuidado, uma paciência, uma sensibilidade para trabalhar com as dificuldades individuais e isso ficou bem claro.[...]. Isso facilitou para que nós

desenvolvêssemos uma forma de trabalho mais eficaz; claro que com assessoria, que nos ajudou a entrarmos no foco. Como eu te disse antes, se nós vamos contar todos os problemas que existem dentro do Conselho Tutelar, aí vamos ver que foco ficou de lado muitas vezes. Teve altos e baixos vamos dizer assim[...] (SUJEITO CT5).

A categoria percebida pelos sujeitos como “cuidado” na aparência da relação com a assessoria técnica em Serviço Social ao CT de São Borja (RS), não é se não o reflexo direto da operacionalização do método dialético crítico, que utiliza as categorias totalidade, historicidade, contradição e a mediação. Que por capacidade de leitura de realidade, pelo processo de mediação, não toma a realidade institucional local de forma fragmentada e focalizada.

Nesse sentido os sujeitos percebem que as características da assessoria técnica, que incidem sobre o CT, para que se crie um ambiente autocrítico dos processos particulares, em uma perspectiva de integralidade, intersetorialidade, interinstitucionalidade, vão ao encontro da Doutrina de Proteção Integral. Destaca-se ainda a afirmação, “[...] o exercício da profissão, exige um sujeito profissional que tenha competência, para propor e negociar com a instituição os seus projetos [...]” (IAMAMOTO, 2014, p. 611).

Segundo os dados coletados junto aos entrevistados/as, a percepção destes quanto à instrumentalidade da Assessoria em Serviço Social é de que através dela potencializou-se o ambiente de trabalho. Em sua totalidade, os mesmos apontaram para a percepção dos seguintes resultados mais imediatos, como: Fortalecimento das relações interpessoais, Adesão a crítica, Implantação da Educação Permanente.

Ao analisar as generalizações, quanto aos resultados imediatos, da assessoria em Serviço Social ao CT, é possível visualizar que de forma inovadora, houve alguns resultados, mas que a partir das análises técnicas quanto ao processo junto a instituição, ainda se verifica um campo vasto a possibilidades de assessoramento técnico. A complexidade presente na instituição, na conjuntura social e estrutural, levou a produção de resultados iniciais, que indicam algumas linhas mais gerais de intervenções.

O trabalho identificou que a partir da adesão a Assessoria em Serviço Social pelas/os conselheiras/os tutelares, aconteceu a potencialização de ações coletivas. Nos processos internos tanto no planejamento, execução e posteriormente na avaliação evidencia-se a importância do suporte técnico na articulação de

estratégias que contemple essa iniciativa. Exemplo: Discussão dos Casos nas Reuniões do Colegiado/CT.

Ao analisar todo o conteúdo das entrevistas, quanto às proposições da Assessoria Técnica em Serviço Social, constatou-se a forma positiva, adesão a agenda proposta, aqui apreende-se que as ações desenvolvidas no CT, a partir da incidência técnica sobre os processos da instituição.

No intuito de coletar informações quanto a percepção dos sujeitos, quanto a participação dos sujeitos, utilizou-se da seguinte indagação: 3) Como você avalia a adesão dos conselheiros/as a Assessoria Técnica? Quais sugestões acredita serem possíveis para ampliar a participação efetiva dos sujeitos?” Pode-se verificar que, o seguinte entendimento, apontado pelos/as mesmos/as:

Pensando a questão da adesão em si, eu penso assim. Eu já conhecendo, é claro que vocês recém estão chegando, conhecendo eles/as de dois mandatos seguidos; sei de todos os processos de trabalho, das dificuldades e conflitos. Muitas vezes eu penso que foi um sucesso trabalho de vocês! Pode parecer assim que não tivesse tido tanta adesão, mas eu visualizando assim, eu penso que houve uma grande participação; não é só em relação ao lugar, ou ir fazer isso ou aquilo. Por saber que cada um tem diversas demandas e ter que dar conta em um prazo, tem o trabalho e as preocupações, em tentar garantir direitos. Eu vejo assim, que nós tivemos um salto, houve momentos de pico de participação, em que assessoria exigiu dos conselheiros/as, deu para ver, que houve uma participação bem significativa; que não houve reclamações, que até então, poderia ter havido. Como por exemplo: “Vamos dar uma segurada neles”, mas eu vejo que foi tranquilo [...] mas realmente, estou falando agora, que deu para fazer um resumo, que realmente o órgão foi bem exigido e correspondeu (SUJEITO, CT5).

[...] sim aderimos, tanto que a gente não se vê sem; a gente percebe isso em todos, não houve nenhum momento nenhuma discussão de colegiado, em que a gente, como já houve outros momentos, com outras situações, de que a gente reavalia-se era necessário. (SUJEITO, CT1)

Considerando o universo da pesquisa, pode-se afirmar que os/as entrevistados/as, afirmaram terem aderido ao processo proposto pela assessoria técnica em Serviço Social. Onde constatou-se via análise e generalização dos dados, que todos/as os/as 05 (cinco) conselheiros/as percebem que, a partir do cronograma de intervenções executados pela assessoria ao CT, passou-se ao engajamento colegiado, de forma a contemplar a totalidade das ações.

No presente trabalho, frente à indagação dirigida nas entrevistas aos conselheiros/as, salienta-se as ações que viabilizaram e consubstanciam a adesão do CT ao processo de Assessoria em Serviço Social. Nesse sentido o quadro 6,

descreve sinteticamente as principais propostas da assessoria ao qual a situação da adesão do CT de São Borja (RS) , se efetivou.

Quadro 6 - Síntese das propostas da Assessoria em SS ao CT

Propostas da Assessoria em SS	Situação da Adesão do CT
Suporte nas discussões dos casos	Implantado com a interlocução direta dos conselheiros/as com a assessoria; e com a discussão dos casos em rodas de conversa.
Sugestão do Evento Institucional	Realizado no Mês de Maio de 2018, pelo CT em parceria Secretaria de Desenvolvimento Social.
Fomento para articulação do CT com os demais serviços do SGDCA municipal.	Desenvolvido via visitas institucionais em loco; e com rodas de conversa com as equipe dos órgão que compõe a Rede de Proteção.
Proposta do desenvolvimento e implantação Software Institucional, via estabelecimento de parcerias público-privadas.	Em processo de instalação do Software no CT no presente ano 2018/2.
Criação de um espaço de educação permanente na instituição.	Estabelecido via rodas de conversa quinzenais.
Abertura de campo de Estágio em Serviço Social via Assessoria.	Em execução em sua segunda edição do Estágio Supervisionado em Serviço Social.
Sugestão da construção documental sobre a instituição a partir dos Estágios em Serviço Social .	Realizado com a elaboração de documentação sobre a Instituição CT e da Experiência do Estágio em Serviço Social via Assessoria.
Criação do cronograma de fiscalização das instituições municipais que atendem crianças e adolescentes	Efetuada, via criação e retomada gradual das fiscalizações das instituições pelo CT.

Fonte: Sistematização elaborada pelo autor com base nas entrevistas, 2018.

Diante das proposições ao CT evidencia-se, que os processos se constituem como resultados provisórios sendo estes produtos da intervenção das/os Assessoras/res em Serviço Social. Assim, destaca-se como provocação a ampliação do processo de suporte técnico à instituição.

Nesse sentido a criação de um calendário anual de atividades do CT, com base na Lei Orçamentária Anual (LOA) no Plano-Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prospectivamente postula-se como uma das estratégias ao continuo fortalecimento do CT.

Durante as entrevistas com o objetivo de verificar as percepções dos sujeitos quanto as contribuições do processo de Assessoria ao CT, fez-se a seguinte pergunta: 4) De que forma você percebe a ação da Assessoria no trabalho cotidiano do CT com os demais serviços da Rede de Proteção Integral à Criança e Adolescentes? Como contribui? Possibilita/incita a reflexão-crítica? Em sua maioria, os sujeitos responderam que:

[...] isso está sendo observado agora; como passou o pico da assessoria [...] Mas o trabalho segue e nós temos que ter esse diálogo com a rede, o que se visualiza, o que eu estou conseguindo visualizar agora, é uma abertura maior da rede. Quebraram-se algumas barreiras e isso é positivo! Ah, mas não foi só isso, não foi um passe de mágica, não é uma coisa instantânea; mas é fruto da assessoria, é fruto do trabalho de vocês. Pode parecer que as coisas não vão dar em nada, mas na prática, até quando se precisa ligar para um profissional, lá da rede, para tentar garantir um direito, até na forma com que a pessoa nos atende, a gente já vê que alguma coisa mudou; e isso a gente começou observar nesse sentido (SUJEITO, CT5).

A partir da análise do trecho da entrevista, identificou-se a capacidade de autocrítica do/a sujeito, sobre as relações que se estabelecem na *Rede de Proteção a crianças e adolescentes*; verificou-se a utilização da categoria observação, que é empregada pelo/a sujeito para a apreensão das características da Rede de Proteção local.

A observação para Gil (2008, p.100) é “[...] nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano”. No trecho da fala “*e isso a gente começou observar nesse sentido*” (SUJEITO, CT1) se remete ao processo de racionalização do cotidiano, que está em constante transformação. Ainda em outro trecho a entrevista reitera que:

[...] Sim possibilitou essa reflexão, possibilitou o estreitamento do diálogo com a Rede de Proteção; eu estou falando a partir de mim, eu estou tendo mais cuidado com a rede, uma postura mais profissional. Talvez assim como a rede, eu tive que ter mais cuidado com a rede, parece que antes assim, eu falava como se fosse um colega, para um colega sabe [...] E aí eu tive que aprender que não é assim; eles não são colegas, eles fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos, que eles fazem parte da rede de proteção (SUJEITO, CT1).

No conteúdo das falas, os dados coletados quanto a articulação da rede, apresentaram que a assessoria incidiu sobre a articulação institucional com a Rede

de Proteção; o que não significa a ausência da contradição. Os/As entrevistados, diante aproximação com a rede, destacam elementos, como a resistência a corresponsabilização pelas demandas, desafios à efetivação do direito a proteção integral.

Nesse sentido, há a necessidade de uma maior articulação com a Rede de Proteção que ainda percebe-se como ponto frágil como pode-se constatar, no trecho da entrevista, que afirma “[...] *a gente precisa sentar com os profissionais da rede, algo que eu visualizo que eu tenho como uma fragilidade*” (SUJEITO CT2). Que também verifica-se na trajetória histórica da Rede de Proteção, que afirma:

[...] antes de vocês virem, fazer parte do trabalho; nós enquanto CT, nós parecíamos um órgão isolado. Vamos ser bem sinceros, não sei bem a palavra, posso até não me expressar corretamente, mas parecia que era assim oh “ eu faço meu trabalho aqui e deu; .lá o fulano, faz o trabalho dele deu, outro fulano faz o trabalho dele assim deu, sabe? Eu via dessa forma... não tinha aquela aproximação (SUJEITO CT4).

Diante a realidade da Rede de Proteção local é possível apontar em síntese provisória que antes de positivar a análise, deve-se apreender a mesma de forma processual, incompleta e em contínua transformação. A partir dessa análise se se circula a dinâmica interna e externa, dos processos de trabalho, que se estabelecem entre CT e Rede de Proteção são-borjense; seja nos fluxos de informações quanto os atendimentos, seja nas requisições do CT a Rede de Proteção.

Ao buscar os elementos para o fortalecimento do CT no SGDCA em São Borja através da entrevista realizada junto aos conselheiros/as, os sujeitos responderem à pergunta: 4) Na sua opinião, existe impacto das ações da assessoria nos processos interventivos para a garantia dos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias que buscam atendimento junto ao CT? Como isso acontece? Exemplifique. Os conselheiros/as em sua maioria entendem que existem impactos, e que contribuem nas requisições dos serviços e encaminhamentos dos/as usuários/as a Rede de Proteção.

Quando questionado/a um dos/as entrevistados afirmou que “*Não saberia te responder isso deles/as, eu acredito que, é uma crença minha, que sim; tudo que fica é que houve uma melhora [...] (SUJEITO, CT1).*” A dificuldade do estabelecimento da relação, entre as ações desenvolvidas pela assessoria em

Serviço Social, frente os resultados, junto aos usuários/as, representa um desafio a processo de assessoria técnica.

Diferentemente do trecho da entrevista citada anteriormente, se generaliza a preponderância da clareza quanto ao impacto da assessoria em Serviço Social ao CT de São Borja. Sendo que os/as entrevistados/as apontam a relevância do suporte para o atendimento, aos usuários/as, como podemos ver nos trechos a seguir:

[...] Sim, com certeza tem impacto, porque como eu falei, no momento em que vocês trouxeram conhecimentos, que antes eram desconhecidos; para mim o impacto, é no atendimento que eu vou prestar para o/a usuário/a, posterior. Ele vai ter um resultado, muito mais positivo (SUJEITO, CT4).

[...] Eu penso que tudo é uma construção, nada é em vão. Como as capacitações, aos poucos é que se vai colocando em prática, você vai ver; seria isso uma forma de se capacitar. Então cada caso é um caso muitas vezes tu vai aplicar o que aprendeu [...] Até que ponto também posso melhorar esse entendimento? Até que ponto os caminhos que dá para tomar, para que esse direito seja garantido; eu acho que esse trabalho foi muito importante. Para abrir nossos olhos, porque a gente olhe e até porque a gente tem vários problemas [...] (SUJEITO, CT5).

Ao pensar os diferentes processos que o Conselheiro/a Tutelar desenvolve, percebe-se reiteradas pontuações, sobre as possibilidades/potencialidades que a assessoria técnica oferece aos trabalhadores do CT principalmente, quando analisa-se o que nelas emergem, expressões como “[...] a gente tem vários problemas[...]”(SUJEITO, CT5).

Refletir o trecho da entrevista, com outras expressões como “[...] eu estou conselheira/o e eu nunca tive uma capacitação, eu fui feito/a, a martelo [...]” (SUJEITO, CT3) ou ainda “*Eu tive muita dificuldade por mais que eu fosse formado/a [...] o trabalho conselheiro/a tutelar é muito difícil! Tu levas um ano mais ou menos para entender [...]*” (SUJEITO, CT5).

Constata-se partindo da Lei 8069/90- ECA, no seu Artigo 134 que prevê em seu “Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares” (BRASIL, 1990, p.44). Vê-se que o Estado, na figura do Poder Executivo local, vem negligenciando a norma legal, que assegura o direito aos espaços de formação.

Entre as estratégias que aponta-se como factíveis para serem feitas as mediações, necessárias a respeito das capacitações; visando a materialização da Doutrina de Proteção Integral está a realização reuniões com o COMDICA, Poder Executivo, com técnicos da rede, para desenvolvimento eixos específicos que observem as principais demandas do CT, no intuito de fortalecer a capacitação da rede.

Tentando perceber qual a importância das vivências dos conselheiros/as com à assessoria no trabalho em rede, fez a seguinte pergunta: 5) A assessoria vem possibilitando uma mudança (positiva/negativa) na articulação entre o CT os serviços da rede de proteção? Quais? Como?

A partir da pergunta, a generalização que se evidencia, é a que houve mudança positiva, citado pela da maioria dos/as conselheiros/as que indicaram a expressiva melhora nas relações interinstitucionais com a Rede de Proteção. O que fica evidenciado de maneira substancial são percepções quanto a instituição CT e a rede, que se abriu ao diálogo com os profissionais.

Segundo um dos entrevistados/as ele/a afirma que *“[...] Sim teve muitas mudanças, é um ganho, o CT está mais fortalecido, se sentindo mais fortalecido; Por estar sendo visto de outra maneira [...]”* (SUJEITO, CT2). Outra entrevistas apresenta a fala que diz *“[...] está facilitando por meio daqueles encontros com a rede [...] a gente, foi também falar com eles, então se quebrou barreiras, então quando se quebra a barreira se tudo se facilita”* (SUJEITO, CT5).

A compreensão de que o instrumento do diálogo é principal instrumento do Assistente Social conceito fundamental para estabelecimento de mediações, com a rede e internamente na instituição; incide sobre simples fazer profissional. Quanto a utilização da documentação escrita para a requisição e encaminhamentos de serviços a rede, não estabelece a interação, que o encontro e a fala proporcionam a análise das demandas..

Sublinha-se que não se está desvalorizando o instrumento físico, que são os documentos importantes para processos administrativos e operacionais do cotidiano de trabalho do CT. O que se pontua, é que a comunicação verbal, tem um potencial no fazer cotidiano, no que se refere a interação com os outros. Dessa forma entendendo os limites da escrita e promovendo a relação dos sujeitos e seus significados, valores e sentimentos.

O processo de Assessoria Técnica incidu no CT para a ruptura com a subalternidade interinstitucional, naturalizada pelas relações de poder estabelecidas na Rede de Proteção. Nesse sentido o que ficou evidente, nas entrevistas é não era estranho práticas conservadoras e autoritárias por parte da rede, quando o CT requisitava serviço de proteção a criança e adolescentes, ou quando tomava alguma medida protetiva. Como pode-se ver nas falas dos sujeitos:

[...] Teve casos nos primeiros anos, em que eu me lembro de que a gente foi para lá na frente da promotora, e por falta de diálogo, aconteciam coisas que só criavam obstáculos cada vez maiores; para que o trabalho se executa-se em prol das crianças e adolescentes. Isso era desnecessário, então vocês vieram, com o trabalho para a realização do seminário; além de nos capacitar, criando vínculos. E fazendo ver que todos estamos pensando a mesma coisa, ou pelo menos, nós deveríamos. As coisas tiveram uma melhora significativa, pelo simples fato de a gente conseguir conversar, dialogar (SUJEITO, CT5).

[...] A gente foi junto conversar lá, com pessoal, é essa aproximação assim, é, e sempre foi muito difícil. Sabe? A gente sempre teve bastante dificuldade, teve e a gente continua tendo. Até deu para vocês perceberem, que agora, houve mudança [...] não sei também, se podemos aproximar-se de novo, sempre foi muito difícil, por que a gente enquanto CT, nunca teve muito apoio dos COMDICA(s) então [...] (SUJEITO, CT4).

Infere-se a existência da relação em rede, cheia de vivências estranhadas e fragmentadas percebendo-se a presença de choque de valores, quanto ao entendimento positivo herança da *Doutrina da Situação Irregular do Menor*.

Outro elemento emergente na realidade concreta dos sujeitos entrevistados é a dicotomia entre concepção clara, da necessidade da articulação da Rede de Proteção e a realização dessa premissa na relação CT e COMDICA. Entendendo que a articulação do binômio COMDICA para a efetivação da articulação e controle, da Política Pública que prestam serviços a criança e ao adolescente e do CT na garantia dos direitos da criança e adolescente, é imprescritível a prática de ambos os conselhos.

Segundo os/as entrevistados/as, através de estratégias como assessoramento com a realização das visitas institucionais, rodas de conversas, seminário, buscou-se promover o estreitamento das relações com o COMDICA. Sendo que a Assessoria técnica fomentou propostas para enfrentamento desse desafio, que no cotidiano se apresenta ao CT, junto a outras demandas como a precarização da infraestrutura, a falta de capacitações aos conselheiros/as e a negligência histórica do CT vivenciadas no caso são-borjense.

Como verifica-se longo período sem capacitações ofertadas pelo Poder Executivo Municipal, na baixa articulação com o COMDICA nas campanhas de prevenção e no desenvolvimento de ações conjuntas para o fortalecimento do SGDCA no âmbito municipal. Assim se aponta para ações articuladas a outros profissionais e instituições; via eventos coletivos da Rede de Proteção, como possíveis e eficazes instrumentos de discussão sobre condições efetivas dos órgãos para a garantia dos direitos da criança e adolescente. Pois neles são abertos espaços de diálogos coletivos, de organização, execução e deliberação da Rede de Proteção.

Ao pensar o SGDCA municipal e a Rede de Proteção, destaca-se o local que o CT ocupa em relação aos diferentes serviços, sendo esse transversal na relação com a organização que tem interface com crianças e adolescentes. Destaca-se ainda dentro dos fluxos que perpassam as ações prevenção, promoção dos direitos da criança e adolescente, o órgão CT se localiza enquanto órgão de Proteção, isto é vinculado ao fluxo de defesa de direitos.

Sendo assim retoma-se a discussão de Faleiros et al, (2001) que sublinha os fluxos que perpassam todas as ações, no trabalho na defesa, promoção e garantia de direitos. Assim destaca-se que:

[...] ao pesquisar o movimento da rede de proteção à criança e adolescente, identificou que dentro deste organismo existem fluxos que apreendem a questão operacional de cada instituição que compõe a rede, dividindo-os em três eixos que são: **Fluxo de defesa de direitos:** É composto pelos Conselhos Tutelares, Varas da Infância e da Juventude, Ministério Público, Defensoria Pública e Centros de Defesa. Suas funções são: defender e garantir os direitos de todos os implicados na situação de abuso sexual notificada, protegendo-os de violações a seus direitos. Para tal tem poder de, com força da lei, determinar ações de atendimento e responsabilização. **Fluxo de atendimento:** É composto pelas instituições executoras de políticas sociais (de saúde, educação, assistência social, cultura, lazer, profissionalização) e de serviços e programas de proteção especial bem como ONGs que atuam nestas áreas. Suas funções são: dar acesso a direitos e políticas sociais e de proteção, prestar serviços, cuidar e proteger. Deve dar cumprimento à determinações oriundas do fluxo de defesa de direitos e dos fluxos de responsabilização, bem como prestar informações. **Fluxo de responsabilização:** É composto pelas Delegacias de Polícia, Delegacias Especializadas (de proteção à criança e ao adolescente e da mulher), Instituto Médico Legal, Varas Criminais, Varas de Crimes contra a Criança e Adolescente, Delegacia da Criança e Adolescente, Vara da Infância e Juventude (quando o abusador é menor de idade) e Ministério Público. Suas funções são: responsabilizar judicialmente os autores de violação de direitos, proteger a sociedade, fazer valer a lei. Pode determinar como pena o atendimento ao réu (FALEIROS et al, 2001, p.14 apud VIEIRA et al, 2018,p.5, grifo nosso).

Considera-se assim a complexidade que envolve a rede de proteção à criança e adolescentes, na construção orgânica, isto é, com a participação popular e o controle social da população, são premissas indispensáveis para a efetivação de processos que contemplem o princípio da Integralidade. A construção do conceito de rede é constante entre as instituições e a população usuária, são caminhos em construção cotidiana para efetivação e fortalecimentos dos serviços.

Quando questionados/as nas entrevistas sobre: Como a assessoria vem contribuindo para o fortalecimento político do CT diante a rede de proteção? As/os conselheiras/os responderam apresentando nas falas, elementos para a análise como: a) Aprendizado através da Educação Permanente; b) Segurança pelo estabelecimento do Suporte Técnico; c) Fortalecimento Relações Interpessoais pelas intervenções individuais e em grupo; d) Fortalecimento do CT enquanto órgão autônomo, pelos estudos realizados com base no Estatuto da Criança e Adolescente; e) Comprometimento individual e coletivo provocado pelas propostas de atividades, individuais e coletivas; f) Embasamento legal para requisições e encaminhamentos, com a utilização das normativas específica de cada demanda; g) Diálogos da Equipe Interna e diálogos com a Rede de Proteção; e) Realização do Evento CT com SGDCA Municipal de São Borja (RS);

Esses elementos foram extraídos das entrevistas que revelaram como os os sujeitos/as, percebem impactos da Assessoria Técnica em Serviço Social ao CT e que os mesmos se configuram como processos que contribuem para o fortalecimento do CT.

Ao final da pesquisa realizada observou-se os principais desafios encontrados para desenvolvimento do trabalho do CT; e as sugestões que os conselheiros/as propõe a Assessoria em Serviço Social, para enfrentamento dos mesmos. No quadro 7, segue em síntese, os dados coletados junto as entrevistas e apresentados frente às estratégias sugeridas.

Quadro 7 - Síntese dos desafios ao trabalho do CT

Desafios	Estratégias
Decisões colegiadas	Discussão dos casos
Embasamento legal no ECA	Estudo do ECA
Capacitações	Articulação COMDICA

Valores conservadores	Educação permanente
Infraestrutura adequada	Articulação Executivo
Perfil profissional	Participação na elaboração próximo edital

Fonte: Elaboração do autor com base nas entrevistas, 2018.

Com base no exposto no quadro 7, verifica-se que ainda existe a possibilidade de desenvolverem-se novos processos na assessoria técnica em Serviço Social no CT. Assim destaca-se é o potencial a ser explorado tanto pelos profissionais como pelos técnicos, na consubstanciação da proteção integral nas práticas desenvolvidas no CT de São Borja (RS).

Denota-se a amplitude que essa experiência representa para a equipe executora bem como para os/as profissionais envolvidos/as no processo. A compreensão que a construção de novas práticas profissionais, no âmbito do SGDCA municipal via assessoria, podem serem legitimadas pelo Poder Executivo Municipal, no intuito de qualificar a Rede de Proteção e a instituição CT.

Sendo que aponta-se para possibilidade da superação de práticas violadoras e revitimizantes via reflexão, quanto ao compromisso da proteção dos direitos da criança e adolescente assumidas pelos assessores/as e assessorados/as. Sendo assim apreender que a qualificação dos processos, não é o suficiente, mas que as premissas da intersectorialidade, interdisciplinaridade e interinstitucionalidade, devem expressar o compromisso ético-político com a efetivação da Doutrina de Proteção Integral é condição indispensável a práxis profissional dos/as Assessores em Serviço Social.

5 O CONSELHO TUTELAR EM SÃO BORJA(RS): A EXPERIÊNCIA COM O PROJETO DE EXTENSÃO

Ao iniciar a análise da experiência local de Assessoria em Serviço Social ao CT local, o capítulo destaca seu objetivo que é identificar os desafios e as potencialidades da Assessoria em Serviço Social, presentes na realidade são-borjense. Para atingir esse objetivo a produção, de maneira introdutória abordará quatro eixos específicos: a) O processo de constituição e desenvolvimento da

Assessoria; b) Apresentação dos dados coletados; c) As ações da assessoria no CT; d) algumas generalizações a partir da realidade são-borjense.

Em um primeiro momento será apresentado os elementos que constituíram a Assessoria em Serviço Social ao CT de São Borja (RS); via Projeto de Extensão “Serviço Social e Conselho Tutelar: mediações necessárias para a integralidade da proteção de crianças e adolescentes” Projeto vinculado a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja (RS).

Em um segundo momento o capítulo apresentará os dados coletados junto ao CT de São Borja (RS) aferindo dessa forma, aspectos do cotidiano de trabalho da instituição e a partir da análise situacional do órgão com base nos dados o trabalho tecerá algumas generalizações acerca do mesmo.

Ao se encaminhar para seu terceiro momento do capítulo, evidencia-se as ações desenvolvidas pela Assessoria em Serviço Social, no intuito de destacar as construções coletivas das ações entre CT e Assessoria Técnica. Sendo descrito e explicado, as ações para o enfrentamento às demandas dos/as Conselheiros/as Tutelares; revelando a intencionalidade de cada uma das estratégias utilizadas pela Equipe Técnica.

Ao final desse capítulo será apresentada algumas totalizações provisórias quanto ao processo explicitado; em uma perspectiva de totalidade, isto é, considerando as determinações estruturais e conjunturais que se imbricam nessa realidade. Nesse sentido buscado apreender as contradições dentro do processo de Assessoria em Serviço Social, frente a perspectiva da garantia de direitos de crianças e adolescentes.

5.1 Serviço Social e Conselho Tutelar: mediações necessárias para a integralidade da proteção de crianças e adolescentes

O item destaca que a experiência de Assessoria em Serviço Social ao CT de São Borja (RS) tem sua origem, nos estudos acumulados da Prof.^a. Dr.^a Monique Soares Vieira, pesquisadora na área da infância e juventude. É a partir do “Projeto de Pesquisa: As Expressões de Violência contra Crianças e Adolescentes e o seu enfrentamento pela Rede de Proteção em São Borja/RS” (VIEIRA, 2016, p.1) que se constitui a gênese da Assessoria em Serviço Social ao CT são-borjense.

A pesquisa apontada pelo estudo se desenvolveu entre os anos de 2016 a 2017, contando com uma equipe técnica de 03 (três) discentes bolsistas e 03 (três) docentes/pesquisadoras do Curso Superior em Serviço Social; da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja (RS). Sendo essa pesquisa desenvolvida em âmbito municipal, a partir do estabelecimento da parceria Prefeitura Municipal de São Borja (RS) e a UNIPAMPA; Entre os objetivos da referida pesquisa, estavam:

a) Desvendar as particularidades assumidas pela violência contra crianças e adolescentes no município de São Borja; b) Conhecer a realidade sócio histórica, política e cultural das ações de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes; c) Analisar quais são e como vêm sendo desenvolvidas as ações destinadas ao enfrentamento da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes; d) Apreender a percepção dos sujeitos sociais atuantes na rede de proteção sobre os desafios e as possibilidades de enfrentamento à violência contra a criança e adolescente (VIEIRA, 2016, p.6).

Diante desses objetivos, a pesquisa produziu um conjunto de resultados, ainda que provisórios, que resultaram no ensejo a uma nova proposta. É a partir desse conjunto de resultados²⁹ obtidos pela pesquisa, que se amadurece a possibilidade da elaboração e o desenvolvimento do já referido Projeto de Extensão Serviço Social e Conselho Tutelar: mediações necessárias para a integralidade da proteção de crianças e adolescentes, com o início mais tarde no ano de 2017/2º Semestre, no CT de São Borja (RS); inicialmente contando com 01 (uma) Assistente Social e 01 (um) estagiário em Serviço Social.

E na articulação Universidade Federal do Pampa e Conselho Tutelar estabeleceu-se o vínculo para inserção e desenvolvimento da Assessoria Técnica a Instituição, sendo que o projeto faz parte da Política Nacional de Extensão universitária. A Assessoria em Serviço Social ao CT de São Borja (RS) via Projeto de Extensão, nasce a partir de um estudo da realidade municipal, considerando que a escolha do local para o assessoramento pela Equipe Técnica, deu-se a partir da compreensão de que o CT é o órgão estratégico na defesa, promoção dos direitos da criança e adolescente.

Ao analisar-se a Lei 8069/1990 verificou-se que o CT é apresentado como órgão estratégico no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescentes-

²⁹Ver (LAMANA; WEBER; VIEIRA, 2017).

SGDCA³⁰. Em seu artigo 136, é apresentado as Atribuições do CT, sendo que a ele é imputado a função de articulador dos serviços, programas e instituições, que atendem público infanto-juvenil. O estudo sublinha a compreensão do autor, que sustenta que a função do CT é:

[...] verdadeiramente "estratégica", pois permite a correção de falhas na estrutura de atendimento, assim como a definição dos já mencionados "fluxos" e "protocolos de atendimento" entre os diversos setores da administração, órgãos, agentes, autoridades e entidades de atendimento corresponsáveis (cuja instituição o órgão pode inclusive sugerir), o que como visto acima é essencial para que a atuação do Poder Público junto à população infanto-juvenil seja diferenciada, especializada - e resolutiva (DIGIÁCOMO 2014, p.6).

A concepção de ser estratégico, na promoção, defesa e garantia dos direitos da criança e adolescente, advém das funções que o mesmo desempenha enquanto órgão, permanente, político, autônomo e não jurisdicional; de representação popular. Sendo que o mesmo exerce via mandato de 4 anos, os encargos de fiscalizador³¹ das entidades, requisitora de serviços, representante público, assessor do Poder Executivo local e principal articulador no SGDCA municipal para efetivação da proteção a crianças e aos adolescentes.

Ao apreender-se o CT como órgão de representação política da sociedade, e que a mesma se faz representada na figura dos conselheiros/os tutelar é compreender a dimensão participativa da sociedade nas questões que envolvem os direitos da criança e adolescente. Sendo assim se destaca que:

O entendimento do processo de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduzem ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira, o resgate dos processos de participação leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso a direitos sociais e à cidadania. Neste sentido, a participação, é luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização. (GOHN, 2007, p. 14).

Diante das premissas sublinhadas, é importante destacar o zelo do CT perante “Doutrina de Proteção Integral” às crianças e adolescentes, sendo que o

³⁰ Ver Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. (CONANDA, 2006).

³¹ Ver artigo 95 Lei 8069/1990-ECA (BRASIL, 1990).

órgão de representação política deve-se orientar suas ações contra a violação dos direitos desse segmento social. Nesse sentido, a Assessoria Técnica em Serviço Social, se propôs dar suporte os conselheiros/as no intuito de reforçar práticas protetivas e emancipatórias.

Isso pode ser percebido no comprometimento da Assessoria quanto aos seguintes pontos:

- Promoção do conceito ampliado de famílias, apreendendo as famílias em suas pluralidades e diversidades, no intuito de garantir o direito dos usuários/as crianças e adolescentes em seus núcleos familiares.
- Reflexão crítica sobre paradigma da Sagrada Família, possibilitando a apreensão das famílias como núcleos contraditórios, no intuito de romper com práticas conservadoras e moralizantes.
- O incentivo a análise da realidade a partir leitura, da estrutura e conjuntura social, no intuito de levar em consideração a territorialidade da criança e adolescente. Aguçando o *feeling* da equipe, quanto às determinações presentes na realidade.
- Estudo das demandas para a superação do imediatismo e do irefletismo nos atendimentos, no intuito de avançar na perspectiva da Doutrina de Proteção Integral e superar velhas práticas policiais/punitivas, herança mistificada pelas figuras do “comissariado de menores”.
- Fomento permanente a cultura de estudos, com o objetivo de aprofundamento dos/as conselheiros/as nas diferentes expressões da questão social, que são percebidas em forma de demanda na instituição.

Ao destacar as ações desenvolvidas pela Assessoria em Serviço Social ao CT de São Borja (RS) sustenta-se o compromisso com infância e juventude a partir do ECA.

Durante a tentativa de reconstrução do processo histórico da instituição, verificou-se a inexistência de arquivos do mesmo, sendo necessária a utilização do processo de pesquisa junto aos primeiros/as conselheiros/as, para que o resgate documental da história institucional; com isso construiu-se a Análise Institucional do CT.

Com a reconstrução da trajetória histórica da instituição e da pesquisa em legislações municipais, se aferiu a origem e o desenvolvimento do órgão no

município de São Borja (RS). Segundo Alves (2018, p.5) o CT foi “implantado no município, na década de 1990” encontra-se regulamentado pela “Lei Municipal 4.784 de 2013” (SÃO BORJA, 2013, p.1) que dispõe sobre Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sendo que:

[...] a criação do CT veio a encontro do ECA que traz em seu texto a normatização desse equipamento como, órgão responsável pela fiscalização das instâncias responsáveis pela garantia e promoção dos direitos da criança e adolescente, isto é, a fiscalização do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente no âmbito municipal. Atualmente sua localização é Endereço: Rua Barão do Rio Branco Nº 2840 – Bairro do Centro, no antigo prédio sede da Polícia Civil (ALVES, 2018, p.5).

O Relatório do Tribunal de Contas do (RS) de 2015 apontou que dos 475 Municípios pesquisados constatou que “[...] 49,5% dos CT(s) [possuem] deficiências estruturais [...] A falta de oferta de capacitações frequentes [...] foi apontada por 15,5% dos CT(s) [...] (TCE/RS, 2015, p. 27). O município de São Borja compõe o universo dos municípios abrangidos pelo relatório, sendo ele mesmo detentor de algumas fragilidades, como:

Nesse contexto, a Assessoria Técnica buscou incidir no colegiado do CT são-borjense, que historicamente negligenciado pelo Estado; como apontado pelos/as conselheiros durante o processo de coletas de dados via entrevista. Logo abaixo é apresentado os principais desafios do órgão, que interferem na qualidade dos serviços prestados à população usuária e que historicamente prejudicam a instituição: 1) Falta de uma sede dentro das normas previstas no Manual de Orientações para Construção dos Conselhos Tutelares; 2) Falta de qualificação continuada dos/as conselheiros/as tutelares previsto no ECA; 3) A não adesão do Executivo municipal ao Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA³².

Diante dessa realidade, com o objetivo de atingir alguns resultados a Assessoria em Serviço Social, apontou para algumas metas esperadas no desenvolvimento de suas ações como:

³²Ver Resolução 139 do (CONANDA,2010).

a) Assessorar o trabalho do Conselho Tutelar junto às situações de violações aos direitos da criança e adolescente, em conformidade com o Código de Ética (1993) e com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993); b) Dar subsídios teórico-práticos às intervenções dos/as Conselheiros/as Tutelares, a fim de promover a democratização dos direitos sociais das crianças e adolescentes em situação de violência; c) Buscar a articulação entre as instâncias públicas governamentais e da sociedade civil que compõe o Sistema de Garantia de Direitos junto ao Conselho Tutelar, visando a materialização da integralidade no atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias; d) Realizar pesquisas e estudos nos dados institucionais, visando a sistematização e análise das situações e encaminhamentos realizados pelo Conselho Tutelar, almejando contribuir para a elaboração, ampliação e fortalecimento das políticas públicas destinadas à infância e juventude no município (VIEIRA, 2017, p.3-4).

O estudo apresenta que durante o processo de aproximação e estabelecimento da parceria CT e UNIPAMPA via Assessoria em Serviço Social, um conjunto de técnicas e instrumentos que foram utilizados para a construção e fortalecimento do vínculo. Nesse sentido se apreende que:

A noção de vínculo nos faz refletir sobre a responsabilidade e o compromisso. Assim sendo, ela está em consonância com um dos sentidos de integralidade. [...] criar vínculos implica ter relações tão próximas e tão claras, que nos sensibilizamos com todo o sofrimento daquele outro, sentindo-se responsável [...] possibilitando uma intervenção nem burocrática e nem impessoal. (MERHY *apud* GOMES; PINHEIRO 2005, p.293).

O **vínculo** se constituiu como condição essencial, para que os/as conselheiras pudessem ultrapassar as demandas cotidianas, indo além, a Assessoria em Serviço Social pode atuar no suporte as ações de mobilização aos conselheiros/as. Entre as vivencias dos sujeitos com a Assessoria Técnica, destaca-se inicialmente as seguintes ações desenvolvidas:

- a) Reunião Inicial de Adesão dos Conselheiros/as a Assessoria Técnica em Serviço Social para a construção e fortalecimento do vínculo com os/as conselheiros/as, com a apresentação do Projeto de Extensão seus objetivos, metodologia e a apresentação do estagiário em Serviço Social, via Assessoria Técnica;
- b) realização da reconstrução do percurso histórico da instituição via documento de Estágio em Serviço Social I, Análise Institucional;
- c) Realização das primeiras observações e investigações científicas na instituição, pela profissional Assistente Social;

- d) A aproximação com a Rede de Proteção;
- e) Estabelecimento de cronograma semanal de interação e de atividades a distância com o colegiado CT.

Sendo essas as percepções dos processos desenvolvidos inicialmente pela Assessoria em Serviço Social ao CT, a partir de ações previamente planejadas como constata-se, nos objetivos propostos pelo projeto de extensão:

- Análise Situacional: Levantamento de dados institucionais sobre as particularidades das expressões da violência contra crianças e adolescentes, sobre os processos interventivos dos/as Conselheiros/as Tutelares (acolhida, atendimento, aplicação das medidas protetivas);
- Organização dos fluxos administrativos e demandas: Sistematização dos fluxos de atendimentos, das demandas que chegam ao Conselho Tutelar, buscando evidenciar que a falta de clareza acerca do papel do Conselho Tutelar pela comunidade e SGD incide diametralmente para precarização das ações.
- Levantamento dos recursos disponíveis no município: mapeamento das instâncias governamentais e da sociedade civil que compõe a rede de proteção (serviços ofertados, equipe técnica, usuários, desafios e potencialidades).
- Construção de material teórico-metodológico: Elaboração de material de cunho teórico-informativo, oriundo dos momentos de reflexão com os/as Conselheiros Tutelares sobre as categorias violência, criança e adolescente, integralidade e principalmente sobre as metodologias de intervenção não-revitimizante.
- Visitas Institucionais e Reuniões Intersetoriais: Estratégia metodológica a ser utilizada para a articulação e fortalecimento dos laços entre o Conselho Tutelar e órgãos do SGD. As visitas propiciarão conhecer in loco os serviços e instituições, aproximando os sujeitos para num segundo momento acontecerem as reuniões para discussão de situações que são atendidas pela rede de proteção.
- Subsídio ao trabalho dos/as Conselheiros Tutelares junto as famílias: Essa estratégia acontecerá após reunião para estudo de caso, em que será levantada a necessidade de assessoria do Serviço Social ao trabalho com as famílias, para análise da situação a fim de propor juntamente com a Conselheiro/a as ações protetivas (VIEIRA, 2017, p. 4-5).

Com base na Lei de Regulamentação da Profissão Lei 8662/1993 e no Código de Ética de 1993 a assessoria alinhou-se à premissa da Doutrina de Proteção Integral da criança e adolescente. A partir do Projeto Ético Político as ações da Equipe Técnica se orientam pelo o objetivo de materializar o compromisso com a classe trabalhadora. Na busca de rupturas com o modelo vigente, e com a superação de todas as forma de dominação, exploração, exclusão ou discriminação de qualquer natureza.

Para Matos (2009, p.518) o entendimento é de que “[...] o [a] assessor [a] não é aquele que intervém, deve sim, propor caminhos e estratégias [...]”; sendo assim a assessoria propôs ações, que objetivam os possíveis resultados:

I- Aprimoramento do trabalho do Conselho Tutelar; II- Fortalecimento no município de São Borja da luta pela afirmação dos direitos das crianças e adolescentes; III- Construção de banco de dados sobre as principais expressões da violência contra crianças e adolescentes em São Borja; IV- Fortalecimento da articulação do Conselho Tutelar com as demais instâncias que compõem o SGDCA; V- Efetivação de espaço de reflexão e estudo junto aos/as Conselheiros Tutelares sobre a categoria violação de direitos e metodologias de trabalho. VI- Construção de material teórico sobre as seguintes categorias: violência, criança e adolescente, integralidade e metodologias de intervenção (VIEIRA, 2017, p.6).

Assessoria em Serviço Social prestou suporte ao CT a partir da perspectiva dialética, esteve sempre aberta demandas das/os conselheiros/as, sendo que as ações primaram pelo atendimento do colegiado. No intuito de subsidiar as ações desenvolvidas pelos sujeitos nesse espaço sociocupacional, no atendimento as demandas das crianças, adolescente e suas famílias.

Aponta-se alguns limites na relação Assessor/a em Serviço Social e assessorados/as do CT, isto é, os conselheiros/as; dentre as quais se destacam: a) fragilidade nos compromissos estabelecidos; b) resistência do colegiado a mudanças; c) Ações unilaterais/individuais em detrimento do trabalho colegiado fomentado; d) influência político partidária nas relações interpessoais.

Nesse sentido, torna-se necessária a apropriação teórica enquanto Assessoria em Serviço Social, para a apreensão do conjunto de determinações que incidem sobre CT em suas ações. E com isso elaborar e sugerir ações que possam possibilitar processos de ruptura e superação das mesmas, isto é, conservadorismo, patriarcalismo, do coronelismo, machismo, do adultocentrismo.

5.2 Uma análise a partir das demandas do CT

Os dados quantitativos das demandas do CT de São Borja (RS) têm por objetivo evidenciar, a complexidade que é o trabalho dos conselheiros/as tutelar;

visto que envolvem diferentes determinações que incidem sobre a realidade vivenciada por crianças e adolescentes no município.

Diante das informações contidas no quadro 8, se aponta para a fragilidade das classificações contidas no mesmo; sendo essa oriunda da imperícia técnica na elaboração da tipificação dos atendimentos. Nesse sentido uma barreira para a posterior sistematização e análise dos dados, podendo representar uma fragilidade da construção, para a apreensão dos indicadores de atendimentos.

Apresenta-se a sistematização feita com base nas terminologias adotadas pelos conselheiros/as na classificação das demandas cotidianas da instituição, dessa forma verifica-se equívocos nas sistematização dos dados.

Quadro 8 - Demandas atendidas pelo Conselho Tutelar de São Borja (RS)

DEMANDAS ATENDIDAS	Nº DE ATENDIMENTOS 2017	Nº DE ATENDIMENTOS 2018
TERMO DE ENTREGA	-	60
DESAPARECIMENTO/FUGA	66	03
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	26	13
NEGLIGÊNCIA	149	61
MAUS TRATOS	150	43
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	12	-
ABANDONO	42	17
AGRESSÕES	75	16
DROGADIÇÃO	51	13
USO DE BEBIDA POR ADOLESCENTE	18	06
ATO INFRACIONAL	45	04
ALIENAÇÃO PARENTAL	18	04
BULLING	09	09

CONFLITO FAMILIAR	154	49
COMPORTAMENTO	130	38
ABUSO SEXUAL	28	14
VIOLÊNCIA SEXUAL	11	-
EXPLORAÇÃO SEXUAL	18	05
FICAI – INFREQUÊNCIA ESCOLAR	262	163
PALESTRAS	11	14
DENÚNCIAS – DISQUE 100	19	-
RESPONSÁVEIS USUÁRIOS OU DEPENDENTES	53	11
ACOMPANHAMENTO FAMILIAR	79	15
PEDIDO DE VAGA ESCOLAR	108	36
PEDIDO DE HISTÓRICO ESCOLAR	23	21
PEDIDO DE CERTIDÃO DE NASCIMENTO	43	09
ENCAMINHAMENTO PSICOLÓGICO	103	20
FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	-	13
FALTA DE ACESSIBILIDADE	-	04
PROBLEMAS PSIQUIÁTRICOS NA FAMÍLIA	-	07
OUTRAS DEMANDAS DIÁRIAS	1.367	90
Nº DE PESSOAS QUE PROCURARAM O CT	1.059	758
Nº DE DILIGÊNCIAS E VISITAS DOMICILIARES	2.169	

Fonte: (CONSELHO TUTELAR, 2017; 2018).

Com base no quadro 8, pode-se constatar a fragilidade no modelo de classificação dos atendimentos do CT, o que revela a incapacidade técnica do

órgão em discriminar adequadamente os mesmo. O que contata-se por exemplo é a não clareza das diferentes demandas que o CT atende, isso evidencia-se na união de duas demandas distintas como a classificação “desaparecimento/fuga”, são atendimentos diferentes ou ainda na classificação “maus tratos”, a qual tipo se refere a classificação?

Observar-se classificações de atendimentos que se relacionam a mesma classificação mas que devido a fragilidade são apreendidas de forma diferentes na classificação do quadro já citado, exemplo “Drogadição” e “Responsáveis Usuários ou Dependentes” revelando a pouca ou a inexistência da apropriação conceitual das demandas atendidas pela instituição.

Sendo assim, constata-se a necessidade da inserção de Assessores/as para que fomentem-se reflexões a respeito desses limites enfrentados pelos conselheiros/as no cotidiano profissional. Diante desse cenário a ênfase em duas demandas em específico, deve-se a relevância do suporte técnico ao enfrentamento e ao atendimento por parte do CT.

Devido a complexidade da violência contra crianças e adolescentes, que violam os direitos da criança e adolescente, destaca-se: o “*Abuso Sexual*” e a “*Exploração Sexual*” na análise feita dos últimos 4 anos de intervenção do CT junto a comunidade são-borjense. Os dados apontam para aumento de registros em relação aos anos anteriores, dessa forma ratificando a relevância do trabalho da Assessoria em Serviço Social ao CT; a contribuição na apreensão das diferentes expressões da questão social, em seus diferentes contextos.

Nesse sentido revelando sua potencialidade no suporte a estratégias para o processo de conhecimento da realidade via pesquisa, para que depois se possa intervir no contexto, a partir de indicadores confiáveis, suporte para intervenção na realidade, que se desenvolve na articulação do saber teórico e prático.

Ao sublinhar as duas das demandas mais complexas dos atendimentos do CT, toma-se por base o Plano Nacional de Combate a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (SDH, 2013) e regata-se os conceitos apresentados pela “Cartilha Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento” (BRASIL, 2015, p.1) apresenta ambos os conceitos como sendo:

ABUSO SEXUAL: é a violação sexual homo ou heterossexual praticada por um adulto ou alguém mais velho em relação a uma

criança ou a um adolescente, com o intuito de satisfazer-se sexualmente, valendo-se de poder ou autoridade, envolvendo-os em quaisquer atividades sexuais, tais como palavras obscenas, exposição dos genitais ou de material pornográfico, telefonemas obscenos, sexo oral, vaginal ou anal. A criança ou o adolescente vive uma experiência sexualizada que está além de sua capacidade ou de consentir ou entender, baseada na extrapolação do limite próprio, no abuso de confiança e poder. EXPLORAÇÃO SEXUAL: É o uso sexual de criança ou adolescente para obter lucro, troca ou vantagem. Expressa-se de quatro formas: prostituição, pornografia, tráfico e turismo sexual. Trata-se de um fenômeno mundial, que atinge em especial o sexo feminino, mas não apenas. (BRASIL, 2015, p.9).

Ambas as classificações dizem respeito à violência sexual que engloba diferentes formas de violência, mas que no quadro 8 não ficam evidenciadas visto o equívoco, de deslocar as exploração sexual e o abuso sexual da categoria que as abarca que a violência sexual. Nesse sentido criando uma dificuldade de análise dos dados contidos no quadro 8

Com base na categorização de ambas as violências sexuais, é que diante das realidades complexas que a instituição atende, que contatou-se a importância da permanente atualização dos conselheiros/as tutelar visto as medidas protetivas. A escolha prioritariamente por ambas as expressões de violência contra a criança e adolescente, decorreu da percepção da Assessoria em Serviço Social, sobre a necessidade de o CT desmistificar e apreender cientificamente, os fatores que permeiam ambas as expressões.

Sendo que intuito da Assessoria é a viabilização do suporte técnico para tomada de decisão, promovendo um maior embasamento dos/as conselheiros/as; principalmente em situações complexas, como são casos de Abuso Sexual e Exploração Sexual. Os estudos apontam que essa violação “Abuso Sexual” é considerada:

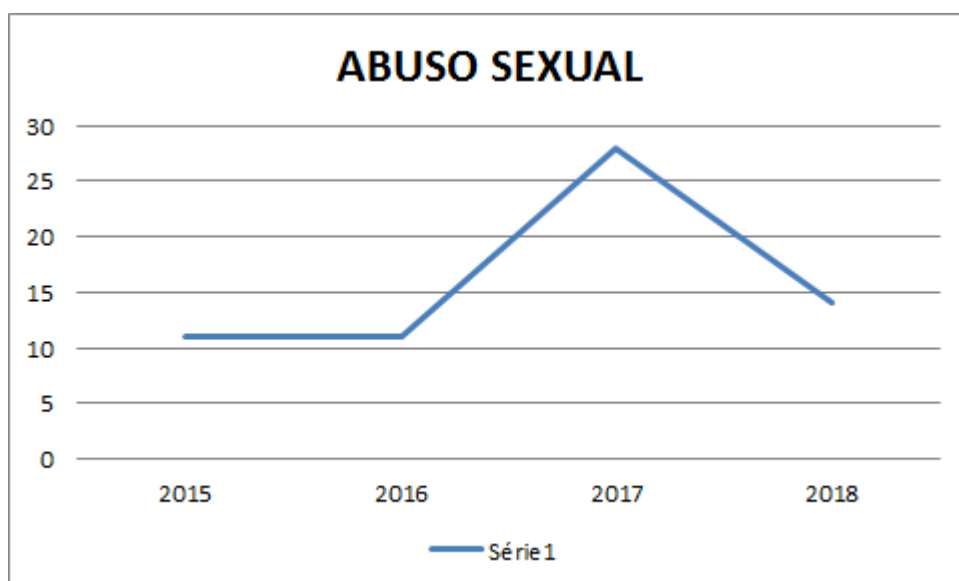
[...] um importante fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias [...] sendo que crianças ou adolescentes podem desenvolver quadros de depressão, transtornos de ansiedade, alimentares, dissociativos, hiperatividade e déficit de atenção e transtorno do estresse pós-traumático [...] Além disso, estas podem apresentar alterações comportamentais, cognitivas e afetivas, tais como sentimentos de culpa, diferença em relação aos pares, desconfiança, conduta hipersexualizada, baixo rendimento escolar, abuso de substâncias, ideações ou tentativas de suicídio, fugas do lar, isolamento social, irritabilidade [...] (HABIGZANG et al; 2006, p. 380).

Os autores vão sustentar que diante desse “complexo fenômeno, qualquer intervenção depende da ação coordenada de diferentes profissionais e instituições para que seja efetiva” (HABIGZANG et al; 2006, p. 381). A Assessoria poderá incidir para a promoção e suporte aos conselheiros/as, no fomento a discussão das demandas com os membros das famílias a fim de acompanhar e sensibilizar os mesmos a adesão aos encaminhamentos.

Com o objetivo de democratização das informações as crianças, adolescente e responsáveis poderá ser criado a estratégia da *Sala de Espera Informativa* onde as/os usuário de forma genérica passam a receber informações sobre as medidas protetivas que poderão ser tomadas bem como os diferentes encaminhamentos que podem ser requisitados pelo CT, para a garantia do direito da criança e do adolescente. Informações essas que tem por objetivo proporcionar a crianças, jovens e familiares quanto as seus direitos e responsabilidades.

Com a tomada dos dados sobre o Abuso Sexual na realidade local construiu-se o Gráfico 1 que evidencia a presença ascendente dessa expressão da violência sexual contra criança e adolescentes em São Borja. Onde sublinha-se pelos índices coletados, a demanda da ampliação dos serviços ofertados pelo município para o atendimento dessas demandas complexas.

Gráfico 1: Abuso Sexual



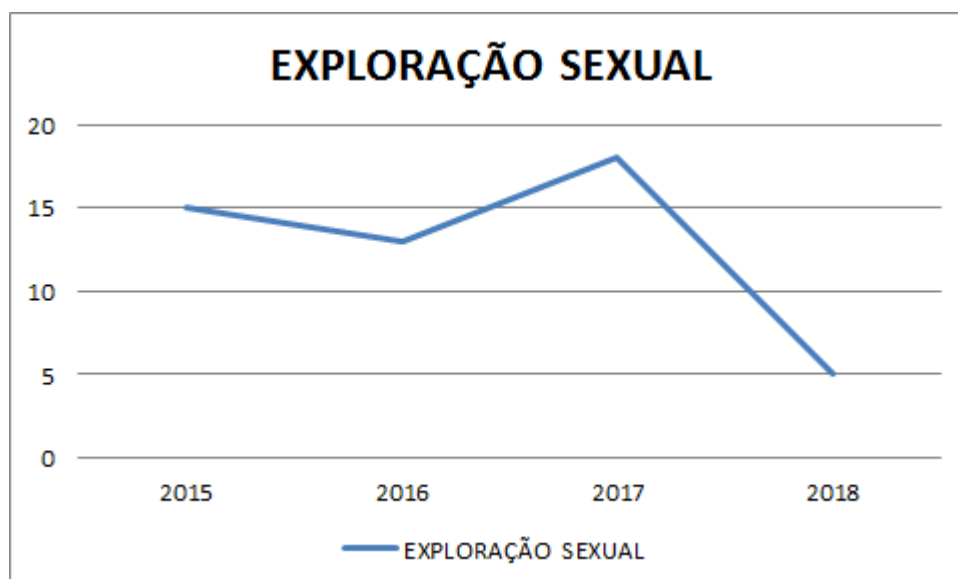
Fonte: Elaborado pelo autor, com base no quadro 9, 2018.

O estudo verificou a presença da demanda no município de São Borja (RS) que destaca a importância da apreensão das determinações conjunturais e estruturais, que incidem sobre essa expressão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesse sentido a Assessoria Técnica em Serviço Social ao CT revela-se uma estratégia de reflexão e apreensão dessa , visto que o suporte promovido pela inserção do profissional Assessor em Serviço Social, fundamenta cientificamente a análise das situações vivenciadas por crianças, adolescentes e suas famílias.

A Assessoria Técnica em Serviço Social propõem ao CT a superação de processos interventivos focalizados, fragmentados e irrefletidos na ação dos conselheiros. Com processos de discussão de casos, suporte aos conselheiros/as no estudo das diferentes demandas, a partir das realidades vivenciadas pelos usuários/as. Amplia-se a leitura da realidade em que a mesma insere, promovendo assim a reflexão quanto às intervenções dos conselheiros/as tutelares na relação com a Rede de Proteção; possibilitando dessa forma a elaboração de novas ações protetivas. Através de campanhas de prevenção, realização de oficinas educativas quanto aos diferentes facetas da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O mesmo se aplica, quando analisamos os dados são referente à Exploração Sexual percebem-se alterações nos dados quantitativos, mas para além disso, o Gráfico 2 demonstra que existência de atendimentos. Como verifica-se no panorama da Exploração Sexual nos últimos 4 anos em São Borja (RS):

Gráfico 2: Exploração Sexual



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no quadro 9, 2018.

Diante dos dados quantitativos infere-se a necessidade de apreender-se, que tratando-se de uma pesquisa explicativa os números representam mais que dados, evidenciam situações vivenciadas por crianças e adolescentes são-borjenses, em situações de violação de seus direitos. Nesse sentido a sistematização dos dados coletados, tem por intuito a desfetichização de crianças e adolescentes por parte dos conselheiros/as, que não raro passam pelo fetichismo³³(IAMAMOTO,2009) ao serem tratados unicamente como dados, isto é, simples números, índices. O quadro 9 demonstra os números dos atendimentos do CT quanto ao Abuso Sexual e Exploração Sexual em São Borja (RS), sinaliza-se para a relevância do presente estudo.

Quadro 9 - Demonstrativo dos Atendimentos do CT

ABUSO SEXUAL	2015 11 CASOS	2016 11 CASOS	2017 28 CASOS	2018 14 CASOS
EXPLORAÇÃO SEXUAL	2015 15 CASOS	2016 13 CASOS	2017 18 CASOS	2018 05 CASOS

Fonte: (CONSELHO TUTELAR 2018).

Frente as análise e as ações de intervenção, destaca-se que as mesmas tiveram a intencionalidade de subsidiar os/as conselheiros/as, nos processos de apreensão e reflexão sobre as demandas e assim dando suporte às deliberações do colegiado no encaminhamentos feitos pela instituição.

5.3 Entre garantia de direitos, normativas legais e determinações da atualidade

A atuação da Assessoria em Serviço Social perpassa as contradições presente na sociabilidade burguesa, em um cenário em que cada vez mais os direitos sociais passam a ser mercantilizados, em detrimento a maioria da população. O Estado através do aparato jurídico promove o movimento paradoxal adotando a medida de austeridade econômica, que impõe sanções e o congelamento investimentos sociais, pela outorga da Emenda Constitucional nº 95,

³³Refere-se ao processo de coisificação das relações humanas e a humanização das mercadorias.

de 15 de Dezembro de 2016, que prevê o Novo Regime Fiscal, que afirma no artigo nº 106 que “vigora por vinte exercícios financeiros” (BRASIL, 2016,p.1).

Nesse sentido se destaca que no Brasil processo de acirramento da precarização das instituições públicas é crescente e que a grande maioria dos CT(s) enfrenta a dura realidade de precariedade/precarização. Em âmbito local não é diferente, a cidade de São Borja enfrenta o tensionamento quanto a aquisição de uma sede adequada as suas funções enquanto órgão de proteção dos direitos da infância e adolescente, a superação da subnotificação decorrente da não operacionalização de um sistema informatizado que integre as informações quanto os atendimentos.

Quando se traça um paralelo entre as realidades local, regional e nacional evidencia-se alguns achados como o demonstrado no quadro 10.

Quadro 10 – Infraestrutura do CT de São Borja, CT(s) do (RS) e do BRASIL

Equipamentos	São Borja	RS	BRASIL
Telefone fixo	✓	92%	75%
Celular	✓	82%	63%
Plantão c/ celular	✓	80%	60%
Fax	X	39%	30%
Computador	✓	98%	95%
Internet	✓	91%	80%
Impressora	✓	92%	86%
Sede de uso exclusivo	✓	44%	59%
Transporte Motorizado	✓	66%	56%
Pessoal de apoio ³⁴	X	32%	40%

Fonte (BRASIL, 2013) e (CONSELHO TUTELAR, 2018); Sistematização elaborada pelo autor,2018.

A partir das diferentes realidades apresentadas pelo quadro 10, constata-se que os dados da região sul, em comparação com o cenário nacional, quando se trata da “Sede de uso exclusivo”, apenas 44% dos CT(s) contam com sede própria; exclusiva para o exercício de suas atribuições, ficando muito abaixo da média nacional, que é de 59%. Outro fator que tem impacto no processo de trabalho desenvolvido pelos CT(s) trata-se do “Pessoal de Apoio” a região Sul apresenta índices abaixo das outras regiões do país, apenas em 32% se constatou esse suporte; próximo a média nacional que é de 40% (BRASIL, 2013).

Quando se observa o contexto local de São Borja apresenta algumas particularidades, dentre as quais evidencia o contexto de precarização anteriormente

³⁴Profissionais Técnicos que compõe a Rede de Proteção Municipal que ficam de sobre aviso em regime de plantão a disposição dos/as conselheiros/as para as intervenções nas demandas do CT.

apontados. Mesmo contando com “Sede de uso exclusivo”, contudo isso não significa que atendimento das normas técnicas para o funcionamento do órgão sejam atendidas. Sendo que a realidade aponta para a) inexistência de banheiros adequados para os diferentes gêneros e conselheiros/as; b) a inobservância dos critérios de acessibilidade; c) a existência de sala individualizada para o atendimento a crianças, adolescente e seus familiares, por parte dos conselheiros/as.

Ao analisar a infraestrutura local hoje localizada em no prédio que era de uso da Polícia Civil conta com um uma recepção e uma grande sala de atendimento que esta disposta em 5 (cinco) guichês de atendimento aos usuários. Contando com uma sala improvisada para reuniões em depósito improvisado, o que revela-se precário ao exercício das funções de conselheiros/as.

Quando se observa o que a Resolução 139 no seu Artigo 4º prevê os parâmetros para a instalação e o funcionamento do órgão. Se se entende o porquê das limitações para a efetivação do previsto, pela resolução no caso local. Como pode-se verificar quando a mesma descreve que:

[...] A Lei Orçamentária Municipal ou Distrital deverá, preferencialmente, estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento dos Conselhos Tutelares e custeio de suas atividades. § 1º. Para a finalidade do caput, devem ser consideradas as seguintes despesas: a) custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fax e outros; b) formação continuada para os membros do Conselho Tutelar; c) Custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições; d) espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção; e) transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção; e segurança da sede e de todo o seu patrimônio (CONANDA, 2010, p.2).

Entre as determinações presentes na realidade, está à própria compreensão equivocada da Rede de Proteção sobre as atribuições do CT, que são estranhas aos trabalhadores. Segundo o Sujeito (CT1) “[...] *As vezes, as pessoas tem uma compreensão diferente do que é trabalho CT [...]*”, nesse sentido se evidenciando a concepção de ações punitivas e policiais. Assim aponta-se para a relevância do fomento que a Assessoria proporciona ao CT para a aproximação e estreitamento das relações com a Rede de Proteção.

Sendo que a desmistificação da função de tutela de crianças e adolescente pelo órgão precisa ser trabalhada no dia a dia da instituição; mesmo por que a assessoria percebeu pelas entrevistas, a existência de concepções como:

[...] eu mesmo pensava [...] como tenho sempre companhia e todo o tempo na rua, agora vou mudar a voz, e chegar nesse bar e [interditar] ,daí conforme tu vais estudando, vais entendendo [que não é tua atribuição] (SUJEITO, CT2);

O processo de Assessoria em Serviço Social ao CT de São Borja (RS) se desenvolveu ao longo de ações realizada no órgão, como a pesquisa, a observação e a interação interpessoal com os/as conselheiros/as. Sendo que esse processo de investigação e intervenção na instituição veio a resultar, na inserção de atividades de Educação Permanente no cronograma de atividades mensais da instituição; tendo por finalidade a análise, ruptura e desmistificação das ações dos/as conselheiros/as tutelares no exercício de suas atribuições.

Ao se analisar o CT na realidade local verificou-se a fragilidade na garantia das condições mínimas de infraestrutura para o exercício profissional dos/as conselheiros/as tutelar. Nesse sentido se sublinha a negligência com os órgãos de funcionamento do Estado, que se evidencia pela violação dos direitos da criança e adolescente. Como por exemplo: o sigilo nos atendimentos, que se torna quase que inviáveis no processo de atendimento. Sendo que ao se ignorar as condições necessárias ao sigilo nos atendimentos viola o direito básico da população usuária.

Entre as principais ações da Assessoria junto ao CT de São Borja (RS) está a retomada de espaços de diálogo, para a articulação dos órgãos deliberativos quanto às demandas das crianças e adolescentes, sendo que o fomento a participação do CT em audiências públicas, assembleias, eventos e principalmente nas reuniões da Rede de Proteção contribuíram-se para que a instituição retomasse o tencionamento, ao Poder Executivo Municipal, no atendimento as demandas da infância e Juventude.

Ao desenvolver suas ações de Assessoria ao CT, a Equipe Técnica pontuou a existência de fatores endógenos como: a apatia; o conservadorismo; ações irrefletidas e imediatas; bem como fatores exógenos como: a morosidade no atendimento as requisições CT; desresponsabilizarão pelos usuários; a

fragmentação da Rede de Proteção; a fragilidade na comunicação intersetorial e interinstitucional.

Quando às possibilidades para o processo de trabalho Assessoria Técnica, se indica o assessoramento do trabalho dos/as conselheiros/as tutelares, no intuito do fortalecimento político, para requisição dos direitos da criança e do adolescente. E a articulação do SGDCA municipal para a resolução das demandas.

Destaca-se ainda a possibilidade da criação de espaços Educação Permanente com os/as profissionais; que promovem rupturas com práticas conservadoras e fragmentadas no atendimento às demandas, dessa parcela da população. Proporcionando nesse espaço a ampliação da análise sobre as demandas da instituição, incorporando dessa forma a perspectiva da totalidade, que propicia a extração das determinações que as mesmas contêm; no intuito de conhecer para intervir.

É importante ressaltar que o presente estudo explicitou de diferentes formas os achados quanto as dificuldades enfrentadas; sendo que no quadro é apresentado de forma resumida algumas das transformações que ocorreram após a inserção do profissional Assistente Social na instituição via Assessoria Técnica.

Quadro 11- Demonstrativo do Conselho Tutelar de São Borja (RS)

Antes da Assessoria Técnica em Serviço Social	Com a Assessoria Técnica em Serviço Social
Inexistência de formação continuada (Falta de momentos reflexivos na agenda de trabalho)	Criação espaço para educação permanente/
Inexistência de Software no CT (Atendimentos desconexos e perda de documentos)	Implementação Software na Instituição
Estranhamento nas relações interpessoais	Retomada e fortalecimento dos vínculos nas relações interpessoais
Fragmentação e Focalização dos encaminhamentos	Maior articulação com a Rede de Proteção quanto aos encaminhamentos
Fragilização da imagem Política do CT	Fortalecimento Político da Instituição perante o SGD e a comunidade local
Baixa atuação dos/as conselheiro/as nas atividades de prevenção, promoção e fiscalização às instituições que trabalham com crianças e adolescentes.	Maior incidência nos espaços de controle social e participação popular, na prevenção, promoção e fiscalização pelo CT as instituições.

Intervenções unilaterais dos/as conselheiros/as tutelares	Fortalecimento das Intervenções colegiadas nos encaminhamento do CT
--	--

Fonte: Síntese elaborada pelo autor com base nas entrevistas, 2018.

Ao final desse capítulo um ponto relevante para intervenção profissional em Serviço Social é a inserção da articulação do saber reflexivo com o saber interventivo com a equipe de profissionais que compõe o colegiado do CT. Sendo essa uma perspectiva profícua ao estudo das expressões da questão social, para construção de subsídios teóricos que qualificaram a análise de conjuntura e estrutura; que incide diretamente na qualidade dos atendimentos prestados no CT.

6 PROPOSIÇÕES FINAIS

A partir do conjunto de achados, reflexões e análises que o presente estudo apresentou abarcaram, destaca-se que foi possível atender a cada um dos objetivos específicos do presente estudo. Sendo que perante o primeiro objetivo que visava: a) Apreender o processo sócio histórico de edificação das ações de Assessoria Técnica em Serviço Social no CT. Concluiu-se que pelo processo de revisão bibliografia, apreendeu-se elementos satisfatórios para a compreensão da trajetória da constituição e desenvolvimento das ações de Assessoria aos CT(s).

Outro resultado foi à constatação da tímida inserção dos/a profissionais de Serviço Social nesse espaço sociocupacional. Nesse sentido entende-se o porquê da temática ainda ser pouco explorada, pela categoria, em termos de produções científica., quanto a temática. Revelando-se assim como grande potencial para a realização de novos estudos na área, sendo esse um potencial tema para o processo de Mestrado em Serviço Social.

No que refere-se ao segundo objetivo: b) Investigar como as ações de Assessoria em Serviço Social podem contribuir para o fortalecimento político do Conselho Tutelar junto aos SGDCA? Destaca-se todo o processo desenvolvido pela Assessoria, como o suporte ao planejamento, a execução e a avaliação do trabalho desenvolvido no órgão, constituíram-se como estratégia ao fortalecimento do CT enquanto que requisita dos diferentes serviços a efetivação dos direitos da criança e adolescente na relação com o SGDCA.

Com a pesquisa as diferentes experiências, ou pelo processo de análise das percepções dos sujeitos envolvidos no processo de Assessoria em Serviço Social, verificou-se a eficácia enquanto suporte aos CT(s). Sendo que nas diferentes atividades, como as reuniões com a Rede de Proteção, nos encaminhamentos efetuados em uma perspectiva de integralidade e intersectorialidade aos diferentes serviços, concluiu-se a partir das fala dos sujeitos a melhora na articulação com a Rede Proteção.

Outro elemento apontado como resultado da assessoria é o fortalecimento da instituição CT enquanto, instância representação política da sociedade, na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Sendo que diante dos demais equipamentos, a Assessoria promove articulação e o fortalecimento político dentro do SGDCA .

Diante do terceiro objetivo: c) Identificar quais são os desafios e as potencialidades da Assessoria em Serviço Social; contactou-se a presença de limites objetivos e subjetivos a Assessoria; entre os quais encontram-se as condicionalidades materiais para a efetivação do suporte técnico a a instituição.

E quanto as condições subjetivas afere-se a partir da incidência indireta sobre as ações dos/as conselheiros/as, que na maioria das vezes se mostraram com terão a autonomia de aderir ou não as provocações dos/as assessoras/res ainda insipiente, dependendo muito da adesão voluntária pelos sujeitos .Assim delimitou-se o espaço que a Assessoria ocupa dentro do órgão, o de propositor e não de executor dos atendimentos e sobre as famílias de crianças e adolescentes atendidas pela instituição.

Ao pensar no quarto objetivo: d) Refletir sobre como a práxis do/a Assistente Social se materializa no processo de Assessoria ao Conselho Tutelar. Verifica-se que no contexto atual, de perda de direitos e retrocessos políticos, o/a profissional é chamado a enfrentar os desafios como investigadores/as e trabalhadores social. O que exige de si, uma postura de luta pela efetivação, da cultura de proteção à crianças e adolescentes.

Nesse momento histórico, o fortalecimento do Conselho Tutelar é o objetivo primordial da Assessoria em Serviço Social, para a constituição de um espaço amplamente democrático, acolhedor e protetor. Nesse sentido o presente estudo instiga a articulação cada vez mais estreita entre Universidade e CT no

fortalecimento dessas instancias de luta pela garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Com isso são apresentadas algumas proposições para que o processo de Assessoria ao CT se justifique, enquanto ação estratégica na garantia da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes:

- ✓ Suporte da Assessoria em Serviço Social ao CT, para a Elaboração do Plano Municipal de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes em São Borja (RS);
- ✓ Fomento pela Equipe de Assessoria aos Conselheiros/as pela troca imediata da Sede do CT para instalações que contemplem as normativas técnicas de atendimento a crianças e adolescentes;
- ✓ Promoção da Educação Permanente e Formação Continuada.
- ✓ Fomento a criação do Cronograma Anual das ações do CT, pelos conselheiros/as (fiscalizações, plantões, atendimentos, formação, participação em meios de comunicação, etc);
- ✓ Estimulo a elaboração Plano de Trabalho Diário do Conselho Tutelar para a otimização e efetivação dos atendimentos a população usuárias;
- ✓ Implementação do banco de dados virtual na instituição, de forma a se superar a subnotificações, perda de informações entre outros.
- ✓ **Contribuir** na elaboração do edital para o novo processo de eleição dos/as novos/as conselheiros/as tutelares;
- ✓ Articulação com os conselheiros tutelares para o estabelecimento do cronograma de campanhas anual sobre as diferentes formas de violência que atingem crianças e adolescentes no município;
- ✓ A partir do CT com o suporte da equipe de Assessoras em Serviço Social, promover a articulação cada vez mais sintonizada do SGDCA.

Nesse sentido se destaca que a atuação da Assessoria em Serviço Social deve ter por intencionalidade a construção de uma cultura de proteção a crianças e adolescentes. Nesse sentido instigando o Conselho Tutelar como órgão estratégico, a se articular com todas instituições e a sociedade para a construção de ações que venham a materializar essa proposição.

Cabe ressaltar que além dessas ações a Assessoria deve promover no colegiado a necessidade de articulação política para a incidência do órgão no COMDICA, no Poder Executivo, quando possível incidir sobre a elaboração e ampliação dos investimentos públicos voltados a infância e juventude.

Nesse sentido presente produção contribui com o amadurecimento social da defesa da Doutrina da Proteção Integral a crianças e adolescentes, no contexto são-borjense. Sublinha-se também que para instituição a grande contribuição está no fortalecimento político das ações colegiadas a partir do suporte ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo que Assessoria em Serviço Social proporciona a instituição.

Ainda se destaca ainda que a própria construção teórica se constitui como contribuição científica para comunidade academia; sendo que a mesma é produto da articulação teórico-prática e resultado da sistematização da experiência da Assessoria em Serviço Social ao CT municipal da cidade de São Borja (RS). E por último e não menos importante, a presente produção teórica contribuiu com a formação profissional do discente em questão; proporcionando o exercício da prática profissional via assessoria; com a utilização do método dialético crítico no processo de investigação e intervenção profissional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª edição – Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Renan Mendonça. **Análise Institucional / Conselho Tutelar de São Borja (RS)**. 2018. Documentos de Estágio em Serviço Social I. Universidade Federal do Pampa. São Borja (RS). 2018. CD-1.

ALVES, Renan Mendonça; SILVA, Vanessa Vieira; VIEIRA, Monique Soares; O CONSELHO TUTELAR DE SÃO BORJA: UMA HISTÓRIA DE LUTAS E CONTRADIÇÕES 2018. IN. **Anais II Seminário (Des) Fazendo Saberes na Fronteira, vol. 2, 2018**. Universidade Federal do Pampa. Disponível em: < <https://eventos.unipampa.edu.br/desfazendosaberesnafronteira/files/2018/09/anais-desfazendo-.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. – 12. ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da universidade Estadual de Campinas, 2006.

ASSIS, Wesley Abra de. **O Papel da Qualidade Percebida na Lealdade dos Clientes de Serviços de Consultoria e Assessoria Prestados por Empresas Contábeis**. 2013. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. Disponível em: < <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/902/1/Wesley%20Abra%20de%20Assis.pdf> >. Acesso em: 18 set. 2018.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. **Consultoria empresarial: O Serviço Social posto a prova**. 2013. Tese. Pontifícia Universidade Católica- PUCSP. Disponível em: < <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17626?locale=en> > . Acesso em: 20 out. 2018.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. In. **Serv. Soc. Soc.** 2014, n.118, pp.318-338. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a06n118.pdf> >. Acesso em : 19 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 678 de Dezembro de 1992. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969**. Palácio do Planalto. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf > Acesso em: 07 de abril, 2018.

_____. **Constituição Federal 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e Adolescente-ECA**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm > Acesso em: 07 fev.2018.

_____. Lei Nº 8.662, de 7 de Junho de 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão do/a Assistente Social**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8662.htm>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. Lei 12. 852, de 05 de Agosto de 2013 (A). **Estatuto da Juventude**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm > Acesso em: 09 jun. 2018 .

_____. **Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares**. 2013(B). Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Brasília (DF). Disponível em:< http://www.mpap.mp.br/images/infancia/Cadastro_CT.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de Dezembro de 2016**. Planalto. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm >. Acesso em: 30 out. 2018.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. B. **Política Social: fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 7 n. 2 p. 302-312. jul./dez. 2008. Disponível em: < <http://evistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/4830/3635> >. Acesso em: 25 jul de 2018.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução Nº 493, de 21 de agosto de 2006**. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf >. Acesso em: 20 out. 2018.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da profissão**. 9ª. ed. rev. e atual. – Brasília (DF): 2011.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução Nº 845, de 26 de fevereiro de 2018**. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf> >. Acesso em: 20 out, 2018.

CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 113 de 19 de Abril de 2006**. Disponível em: < file:///C:/Users/antonia/Downloads /Resolucao%20no%20113%20CONANDA%2019%20DE%20ABRIL%20DE%202006%20(1).pdf >. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Resolução nº 139 de 17 de Março de 2010**. Disponível em: <file:///C:/Users/antonia/ Downloads/Resolucao%20no%20139%20CONANDA%2017%20DE%20MARCO%20 DE %202010.pdf >. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Resolução nº 169 de 13 de Novembro de 2014**. Disponível em: < file:///C:/Users/antonia/ownloads/Resolucao%20no%20169%20CONANDA%2013% 20DE%20NOVEMBRO%20DE%202014.pdf >. Acesso em: 20 out. 2018.

CONSELHO TUTELAR. **O Conceito e Atuação do Conselho Tutelar**. Conselho Tutelar. Porto Alegre. 2005 (A). Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/conselhos_tutelares /default .php? p_secao=11>. Acesso em: 05 out. 2018.

_____. **A Estrutura do Conselho Tutelar**. Conselho Tutelar. 2005 (B). Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/conselhos_tutelares/default. php? p_secao=13 >. Acesso em: 05 Out. 2018.

_____. **O Histórico do Conselho Tutelar**. Conselho Tutelar. 2007. Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/conselhos_tutelares/default .php? p_secao=12 >. Acesso em: 05 Out. 2018.

_____. **Decreto Nº 17.039, de 20 de Abril de 2011**. Regimento Interno dos Conselhos Tutelares de Porto Alegre. Prefeitura de Porto Alegre/Procuradoria Geral do Município. Disponível em: < <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1= 000031678.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT> >. Acesso em: 30 set. 2018.

CONSELHO TUTELAR. **Relatório de Demandas Atendidas 2015**. Impresso. São Borja (RS). 2015.

_____. **Relatório de Demandas Atendidas 2016**. Impresso. São Borja (RS). 2016.

_____. **Relatório de Demandas Atendidas 2017**. Impresso. São Borja (RS). 2017.

_____. **Relatório de Demandas Atendidas 2018**. Impresso. São Borja (RS). 2018.

CNS, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012**. Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2018.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª.ed. ver. E ampl. 13.reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

DIGIÁCOMO, Murillo José. "**Apenas o Conselho Tutelar não basta**." Cadernos do Ministério Público do Paraná. 2008. Disponível em:< http://www.cortaldoconselho.tutelar.com.br/Texto_Dr_Murillo.pdf >. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. **O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente 2014**. Ministério Público do Paraná-MPPR. Disponível em: < <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1590.html> >. Acesso: 15 out. 2018.

FANAN, Raquel Mazzola de Andrade. **Gestão De Pessoas**: possibilidade de novo nicho de trabalho para o Serviço Social. 2013. Dissertação. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. FRANCA (SP). Disponível em: < <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/raquelfinal.pdf> >. Acesso em: 17 set. 2018.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. **Infância Violada**: Políticas de Enfrentamento da Violência Sexual infanto-juvenil no Amazonas. Manaus: Edua, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. 1.ed digital. São Paulo: Global. 2013.

FERNANDES, Rosa. M. C; HALLMANN, Aline. **Dicionário Crítico**: Política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre (RS) : Ed. UFRGS, 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** tradução de Rosisca Darcy de Oliveira & prefácio de Jacques Chonchol. 7ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1991.

FREIRE, Lúcia M. de B.. Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social. **In. Serv. Soc. Soc.** 2010, n.102, pp. 289-313. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n102/a06n102.pdf> >. Acesso em: 20 out. 2018.

GAGNETEN, Maria Mercedes. **Hacia Uma Metodologia de Sistematizacion de la Practica.** Editorial, Humanitas. Buenos Aires. 1987.

GOERCK, Caroline; VICCARI, Eunice Maria. Assessoria: processo de trabalho do Serviço Social. 2014. **In. Textos e Contextos.** Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/990/770> >. Acesso em: 15 out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIAMPAOLI, Maria Cristina. Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviço. **In. Serv. Soc. Soc.** 2013, n.114, pp.266-289. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n114/n114a04.pdf> > . Acesso em: 18 out. 2018 .

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores: Participação sociopolítica.** São Paulo, Cortez, 2007.

GOMES, M. C. P. A; PINHEIRO, R. Acolhimento e Vínculo: integralidade na gestão do cuidado em saúde em grandes centros urbanos. **Interface - Comunic., Saúde, Educ., Interface - Comunic., Saúde, Educ.** v.9, n.17, p.287-301, mar/ago 2005. Disponível em : < <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a06.pdf> >. Acesso em: 19 out. 2018.

GOMES, A. M; MENDONÇA, A. C.; QUEIROZ, G. L. D.; SILVA, H. V.; LIMA, L. A.; MELO, L. C.; ROCHA, M. R. S. **O Espaço Sócio-Ocupacional dos Assistentes Sociais na Área de Empresas do Município de Natal.** Natal: Interface, jul./dez. 2010 – vol. 7 – nº. 2. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/6721/o-espaco-socio-ocupacional-dos-assistentes-soci---> > . Acesso em: 26 out. 2018.

GOMES, Márcia Regina Botão. Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social. **In. Serv. Soc. Soc.** 2015, n.122, pp.357-380. ISSN 0101-6628. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0357.pdf> > . Acesso em: 10 set. 2018.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2000.

_____. A dimensão Investigativa no Exercício Profissional. **In: CFESS/CRESS**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: ABPESS, 2009.

HABIGZANG, L. F., AZEVEDO, G. A., KOLLER, S. H., MACHADO, P. X. **Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual**. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v19n3/a06v19n3.pdf> > . Acesso em: 19 out. 2018.

IAMAMOTO, Maria V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A questão social no capitalismo. **In. Revista Temporalis** . Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 , 2001. Brasília (DF): ABEPSS, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. Brasília: CFESS, 2012.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. 2014. **In. Ser.Soc.Soc.** Disponível em: < <https://dokumen.tips/documents/a-formacao-academico-profissional-no-servico-social-brasileiro.html> >. Acesso em: 15 set. 2018.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IBRACON, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **Comunicado Técnico 08/2012**. Orientação aos Auditores Independentes para Serviços de Assessoria. São

Paulo-SP, 23 ago. 2012. Disponível em:<[http:// www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=192](http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=192)>. Acesso em: 26 Set. 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAMANA, Sabrina; WEBER, Marcela; VIEIRA, Monique Soares. A atuação do Conselho Tutelar no Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes em São Borja. 2017. In. **Anais do II Congresso Internacional Interdisciplinar de Ciências Humanas – COINTER**. Disponível em:< <https://cointer.unipampa.files.wordpress.com/2018/03/7-caderno-de-trabalhos-gt-polc3adticas-pc3bablicas-e-democracia-na-amc3a1erica-latina-docx.pdf> >. Acesso em: 15 out. 2018.

LEWGOY, Alzira M. b. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social**. In. Revista Texto e Contexto, Porto Alegre: EDPUC, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, interpretação e análise de dados**. 5º.ed.São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4ª.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Notas sobre mediações: Alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. In **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 43. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social**. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (org). Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

_____. Reflexões sobre o serviço social e o projeto ético-político profissional. In. **Revista Emancipação** v.6, nº1. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

MAGALHÃES, Lucila Rupp de. **Aprendendo a lidar com gente: relações interpessoais no cotidiano**. Salvador (BA): Casa da Qualidade. Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. **In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MATOS, M. C. de; MENDES, A. G. **Assessoria: atribuição da “equipe técnica” no Conselho Tutelar**. In: MATOS, M. C. de. BRAVO, M. I. de S. (org). Assessoria, consultoria e serviço social. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

MATOS, M. C. de; BRAVO, M. I. de S. (org). **Assessoria, consultoria e serviço social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

MELIM, Juliana Iglesias. A trajetória da proteção social brasileira à infância e à adolescência nos marcos das relações sociais capitalistas. **Serviço Social & Saúde**, v.11, n.2, p.167-184 jul./dez. 2012. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8635161/2974> >. Acessado em: 13. Out. 2018.

MINAYO, C.S.M. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª. ed. revista. e aprimorada. São Paulo. Hucitec, 2006.

_____. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28ª. ed. revista e atualizada. Petrópolis. RJ: Vozes, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. **In: Revista Serviço Social & Sociedade**. 67. São Paulo: Cortez, 2001.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **In: Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 8 n.1. p. 22-48. 2009.

MOSCOVICI, Feia. **Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo** 7. ed - Rio de Janeiro: José Olympico, 1997.

MOTA, Ana Elisabete. **O Feitiço da Ajuda: as determinações do serviço social na empresa**. São Paulo: Cortez, 1985.

MOTTI, Antônio Jose; SANTOS, Joseleno. **Redes de Proteção Social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades**. IN: MOTTI, Antônio Jose; FARIA, Thais (org). PAIR: Capacitação das redes locais - Caderno de textos. Programa de Conselhos. USAID e OIT, 2010.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil no pós 64**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, 2001. Disponível em: < http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf >. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **Introdução ao método da teoria social**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de Consultoria Empresarial: conceitos, metodologia, práticas**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OZELAME, Géssica Cristina. **Assessoria e Consultoria em Serviço Social : o ensino e o exercício profissional em debate**. 2018. Tese Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: PUCRS. Disponível em: < <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8298> >. Acesso em: 10 out. 2018.

PEREIRA, Potyara. **A intersetorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética**. 2011. Disponível em: < <http://matriz.sipia.gov.br/images/acervo/Texto/Potyara/intersectorialidade.pdf> >. Acesso em: 30 set. 2018.

PERES, Gislaine A. L. **A Assessoria do Serviço Social na Gestão das Políticas Sociais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PRATES, Jane Cruz. Serviço Social e Pesquisa: **O método marxiano de investigação e o enfoque misto**. XX Seminário Latino-americano de Escuelas de Trabajo Social Desafíos del contexto latino-americano 2011. Disponível em: < <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/VZ733F30vyYV048tULD0.pdf> >. Acesso em: 20 jun. 2018.

RIO DE JANEIRO. **Lei Municipal nº3282/2001**. Implantação, estrutura, processo de escolha e funcionamento dos Conselhos Tutelares do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/2ca180c615fdb8aa032576ac0072e8aa?OpenDocument> >. Acesso em: 10 de out. 2018.

RIZZINI, I. **O século perdido** : raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo : Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A Institucionalização de Crianças no Brasil: percursos históricos e desafios do presente**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROCHA, Carmem. S; VILLELA, Circe T.T; TEIXEIRA, Patrik . O. Assessoria Técnica ao Conselho Tutelar: A experiência de Porto Alegre/RS. 2009. In: **Revista Digital da Capacitação de Candidatos a Conselheiro (a) Tutelar**. Disponível em: < <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=70> >. Acesso em : 13 Out. 2018.

RUDIO, Franz. Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. Disponível em : < <https://pt.slideshare.net/TerezaOliveiraLiveira/ok-introduo-ao-projeto-de-pesquisa-cientfica-franz-victor-rudio>> Acesso em 24.Jun.2018.

RUWER, Leia Maria Erlich. **Incubadoras universitárias na economia solidária: embriões da transformação?**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2011. 164f.

SANTOS, Bárbara Lúcia Silva. **Conselho Tutelar: entre o exercício da democracia e o clientelismo**. 2011. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica, PUCRJ. Disponível em: < https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18345/18345_1.PDF >. Acesso em: 20 set. 2018.

SÃO BORJA. **Lei Municipal nº 4.784 de 2013**. Disponível em: < http://www1.saoborja.rs.gov.br/images/Arquivos/Leis/Leis_ordin%C3%A1rias_2013/Lei_4.784_-_Disp%C3%B5e_sobre_a_Pol%C3%ADtica_Municipal_dos_Direitos_da_Crian >

%C3%A7a _e_ do Adolescente de S%C3%A3o Borja.pdf > Acesso em 07 fev. 2018.

SILVA, Chris Giselle Pegas Pereira da. **Serviço Social nos Conselhos Tutelares: a assessoria em questão**. 2010. Dissertação de Mestrado em Serviço Social . PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO- PUC (RJ). Disponível em: < https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=16542@1 >. Acesso em: 20 out. 2018.

SILVA, Vanessa Vieira; VIEIRA, Monique Soares; ALVES, Renan Mendonça. Rede de Proteção e Violência contra Crianças e Adolescentes: diálogos intersetoriais para o enfrentamento . 2018. **IN. Anais II Seminário (Des) Fazendo Saberes na Fronteira, vol 2, 2018**. Universidade Federal do Pampa. Disponível em: < <https://eventos.unipampa.edu.br/desfazendosaberesnafronteira/files/2018/09/anais-desfazendo-.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2018.

SILVEIRA, Sílvia Regina. **O trabalho do assistente social na política pública de educação básica na região metropolitana de Porto Alegre**. 2013. Pontifícia Universidade Católica, PUCRS. Disponível em: < <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/534> >. Acesso em: 18 set. 2018.

SEDH, Secretária de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual InfantoJovenil**. Brasília: SEDH/DCA, 2013. Disponível em: < <file:///C:/Users/antonia/Downloads/Plano%20Nacional%20de%20Enfrentamento%20da%20Viol%C3%Aancia%20Sexual%20contra%20Crian%C3%A7as%20e%20Adolescentes.pdf> >. Acesso em: 20 de nov.2018.

SORIANO, Raúl. R. **Manual de Pesquisa Social**; tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis. RJ: Vozes,2004.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A Prática do Assistente Social: conhecimentos, instrumentalidade e intervenção profissional**. In. Emancipação, Ponta Grossa, p.119-132, 2008. Disponível em: < www.uepg.br/emacipacao >, Acesso em 05 de Out 2018.

TCE, Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. **Diagnóstico da situação dos Conselhos Tutelares do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul. – Porto Alegre/RS, 2015. Disponível em: < http://portal.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/noticias_internet/textos_diversos_pente_fino/pesquisa10.pdf >. Acesso em: 31 Out 2018.

TELES, Lucia. **A contribuição dos Assistentes Sociais no Processo de Assessoria às Políticas Sociais Públicas**. Dissertação de Mestrado em Serviço

Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC (RS). 2012. Disponível em : < <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5132/1/000443982-Texto%2BCompleto-0.pdf> > Acesso em 30.Mai.2018.

TURCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Serviço Social Jurídico. Perícia Social no contexto da infância e da juventude. Manual de Procedimentos Técnicos.** Campinas/São Paulo: Livro Pleno, 2000.

TURCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Metodologia da Prática Dialética.** Porto Alegre, Ed Graturck, 2012.

TRIVINOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Monique Soares. **Projeto de Pesquisa: As Expressões de Violência contra Crianças e Adolescentes e o seu enfrentamento pela Rede de Proteção em São Borja/RS.** 2016.

_____. **Projeto de Extensão: Serviço Social e Conselho Tutelar: Mediações necessárias para a integralidade da proteção de crianças e adolescentes.** 2017.

VIEIRA, Monique Soares; ALVES, Renan Mendonça; SILVA, Vanessa Vieira da. **A Rede de Proteção e a Violência contra Crianças e Adolescentes: Diálogos entre as Políticas Sociais no seu Enfrentamento.** 2018.

VERONESE, Josiane. **Os Direitos da Criança e do Adolescente.** São Paulo: LTr, 1999.

ZILLOTTO, Denise Macedo ; FOSCARINI, Marissane; BERTI, Ariete Regina. O Serviço Social em Indústrias de Grande Porte do Rio Grande do Sul Serviço Social; **In. Textos e Contextos.** 2010. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7667/5784> >. Acesso em: 18 out. 2018.

Apêndice (A)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE****Título do projeto:****Pesquisador responsável:****Pesquisadores participantes:****Instituição:****Telefone celular do pesquisador para contato (inclusive a cobrar):**

O Sr./Sr^a/_____ está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso- TCC intitulado, Assessoria em Serviço Social no Conselho Tutelar que tem por objetivo Analisar as mediações que o Serviço Social constrói durante o processo de Assessoria técnica junto ao Conselho Tutelar de São Borja, com vistas a ampliação da discussão teórico-acadêmica bem como fortalecer a assessoria enquanto espaço propício para a materialização do Projeto Ético-Político da profissão e se justifica como instrumento de produção de conhecimento científico acadêmico, que contribui para conhecimento desse fenômeno.

Por meio deste documento e a qualquer tempo o Sr./Sr^a poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

Os dados serão coletados através de entrevista com aplicação de roteiro de perguntas semiestruturadas, onde será utilizado celular para gravação. Os roteiros ficaram sob responsabilidade do entrevistador até sua análise e interpretação; posteriormente serão descartados conforme parâmetros éticos de orientação. As informações adquiridas serão apenas utilizadas para fins acadêmicos de pesquisa podendo você ter em qualquer momento acesso às informações, podendo realizar modificação e desistir do de participar ao julgar necessário a qualquer momento.

A pesquisa tem como benefício visibilidade das experiências dadas pelos usuários, e o risco está direcionado ao desconforto em responder as questões; ocorrendo ao participante o direito de não responder, ou de desistir da participação na referida pesquisa.

Para participar deste estudo o Sr./Sr.^a não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumido pelo pesquisador, isto é, tanto a elaboração do TCC como a socialização do mesmo; todos os gastos o pesquisador arcará com as despesas, sendo isentos de qualquer despesa os participantes.

Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pelo pesquisador responsável. Os resultados poderão ser divulgados em publicações científicas (ou outra forma de divulgação). Os dados serão retornados por meio de socialização do TCC, a ser entregue aos sujeitos participantes do estudo, na instituição CT.

Nome do Participante da Pesquisa / ou responsável: _____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome do Pesquisador Responsável: _____

Assinatura do Pesquisador Responsável

Local e data _____

Apêndice (B)

Roteiro de Entrevista Semiestruturada CT.

- 1) O que você entende por assessoria técnica? E por Serviço Social? Como você apreende o trabalho do/a assistente social em processos de assessoria?
- 2) A partir de suas vivências enquanto Conselheiro/a Tutelar como você percebe o CT antes das ações da assessoria? Como se deu esse processo? O que mudou? Como era antes e como está agora? (posturas, concepções, organização, ações, mobilização, sensibilização reuniões, encaminhamentos, proatividade, decisões).
- 3) Como você avalia a adesão dos conselheiros/as a Assessoria Técnica? Quais sugestões acredita serem possíveis para ampliar a participação efetiva dos sujeitos?
- 4) De que forma você percebe a ação da Assessoria no trabalho cotidiano do CT os demais serviços da Rede de Proteção Integral à Criança e Adolescentes? Como contribui? Possibilita/incita a reflexão-crítica (repensar ações, posturas e valores, reconstruir intervenções).
- 5) Na sua opinião, existe impacto das ações da assessoria nos processos interventivos para a garantia dos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias que buscam atendimento junto ao CT? Como isso acontece? Exemplifique.
- 6) A assessoria vem possibilitando uma mudança (positiva/negativa) na articulação entre o CT os serviços da rede de proteção? Quais? Como?
- 7) Como a assessoria vem contribuindo para o fortalecimento político do CT diante a rede de proteção?
- 8) Quais os resultados que você identifica junto ao CT após as ações da Assessoria técnica?
- 9) Na sua opinião, quais os principais desafios enfrentados no cotidiano do CT? Quais seriam as estratégias para sua superação a partir das ações da Assessoria Técnica?
- 10) Você considera importante haver assessoria técnica em SS nos Conselhos Tutelares? Você conhece outra experiência de assessoria a CT?

Apêndice (C)
Roteiro de Leituras

1. Onde foram as primeiras experiências de Assessoria em Serviço Social a CT(s)?
2. Como se deu o desenvolvimento das ações de Assessoria em Serviço Social?
3. Quais as dificuldades enfrentadas pela Assessoria em Serviço Social?
4. Quais os impactos percebidos pelo processo de Assessoria em Serviço Social aos CT(s)?
5. Como se configura o processo de trabalho do Serviço Social nos CT(s) via Assessoria?
6. O processo de Assessoria ao CT possibilitou o a articulação do CT com a Rede de Proteção?
7. Quais os principais achados do estudo?
8. Definir quais as proposições para que se legitime a implantação da Assessoria em Serviço Social no CT local?